

Seria inteiramente justo e necessário destacar aqui todas as pessoas que foram, de alguma forma, importantes neste percurso académico que, na verdade, é uma parte considerável da minha vida, de onde para além de alguns conhecimentos é importante e reconfortante, que se leve verdadeiros amigos e companheiros que espero que fiquem para a vida.

Comprometo-me que, como forma de agradecimento, farei tudo o que for possível para que estas amizades que construí ao longo destes anos não se percam pelas exigências da vida pessoal.

Na consciência de poder ser injusto ao não referir alguém indevidamente, e sabendo que essas pessoas importantes sabem efectivamente que o são, prefiro agradecer por lugar onde este percurso aconteceu.

Assim, um obrigado aos de Caminha lugar onde cresci, aos de Coimbra onde iniciei o curso de Arquitectura, aos do Porto e da FAUP onde terminei o mesmo curso e aos do Rio de Janeiro pelo ano fantástico. Cidades e pessoas que ficarão para sempre no meu coração.

No entanto, a situação e a consciência obrigam-me a agradecer de forma particular ao Professor Domingos Tavares pelo apoio, pela paciência, pela constante disponibilidade e pela ideias assertivas que me foi transmitindo.

À Cátia e ao Rui pela amizade e prestável ajuda que me deram na edição deste trabalho, traduzida numa profunda dedicação, à qual não estavam obrigados.

Ao arquitecto António e ao engenheiro Filipe bem como, aos meus colegas no gabinete de arquitectura onde trabalho, pela compreensão e pelas discussões e opiniões sempre ricas de conteúdo.

À minha família brasileira, pela forma como me receberam. Sem eles, seria mais difícil de realizar todas as viagens que despertaram a vontade de fazer esta dissertação.

Por último, de um modo muito especial, aos meus Avós pelo exemplo de vida, meu Pai por me ensinar a ser ponderado, à minha Mãe por me ensinar que “as vindimas só terminam quando se lavam as cestas” e ao meu irmão por me dizer sempre tudo na cara. A eles dedico este trabalho.

Muito Obrigado!

RESUMO

Ao visitarmos uma cidade é natural sermos surpreendidos. Essas surpresas acontecem porque temos uma tendência a criar referências de tudo na vida, e referências urbanas também.

Por sua vez, as cidades tentam ser organismos que nos servem, que dão sentido aos nossos caprichos, que nos dão um espaço para vivermos uma vida. Desta forma, as cidades transparecem aquilo que os habitantes esperam dela; autênticas cidades perfeitas aplicadas à realidade.

A cidade vai se construindo e tornando cada vez mais eficaz à medida que se vai experimentando, num exercício constante de construção e rectificação, em suma, num exercício de transformação. Ganham importância, na observação destas mudanças, os primeiros actos conscientes de urbanização. A Experiência acumulada, parte essencial do urbanismo que contemporaneamente desenvolvemos.

O hábito de conquista e colonização, de certa forma inerente à condição humana, revelou-se um pretexto para fundar cidades e para exercitar o desenho de cidade. Aquilo que mais tarde levará à consciência do urbanismo como disciplina – a Urbanística. Sem dúvida um período histórico fértil na produção urbana. Um urbanismo que reflecte uma conjuntura e um modo de vida, condicionantes da forma de organizar espaços.

É possível identificar nestes assentamentos urbanos um legado: a necessidade de uma logística eficaz que, por sua vez, levou à criação de regras; que finalmente podemos observar, num método lógico de fazer cidade, uma continuidade do ambiente urbano. A *Cidade Colonial Portuguesa* é prova evidente do que refiro, e peça preponderante deste processo.

O desenvolvimento do seu exercício, a necessidade de afirmação e a necessidade de concretizar de uma forma confiável, levou à criação de um método reconhecido. Esta evidência torna-se perceptível pela observação *in loco*, bem como pela observação dos elementos gráficos.

Esta dissertação propõe-se então a, analisando a história da cidade portuguesa e três exemplos de cidades coloniais portuguesas, compreender o desenvolvimento da imagem da cidade portuguesa, demonstrando a importância do episódio colonial na construção de um modo de fazer, que começou empírico e se tornou disciplinar; isto sem nunca perder os ensinamentos da sua génese: afirmamos, por isso, que não se trata de um método colonial, mas antes um método português.

ABSTRACT

When we visit a city, it is normal to be surprised. These surprises happen because, in our lives, we tend to make references about everything, urban references as well.

Cities attempt to be an organism created to serve us, that gives a sense to our wishes and gives us, as well, a space to live our lives. Cities show what its citizens expect from them; truly perfect cities built indeed.

The city will be constantly reconstructed and becoming increasingly effective as people try new experiences in a persistent exercise of construction and rectification; the result is a city naturally transformed on the process. This experimentation started since the first conscious actions of urbanization that play a big role and are an essential part of the urbanism we practice nowadays. What we call accumulated experience.

The habits of conquest and colonization, inherent to human nature, are a reason, a motivation to fund new cities and, of course, for the exercise of the city draw; latter, it naturally led to the conscious of the urbanism like a discipline – the Urbanistic. A fertile moment of urban production.

An Urbanism that reflects a moment and a way of life, which will be translated into new ways of organizing spaces.

It is possible to identify in these urban settlements a legacy. The necessity of an effective logistic, which brings to the creation of other rules; that means a way to design the city, promoting the continuity of the urban environment.

The Portuguese colonial city is an evidence of what we are talking about, and an important piece of this process.

All together, the development of its exercise, the necessity of affirmation, and the necessity to materialize in a confident way, ended in the creation of a perceptible method. The travels which we can eventually do, and the analysis of graphic elements as well, helps us to witness this fact.

So, this dissertation, analyzing the history of the Portuguese city and three examples of colonial cities in Brazil, proposes to help on the understanding of the image of the Portuguese city development, showing how important was the Portuguese colonial episode to the construction of a way to do which started in an empiric way of building, and became a disciplinary instrument, never losing the first knowledges, becoming not a colonial method, but a Portuguese method.

INDICE

0 / RESUMO	7
/ ABSTRACT	9
1 / INTRODUÇÃO	15
2/CIDADECOLONIALPORTUGUESA	25
VARIEDADE DE AMBIENTES	27
MANUELINO	36
ENSINO	39
POMBALISMO	43
3 / TRÊS CIDADES	53
3.1 RIO DE JANEIRO	59
RAZÕES DA SUA FUNDAÇÃO	61
OCUPAÇÃO	62
RUA DIREITA E LARGO DO PAÇO	65
O PAPEL DAS TRANSVERSAIS	66
3.2 OURO PRETO	71
RAZÕES DA SUA FUNDAÇÃO	72
OCUPAÇÃO	73
BAIRRISMO	75
OURO PRETO A ROMA PORTUGUESA (?)	76
3.3 COLÔNIA DO SACRAMENTO	83
RAZÕES DA SUA FUNDAÇÃO	84
OCUPAÇÃO	85
UMA PÓVOA	87
INTERPRETAÇÃO CASTELHANA	88
4 / CONCLUSÕES	93
5 / BIBLIOGRAFIA	99

“Disse que não vira lá entre eles senão uma choupaninhas de rama verde e de feiteiras muito grandes, como as de Entre Douro e Minho.”

1500. Carta de Pêro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, dando conta do achamento do Brasil

1 / INTRODUÇÃO

“Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube mas que estavam lá dentro de nós.”¹

Lúcio Costa, 1929, trecho de escrito para Manuel Bandeira citado em “Casa-Grande & Sanzala”, de Gilberto Freyre, 1933

Quando li esta citação pensei se, porventura, não poderia ter sido eu a escreve-la. Realmente, este é o sentimento que nos envolve durante uma visita a um centro histórico de uma cidade colonial: ficamos surpresos pela descoberta de um ambiente muito parecido ao das nossas referências, ao das nossas raízes. Não conhecemos, mas é como se já conhecêssemos. Tão semelhante esse espaço e os hábitos que nele se praticam, que é impossível ficar indiferente a este processo de intercâmbio que foi iniciado no fenómeno das explorações marítimas e que continua, felizmente, até aos dias de hoje.

O mais curioso nesta frase é a sua intemporalidade. Ela foi lida por mim este ano, enquanto estudava para esta dissertação, depois de um ano de intercâmbio realizado no Brasil no ano passado.

Por sua vez, foi escrita por Lúcio Costa enquanto “redescobria” a cidade colonial brasileira, ou a cidade portuguesa no Brasil, numa época em que este país procurava nas suas bases históricas e na atitude de vanguarda uma nova identidade Nacional que lhes daria a possibilidade de entrar definitivamente na modernidade. Este foi um dos episódios que influenciaram definitivamente o Modernismo Brasileiro, tornando um “caso à parte” na história da Arquitectura.

Sendo assim, o ponto de partida para esta dissertação está, sem dúvida, entre estes dois “tempos” da história de um país que me fascinou muito. Um tem a ver com a cidade colonial e o seu processo de implantação, o outro, com o Modernismo Brasileiro e as suas características únicas quando comparado com o Modernismo Europeu: para além de uma relação fortíssima com a natureza, em que a mesma participa do projecto e quase invade a construção, (evoco os projectos da Casa das Canoas de Niemeyer, a Casa de vidro de Lina Bo Bardi, a Casa de João Walter Toscano de projecto do próprio Toscano, ou mesmo os complexos de Habitação de Lúcio Costa no Parque Guinle no Rio de Janeiro) interessaria destacar a influência da Arquitectura Colonial na formação de um estilo Brasileiro de praticar a arquitectura modernista.

O início do século XX no Brasil, passou pela discussão entre duas visões distintas para encarar o futuro e alcançar o estatuto de país desenvolvido: os Neocolonialistas e os Modernistas. Sendo que os primeiros defendiam uma sociedade à imagem dessas épocas passadas, os segundos defendiam que era necessário repensar e evoluir segundo um modelo novo. Com isto, os modernistas eram de certa forma, acusados de renegar a história do seu país, obrigando-os a fazer um esforço para conciliar as suas ideias vanguardistas e a sua história que no fundo, independente das rivalidades, lhes interessava muito. Portanto, não deixa de ser algo “caricato” que na década de 30, os arquitectos modernistas brasileiros “picados” por esta rivalidade, sejam levados a discutir e a pensar sobre a melhor forma de intervir numa cidade histórica, aprender a compreendê-la e a valorizá-la. Principalmente, se pensarmos que nessa mesma época, o Modernismo Internacional se “entretinha” a procurar uma alternativa à cidade “tradicional” (na altura desvirtuada pelos problemas criados pela industrialização desmesurada e considerada desajustada à realidade); pretendia-se um urbanismo moderno, internacional, estruturado na Unidade de Habitação digna e para todos.

O pretexto para esta discussão prendeu-se com a construção de um novo hotel para Ouro Preto. A ideia na época era a de dar à cidade capacidade para responder ao crescente número de turistas que começaram afluír para a visitar. Depois de muita polémica, quem acabou por ganhar o concurso foi Óscar Niemeyer.

Analisando esta obra, observamos vários elementos curiosos quando falamos de uma obra de inspiração modernista: cobertura inclinada e com telha, elementos de fabrico artesanal que tentam dialogar com a linguagem dos muxarabis e que renegam os princípios de serialização dos elementos construtivos. Para além deste exemplo, poderíamos ter referido outros: uma Escola e uma Pousada em Diamantina também de Niemeyer e muito mais interessantes e “adultas” ao nível da forma, ou ainda as várias intervenções, muito mais tardias, de Lina Bo Bardi no centro histórico da Cidade do Salvador, na Bahia.

É curioso também que tenham sido as visitas de estudo às cidades coloniais, o pretexto para que personagens como Lúcio Costa, se questionassem acerca da progressão das intenções neocoloniais. Eles sentiram ser necessário rever os seus “partidos” e ideias acerca da arquitectura que praticavam.

Segundo o próprio Lúcio, a “sinceridade” construtiva de cada casa nestas cidades impressionou-o e ajudou-o a perceber o “engano” que era a arquitectura que praticava. Ele apercebeu-se de que na arquitectura colonial cada elemento que constituía a construção desempenhava um papel fundamental para vencer a gravidade. Construção e Ornamento confundem-se. Este facto ajudou-o a perceber para onde evoluir e caminhar.

“Passagens” como estas confirmam a intemporalidade de que falava no início. Aplicam-se aos anos longínquos de 1929 e aos dias de hoje. Não é mais do que o reflexo da permanência no tempo de um tipo de ocupação que é o Urbanismo Colonial Português, e a força da sua imagem baseada na expressão das suas igrejas para a exaltação de uma Religiosidade (que ainda hoje permanece e nos impressiona a nós Europeus) e nos seus casarios. Daí, resulta uma linearidade de linguagem que junta com a paisagem e o seu relevo, formam um conjunto que não deixou os modernistas, nem hoje deixa ninguém indiferente.

Naturalmente, que eu não fui excepção, e tal como sucedeu com os intelectuais brasileiros na sua busca por uma identidade brasileira, foi despertando em mim um interesse, não por a busca de qualquer tipo de identidade, mas sim, por esta relação Portugal/Brasil e no cruzamento das linhas da história urbana e arquitectónica Colonial com o Modernismo Brasileiro, tão distintos mas ao mesmo tempo tão relacionados. Pela abrangência dos temas, e o tempo curto disponível para a realização deste trabalho, decidiu-se que seria melhor tratar apenas um, e de forma autónoma de modo a aumentar o rigor dos temas abordados. Acreditamos que, o aprofundamento de cada um dos temas de forma autónoma,

será mais útil para um futuro trabalho em que claramente se relacionam. Decidi-me então, pelo tema do Urbanismo Colonial Português, porque precede ao Modernismo e o influência!

Para além de tudo o que referi anteriormente, devo dizer que a vontade de aprofundar os meus conhecimentos sobre o tema explica-se também pelas aulas que fui tendo com os Professores, Alexandre Alves Costa, Paulo Varela Gomes, Domingos Tavares ou Walter Rossa. Chamou-me à atenção um discurso comum a todos eles: o Urbanismo Colonial Português, explicando de uma forma bastante resumida, implica uma estratégia da aplicação de um exercício de memória das cidades da metrópole que definem as directivas base, e do “urbanismo castiço”² baseado num empirismo popular do “bem-fazer”³ que passava de geração em geração provocando nessas cidades uma imagem e forma urbana forte, eficaz e comum a todas elas.

No entanto, no momento em que abordamos o assunto, noto sempre que não existe uma real noção da contribuição dos Portugueses na disciplina do Urbanismo, tornando-se inevitável a comparação com o Urbanismo Castelhana muito melhor estudado e divulgado. Nota-se, principalmente nos estudantes da faculdade, grupo no qual me incluo, uma certa desinformação do processo do urbanismo português, reduzindo a questão às noções de “cidade de paisagem” ou “cidade informal”. O urbanismo colonial espanhol, pela sua forma urbana simples, aproximada dos Tratados Renascentistas para Cidades Ideais, foi considerado durante muito tempo o único exercício verdadeiramente intelectual e erudito da disciplina do Urbanismo (quem diz espanhóis, diz também ingleses, franceses ou holandeses). A verdade é que esta ideia ainda permanece.

Devo então admitir, que quando analiso diferentes assentamentos urbanos coloniais portugueses, me causou sempre alguma estranheza que as questões da cidade colonial se reduzam apenas a estes temas, sendo que tornou-se motivação fundamental para esta dissertação, o aprofundamento deste assunto.

“O facto de se evocar nesta obra o “património de origem portuguesa no mundo” é um sinal inequívoco deste processo. Porque o mundo amplia e anula Portugal, este património assume um carácter não nacionalista, e sim universal. Não se fala aqui de património português porque pertença aos portugueses, nem porque tenha pertencido. Fala-se de património de origem portuguesa por fazer parte da herança portuguesa no sentido lato. O seja, é património de origem portuguesa não porque os portugueses o tenham legado a outras culturas, como espécie de testamento, mas porque estas o partilham e o portam como sua bagagem cultural também. Não se deve por isso ler a expressão como saudosismo ou como evocação de um passado de poder que já não existe, mas ao contrário, como superação da própria perda material e o encontro do elo virtual da cultura. Sobretudo desta cultura que se fez sob o signo da viagem e da descoberta.”⁴

Não pretendo assim construir um discurso patriótico, nem tentar “competir” com os anos de investigação dos autores em que me irei apoiar para escrever este trabalho mas antes, ousar de forma humilde contribuir para uma síntese mais clara do que foi o “processo” de construção de um Urbanismo Português, claramente um caso diferente das teorizações universais realizadas acerca do tema, que foge do conceito geral de cidade e se construiu ao longo desses estudos. Como refere Nuno Grande o urbanismo português teve o “azar” de não se enquadrar nos parâmetros daquilo que se foi tornando natural

2 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag.217

3 Costa, Alexandre Alves; Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa; FAUP publicações 2007; pag.27

4 Araújo, Renata Malcher de; Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo, América do Sul; F. C. Gulbenkian 2010; pag.422

considerar como cidade à medida que a urbanística, como disciplina foi ganhando consistência.⁵

As visitas que realizei, durante uma viagem de dois meses pela América Latina, e mais tarde outras mais curtas por Minas Gerais ou Parati (um pouco ao jeito das que o poeta brasileiro Mário Andrade realizou com outros intelectuais pelo território brasileiro em busca da brasilidade do século XX) permitiram-me sentir esta realidade colonial e as consequentes diferenças entre os dois sistemas.

Devo referir antes de tudo, que estas diferenças entre urbanismos – castelhano e português – eram necessárias para a distinção das nações e mais ainda, oferecer uma noção de Império, como uma busca de uma “imagem de marca”. É assim evidente que, se houve objectivo que eles claramente cumpriram foi o de criar um “valor universal” urbano nos seus territórios.

Nestas visitas não podemos ficar indiferentes à familiaridade que nos provoca Ouro Preto, Diamantina, ou a “caminhense” fortaleza de Colónia do Sacramento (pois recordou-me Caminha e as suas muralhas), entretanto cedida aos espanhóis e hoje Uruguia. Nem é possível que, indo de Buenos Aires na Argentina a Arequipa no Perú, passando por Santiago do Chile não se fique impressionado com a força das Quadras que caracterizam o Urbanismo Espanhol.

É engraçado permitirmo-nos descobrir situações contraditórias que tornam este processo ainda mais curioso. Por exemplo, descobrir que em Arequipa (que possui um sistema de quadras do mais perfeito que pude visitar) o controlo social, da fácil vigilância e do catolicismo, próprios do sistema urbano são “desvirtuados” pela realidade interior desses quarteirões, onde é possível regressar ao beco das cidades muçulmanas do sul de Espanha, que “vira as costas” à rua; ou ver Ouro Preto e depararmo-nos com uns elementos estranhos ao resto, os muxarabis, tão utilizados por toda a região de Minas Gerais, que recuperam a solução de controlo da luz e consequentemente do calor que naquela região é muito, tal como no Sul de Portugal e no Norte de África. Permite ao mesmo tempo praticar aquele hábito bem Mouro e talvez bem Português, que consiste num gosto em observar a rua sem que seja observado. Soluções semelhantes para desafios semelhantes.

É assim interessante e de relevo a contribuição dos países Ibéricos para a disciplina do urbanismo:

“Descobrimentos e colonização constituíram um período particularmente fértil da história humana na fundação de assentamentos urbanos. Provavelmente só comparável, em número, à que acompanhou o estabelecimento do Império Romano. E, por certo, não é menos surpreendente que tal eufória urbanística se fique a dever aos povos da Península Ibérica que não tinham, ao contrário de italianos, franceses ou anglo-saxões, uma tradição próxima de urbanismo de colonização (no sentido de novo povoamento de territórios extensos).”⁶

Com efeito, e não querendo fugir ao tema, a verdade é que estas viagens e este trabalho resultam como uma forma de aprendizagem pessoal acerca da cidade actual e quais as suas possibilidades de progressão.

Quando falamos destas cidades coloniais, falamos da génese da fundação urbana Moderna, das primeiras sementes para a Cidade Actual. Seduz-me imaginar as discussões sobre a construção destes assentamentos, onde existiria uma participação fortíssima dos moradores já que a cidade dependia

5 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag. 25

6 Portas, Nuno, 1998, Nuno Portas Prémio Sir Patrick Abercrombie UIA 2005; Caleidoscópio 2005; pag. 20

dos mesmos para a sua construção. Esse facto a meu ver, explica uma relação antropológica estreita entre o homem e a forma urbana, evidenciado pela escala do corte da rua, e à qual nenhum visitante fica indiferente.

A verdade, é que com a velocidade que surgiram novas cidades, houve a possibilidade de experimentar várias soluções a um ritmo que não nos é possível igualar. Nesse sentido, como refere Nuno Portas no texto, este número de experimentações não deve ser ignorado.

Como tal, este texto deve ser entendido como o início de um percurso pessoal de entendimento dos processos da cidade, considerando que a compreensão das experiências daquele tempo deverá ser um elemento muito útil para realizar os trabalhos actuais de forma hábil e competente.

Assim, embora a minha intenção inicial fosse centrar-me apenas no urbanismo brasileiro, à medida que fui avançando na pesquisa percebi que este não se explica por ele mesmo. É sim, resultado de um processo que começa na memória urbana medieval dos Castelos Portugueses com a preocupação de defesa e é desenvolvido pelos descobrimentos depois de várias tentativas (numa lógica de tentativa - erro), no Norte de África, na restante costa Africana, na Índia e finalmente no Brasil.

Uma vez que já existem imensos estudos acerca desta temática da Cidade Colonial Portuguesa mas de uma forma muito cingida a cada país que ocupámos, entendi fazer mais sentido encará-lo como um processo único, numa lógica de “aprendizagem de Império” como refere Rafael Moreira⁷. Aprendizagem que augura um modelo global, facilmente aplicável a qualquer situação e lugar e que explica a razão pela qual conseguimos identificar uma imagem, um ambiente comum que persegue todos os assentamentos urbanos portugueses, tal como se passou comigo.

Vemos realmente qualquer coisa de semelhante quando olhamos para a planta de Olinda em Pernambuco, Brasil e Goa na Índia; ou quando percebemos que não se explica a Praça XV no Rio de Janeiro sem olharmos primeiro para o Terreiro do Paço em Lisboa.

José Manuel Fernandes descreve a sua chegada a Salvador da Bahia no seu livro *Arquitectura e Cidades* em três fases: de longe parece-nos Lisboa, quando nos estamos a aproximar lembra-nos o Porto, quando se entra na cidade é África!⁸

É esta convergência de ambientes sintetizada na configuração de um modelo urbano transversal a todos os territórios portugueses que me interessa!

Embora cada um dos locais onde os portugueses se implantaram tenha as suas especificidades, a verdade é que me interessou mais este percurso: não se explicam as estratégias de implantação no Norte de África sem perceber o urbanismo católico e muçulmano em Portugal; nem conseguimos entender o Urbanismo Indiano e Brasileiro sem descobrir o que antecedeu em África. E será lógico que não seria possível explicar a requalificação de Lisboa após o terramoto de 1755, sem estudar todos os anteriores que referi.

Interessa para além desta permanência do ambiente urbano perceber então, qual o processo que contribuiu para tal continuidade num período temporal tão alargado. Por outro lado, era importante verificar de que forma essas regularidades se manifestam no desenho urbano.

Assim se explica a estrutura deste trabalho: uma primeira parte que tenta dar conta desta abrangência que explica a história da cidade colonial portuguesa, e uma segunda onde através da eleição de três

7 Correia, Jorge; *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*; FAUP publicações, 2008; pag.15

8 Fernandes, José Manuel; *Cidades e Arquitecturas*; Livros Horizonte 1999; pag.13 “Delongarecorda Lisboa; mas de perto, pelo relevo abrupto que opõe uma “alta” e a “baixa”, é mais o Porto. Lá dentro é afinal muito África!”

idades, se fará uma análise das suas características urbanas, no que respeita às razões que levaram à sua fundação, a forma como essa ocupação foi sendo concretizada e características mais particulares de cada um dos casos de estudo, que se destacam e explicam as suas formas e desenho urbano.

A primeira parte, procura dar a entender um processo de pensar a cidade, deste a sua inicial fase mais empírica, e principalmente não especializada, dos arruadores, até à cidade pombalina a cidade do estado, passando pelo factor que nos parece mais decisivo que é a construção de uma escola portuguesa de urbanismo, que concretizou um método lusitânico que comprova não só, um modo de fundação e concretização, mas também uma lógica teórica e científica de pensar a cidade, onde os funcionários do urbanismo são actores principais da concretização deste processo.

A segunda parte, justifica-se como complemento da primeira. Deve ser entendida como um zoom onde se fala de pormenores. É o texto que equilibra toda esta temática, uma vez que, por um lado demonstra como este método se concretizou no terreno, por outro, funciona de um modo suficientemente independente à primeira parte desta tese, de modo a compensar a opção de apenas se analisar cidades coloniais portuguesas na América Latina, uma vez que ainda só tive a oportunidade de visitar as deste continente. Faria algum sentido poder-se analisar um grupo mais diversificado de cidades, com exemplos da Índia e África mas, uma vez que não as visitei e o ponto de partida para este trabalho foram as viagens, achamos que faria mais sentido e seria mais rigoroso analisar apenas as que se visitou.

Desta forma, foram escolhidas três cidades, Rio de Janeiro, Ouro Preto e Colónia do Sacramento, que certamente serão um bom exemplo para se mostrar esta característica do urbanismo português que é a aplicação de princípios adquiridos, que aplicados às especificidades do terreno fazem a fronteira, entre as diferenças e as semelhanças, parecer ténue. É útil referir que o critério para a escolha das três cidades de um grupo mais alargado é explicado no início desta segunda parte.

É conveniente referir o papel das imagens de vão surgindo ao longo deste trabalho. De forma compreensível elas, em primeira instância, vão surgindo como forma de comprovar ou confirmar as ideias que se vão passando. No entanto, algumas imagens surgirão apenas para desempenhar um papel de provocação positiva que a sucessiva comparação com outras imagens nos induz. Assim, com maior incidência na primeira parte, estas vão surgindo para reforçar esta ideia de grupo e modo de fazer similar que o Urbanismo Colonial Português tem, e que se quer transmitir nesta dissertação.

Acreditamos que esta será a melhor forma de obter um compromisso entre esta ideia de cidade construída ao longo do tempo, contribuindo para uma noção geral e transversal a todo este processo, e as suas concretizações diversas e específicas no terreno que merecem à semelhança da construção das próprias cidades coloniais, uma necessária autonomia na sua compreensão, mas que não podem no entanto ser separadas.

2. Ouro Preto - esboços de viagem
Praça Tiradentes; João Costa

2. Ouro Preto - esboços de viagem
Igreja de São Francisco de Assis; João Costa

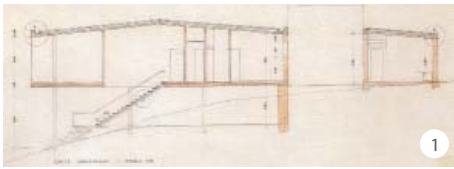
3. Ouro Preto - esboços de viagem
Largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar; João Costa



2



3

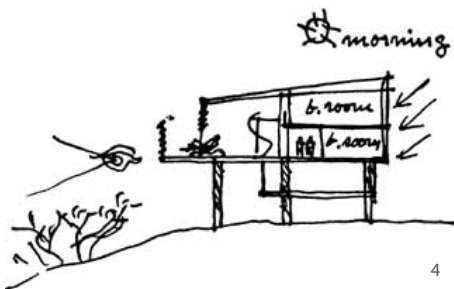
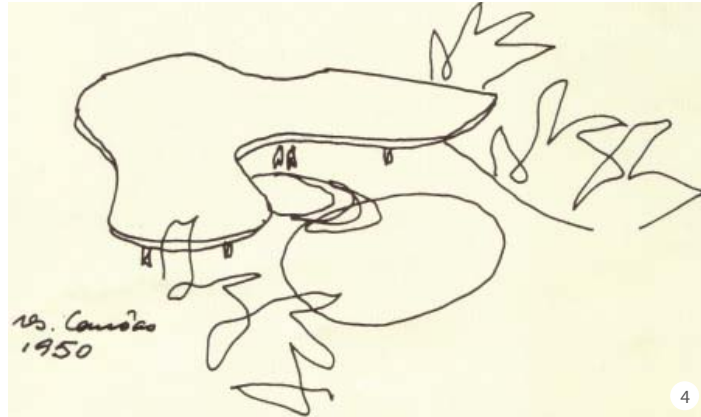


1. 1951 / Casa de vidro - corte trasversal
Arq. Lina Bo Bardi
Oliveira, Olivia; Lina Bo Bardi, sutis substâncias da Arquitetura;
Editora Gustavo Gil 2006; pag. 52

2. 1951 / Casa de vidro - vista
Arq. Lina Bo Bardi
Oliveira, Olivia; Lina Bo Bardi, sutis substâncias da Arquitetura;
Editora Gustavo Gil 2006; pag. 52

3. 1952 / Casa das Canoas - vista
Arq. Oscar Niemeyer
Niemeyer, Oscar; Oscar Niemeyer 2001;
Parque Expo/ISCTE 2001; pag.64

4. 1952 / Casa das Canoas - croqui
Arq. Oscar Niemeyer
Niemeyer, Oscar; Oscar Niemeyer 2001;
Parque Expo/ISCTE 2001; pag.59



4. 1938 / Grande Hotel de Ouro Preto - croqui
Arq. Oscar Niemeyer
<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/oscar-niemeyer-coletanea-de-11-02-2008.html>

5. 1938 / Grande Hotel de Ouro Preto - vista
Arq. Oscar Niemeyer
<http://www.flickr.com/photos/maccosta/3174564221/in/set-72157612432930427/>

6. 1967 / Casa João Walter Toscano - vista
Arq. João Walter Toscano
Toscano, João Walter; João Walter Toscano;
Editora UNESP 2002; pag.72

7. 1951 / Escola Estadual Júlia Kubitschek - vista
Arq. Oscar Niemeyer
<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/oscar-niemeyer-coletanea-de-11-02-2008.html>

8. 1952 / Edifício Habitação Parque Guinle / Arq. Lúcio Costa
<http://www.panoramio.com/photo/9246797>

9. 1951/ Hotel Tijuco- vista
Arq. Oscar Niemeyer
<http://www.flickr.com/photos/maccosta/3164197294/sizes/o/in/set-72157612432930427/>

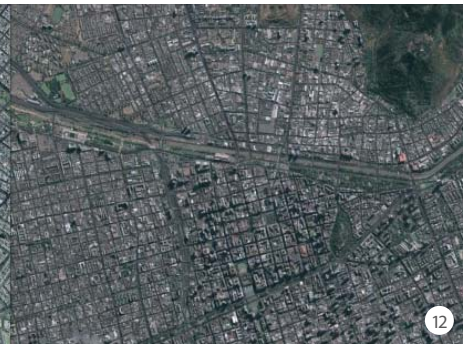




10



11



12

10.Cidade de Buenos Aires-vista aérea/Google Earth
11.Cidade de Arequipa-vista aérea/Google Earth
12.Cidade de Santiago do Chile-vista aérea/Google Earth



14



13



16



17

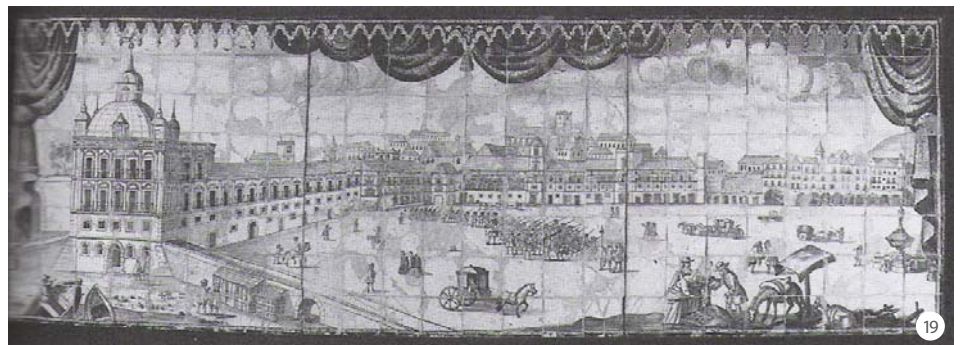


15



18

13. Almeida - vista aérea
Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 273
14. Planta de Olinda, cerca de 1630
Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil – Urbanização e Fortificação; Público – Comunicação Social SA, 2008; pag. 50
15. Planta de Goa, 1595
http://www.wdl.org/es/item/22/zoom.html?ql=spa&s=goa&view_type=gallery
16. Planta da Fortaleza de Mazagão, 1757
Correia, Jorge; Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África; FAUP publicações, 2008; pag.344
17. Vista do Largo do Paço no Rio de Janeiro 1818
Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil – Urbanização e Fortificação; Público – Comunicação Social SA, 2008; pag. 24
18. Vista de Salvador, início do século XIX
Portas, Nuno, 1998, Nuno Portas Prémio Sir Patrick Abercrombie UIA 2005; Caleidoscópio 2005; pag. 24
19. Vista de Lisboa, detalhe com a zona de S. Bento e Santos, 1775
Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 121
20. Vista do Terreiro do Paço de Lisboa, anterior ao terremoto de 1755
Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 117



19



20

2 / CIDADE COLONIAL PORTUGUESA

“o passado funciona, para o homem contemporâneo, como a consciência do irreversível, do irremediável, da perda. E, conseqüentemente, como categoria primeira de identidade, como condição sine qua non da identificação. Existe pois a convicção de que sem os vestígios materiais ou espirituais do passado não há memória, e, sem memória, não é possível construir o futuro pela simples razão que não há onde enraizar o presente.”¹

Horta Correia

Lembro uma palestra do Professor Távora, em que ele dizia, em jeito de brincadeira: “quando se chega a Salvador sentimos um ambiente familiar, bem português. O que nos leva a esta sensação? Serão as portas e as janelas?”

Por sua vez, o Professor Alves Costa disse na sua última aula de título, *Nós somos da Póvoa do Varzim* o seguinte: *Tentaremos provar que são, não só a Língua, mas também a Arquitectura e as Cidades de língua portuguesa, que nos permitem algum sentimento de pertença a uma comunidade construída com tanta injustiça e sofrimento, como esforço e imaginação. É, pois, através das nossas Língua e Arquitectura, das nossas Cidades, que permanecemos ou não portugueses.*²

Desta forma, se o idioma é facto evidente dessa realidade, pois com naturalidade, o português é evidentemente de Portugal e língua que os portugueses falam³, já as cidades será mais difícil de compreender como algo que expressa essa condição. Somos obrigados ao exercício da leitura de imagens, seja por fotos ou por visita. Ao fazê-lo concluímos que, por exemplo, Salvador da Bahia, evidentemente, não poderá ser espanhola, nem inglesa, mas tão-somente portuguesa, *pois, sem necessidade de comprovação científica: existem valores distintivos da nossa Arquitectura e nas nossas Cidades, seja qual for o lugar que lhes tenha dado terra. Valores que contêm explicitamente uma vontade de unidade que, no nosso caso, tem de ser*

1 Araújo, Renata Malcher de: Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo, América do Sul; F. C. Gulbenkian 2010; pag. 21

2 Costa, Alexandre Alves; “Nós somos da Póvoa do Varzim”, J.A. Ser Português nº 237; Jornal dos Arquitectos 2009 pag. 82

3 Costa, Alexandre Alves; Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa; FAUP publicações 2007; pag. 23 “Enquanto abraçava o Caetano Veloso, fui pensando que se a minha pátria é a língua portuguesa, há muito mais que, se não era, passa a ser.”

*entendida como polémica expressão de uma complexa multiplicidade.*⁴

Serão as portas e as janelas?

Quando falamos de urbanismo, falamos do processo de conciliação de edifícios distintos de modo a que traduzam um conjunto que alberga várias funções e hierarquias, que respeitam critérios estabelecidos por uma entidade, por sua vez, reconhecida pelos seus habitantes que lhe conferem a unidade de aglomerado urbano desejado. Desta forma, quando falamos de urbanismo português, falamos de cidades fundadas por uma entidade, a Coroa Portuguesa, que se encarregava de criar condições para se construírem os requisitos necessários à condição de Cidade Portuguesa.

Esses requisitos são os edifícios necessários para o conjunto concretizar a aspiração à condição urbana. Urbanismo esse, composto por uma arquitectura de formas puras e construção simples onde a decoração não compromete estes valores mas sim participa deles, sendo que, *por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial, trabalha a escala e é sobretudo na dimensão e na implantação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais. E, assim, se transforma de arquitectura em elemento de composição urbana, salientando, na racionalidade e uniformidade da arquitectura civil, a natureza do edifício singular.*⁵

Falamos então, de uma lógica urbana muito própria, do edifício hierarquicamente importante, que motiva o traçado das *ruas direitas e alçado uniforme*, em vez de ser o desenho do traçado prévio a ditar uma lógica de implantação.

Se consideramos entretanto, que no que respeita à arquitectura o reflexo de identidade nacional se traduz na sua arquitectura vernacular, ou popular, facilmente chegaríamos a conclusão que o nosso país não era capaz de atingir essa noção de grupo, neste caso, portugueses.

Torna-se assim evidente a importância que o episódio do período colonial teve para esta ideia de conjunto que se traduz num modo identificável de fazer cidade.

Ironicamente, foi a arquitectura e o urbanismo produzidos e concebidos fora da metrópole que contribuíram para essa síntese identitária, que hoje conseguimos detectar.

Naturalmente, não será para acreditar que existisse uma intenção consciente e propositada de criar uma Identidade Nacional, essa acaba sim por surgir como consequência necessária para uma melhor coordenação de fundação de cidades. Como refere Rafael Moreira, *A aprendizagem do Império*.⁶

O que interessou na época foi alcançar uma eficácia de gestão colonial. Essa gestão afectou evidentemente todos os actores desta actividade colonial.

As cidades coloniais e a sua arquitectura estão para a economia daquela época, como um investimento económico abstracto tal como os que se realizam hoje em dia. Fundar uma vila na época, era como hoje em dia, a Telefónica espanhola lançar à portuguesa Portugal Telecom uma OPA para comprar a brasileira VIVO que por sua vez pertence à empresa de comunicações portuguesa. Era portanto, uma forma de afirmar presença para se poder controlar o espaço - o físico e o económico. Era o modo mais convincente de demonstrar interesse aos países concorrentes.

Para tal, era verdadeiramente essencial organização, e uma resposta eficaz e forte. Nesse sentido, o Urbanismo Português é um exercício de depuração e síntese da variedade nacional. Algo que concilia as exigências da Coroa - o urbanismo erudito/militar - com a forma de vida da população - *o urbanismo castiço*⁷.

4 Costa, Alexandre Alves; "Nós somos da Póvoa do Varzim", J.A. Ser Português nº 237; Jornal dos Arquitectos 2009 pag. 87

5 Costa, Alexandre Alves; "Nós somos da Póvoa do Varzim", J.A. Ser Português nº 237; Jornal dos Arquitectos 2009 pag. 89

6 Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. FAUP publicações, 2008, pag.15

7 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag.217

Se os últimos, contribuíram para uma sistematização construtiva, numa base muito prática, na lógica do *bem-fazer*⁸, do qual os arraiais mineiros no Brasil serão o exemplo mais elucidativo, os primeiros contribuíram para o desenvolvimento de um método.

Existem então, como chama à atenção Reis Filho, *regularidades*⁹, uma sistematização de acções logísticas e de desenho urbano, que ajudaram a esta noção de método português.

É importante referir desde já, que umas das grandes preocupações urbanas, eram de natureza militar. Cidades capazes de se auto-protegerem são assim, o primeiro grande enunciado e uma constante para este urbanistas portugueses.

Assistiu-se assim, a uma adaptação dos técnicos a situações diferentes. A primeira constante é a variedade de ambientes que definem uma conjuntura. Estas conjunturas, definem uma opção de gestão para cada lugar onde os navegadores chegavam e a sua explicação confunde-se com a própria história dos Descobrimentos Portugueses, acabando por influenciar a vontade urbanizadora.

Para se falar do trabalho desenvolvido por estes *arruadores* portugueses, deve-se então ter em conta uma série de actos: o primeiro, e seguindo a ordem da própria cronologia, tem a ver com a primeira expansão portuguesa, de Norte para Sul do território pelo qual se reconhecem actualmente as nossas fronteiras portuguesas na Península Ibérica. Desde essa época que se assiste a uma readaptação e aprendizagem de realidades (cultura urbana católica versus cultura urbana mourisca). No entanto, para além de se reconstruir cidades literalmente “em cima” das que se conquistava, a discussão passava principalmente por uma implantação cristã ou muçulmana. Não existia uma noção de método científico.

O segundo acto relaciona-se com a expansão seguinte, em território africano. A lógica continua igual à anterior e a grande justificação para estas conquistas, a oficial perante o Papa, continua a ser a da Coroa Portuguesa ao serviço da Evangelização Cristã, tal como em território Ibérico. Embora saibamos que o interesse principal pelo domínio deste território tinha a ver, de forma não declarada, com oportunidades de expansão económica. Mesmo assim, a ocupação, continua a ser sobre cidades existentes. O princípio da própria reocupação baseava-se em reduzir a área a defender, através do conhecido *atalho*¹⁰, que consistia numa divisão da cidade conquistada. Este artifício levava a uma nova dinâmica urbana nessas cidades: a criação de uma rua, que por sua vez se relacionava com a das Ruas Direitas que eram comuns nas cidades em território português, e que ligavam as portas das muralhas sendo assim elevada a via principal, de modo que é compreensivelmente comparável com a função das vias Cardus e Decomanos da cidade do império Romano. É evidente então, que o trabalho urbano até essa data era sempre sobre cidades existentes. Não existia propriamente um traço novo, apenas uma adaptação urbana à ideologia religiosa nova. Deve-se também ter em conta o peso que teria para o derrotado a perda do seu lugar explicando-se o porque de nunca se procurar terrenos novos. Era importante, que se construísse por cima do que se conquistava, que as mesquitas virassem igrejas, destacando a vitória e a derrota e mudando a própria natureza do espaço que se conquistava.

VARIEDADE DE AMBIENTES

8 Costa, Alexandre Alves; Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa; FAUP publicações 2007; pag. 27 “A sua história é um processo evocativo, espécie de celebração da memória que, resultando de um processo empírico, dificilmente se distancia do senso comum.”

9 Bastos, Rodrigo Almeida; Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII in <http://mdc.arq.br/2009/10/01/regularidade-e-ordem-nas-povoacoes-mineiras-no-seculo-xviii/>

10 Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. FAUP publicações, 2008, pag. 13

O terceiro momento corresponde à fase em que, iniciada a odisséia dos descobrimentos, se ultrapassa o território africano de domínio muçulmano e a justificação para tal jornada passa a ser, não a Guerra Santa, mas sim a evangelização e finalmente, de forma assumida, a oportunidade económica. Com isto, nasce a crença de ser possível descobrir o caminho marítimo para a Índia, sendo que o que passa a ser importante é ir marcando território, indo tirando proveito das terras férteis e potenciando o mercado dos escravos negros. Por outro lado, era importante fazê-lo com a maior brevidade possível, já que as outras nações, como a França, a Inglaterra ou Castela, andavam preocupadas com guerras entre si (no caso dos primeiros) e com a expulsão dos Mouros (no caso de Castela). Este é um facto preponderante já que nos deu a exclusividade para nos irmos dedicando à causa das navegações ao nosso ritmo durante quase todo o século XV.

Desta forma, esta fase serviu para ir criando hábitos de implantação, procurando as águas calmas e seguras das baías, em terrenos de fácil controlo visual. Os colonos africanos, da África não compreendia como o Magreb, não se afirmavam, como os muçulmanos, pelas suas cidades sendo que aos portugueses não foram necessárias implantações urbanas expressivas, apenas fortes que iam controlando na medida do possível a costa.

Esta fase será como um estágio intermédio para uma seguinte em tudo idêntica à primeira no Norte de África no que respeita à conjuntura na fundação de cidades bem como, na frequência com que eram criadas. Corresponde à obtenção do grande objectivo de todas estas jornadas exploratórias que era a descoberta por mar da Índia. Aqui, a presença urbana volta a ser tão forte como no Norte de África mas com uma substancial diferença: novamente em território hostil, não se conquista mas negocia-se e depois defende-se. Esta estratégia é perfeitamente justificada se pensarmos nas condicionantes: não existia capacidade para levar de Portugal uma quantidade de homens capaz de conquistar um território tão distante e tão vasto e organizado. Dai se ter optado pela via diplomática, embora, quando a justificação era forte, tenham existido algumas guerras de conquista como em 1503 quando partiram dez naus desde Portugal a mando do almirante Vasco da Gama para conquistar o poder do samorim de Calicut¹¹. Não existia portanto, da nossa parte, o intuito de fazer guerra para conquistar território e controlar a produção dos bens produzidos nela, mas apenas interessava controlar o comércio¹². De qualquer modo, entre os Indianos, existiram sempre facções inconformadas com a presença portuguesa, para as quais era necessário haver capacidade de protecção. Era preciso então, continuar a fundar praças - fortes, o que à partida não constitui uma grande novidade para os engenheiros - militares já que era esse o ambiente urbano normal em território português, seja devido à conquista aos Muçulmanos, seja pela necessidade permanente de manter os Castelos da Raia Portuguesa activos e actualizados em termos bélicos para a permanente ameaça de Castela. O que será realmente novo é o facto de em algumas fortalezas a sua implantação ser mais próxima de um projecto de cidade de raiz, enquanto nas anteriores eram sempre desenvolvidas segundo uma ocupação existente.

Assim, no caso das novas cidades em território indiano os primeiros traços foram muitas vezes lançados pelos engenheiros - militares. Desta forma, o facto de se passar a encarar uma cidade, não como algo que se (re)ocupa e se envolve de muros, mas como algo que se funda, com processos *muito próximos do acto de urbanizar*, obrigou, naturalmente, a rever os processos urbanos de *fazer cidade*¹³.

Um tema que acaba por se insurgir neste contexto histórico tem a ver com a influência que a tratadística renascentista italiana, poderá ou não ter como referência e critério, para a fundação de fortalezas

11 Dias, Pedro; *Arte de Portugal no Mundo, Índia, Urbanização e Fortificação*; Público – Comunicação Social, SA, 2009; pag. 9

12 Idem; pag. 9

13 Rossa, Walter; *A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Livraria Almedina, 2002; pag. 278

portuguesas. Nunca perdendo a componente de guerra as cidades ideais representavam então uma nova tecnologia bélica, que explicará mais tarde a fundação de Mazagão, no Magreb. No entanto, essa revela-se uma falsa questão, já que se por um lado verifica-se que os portugueses dominavam as novas técnicas renascentistas na construção de muralhas, por outro, no acto de fazer cidade verifica-se que existe uma permanência de estratégia, parecida com aquilo que vinha fazendo na Metrópole e que fazia parte da cultura urbana corrente. A imagem e forma urbana não diferem. O equívoco vem da evolução da forma das muralhas góticas e românicas, para as renascentistas com as suas *formas mais irregulares*¹⁴. No entanto, não deixa de ser interessante esta referência lançada por Mário Chicó.

As portas da muralha que são, naturalmente, uma constante em cidades com muros, ajudam a perceber a ideia de domínio do comércio e não do território indiano já que, a porta mais importante das fortalezas Indianas passou a ser o acesso virado ao mar, a *porta do mar*. Reflexo de que, às cidades portuguesas, lhes interessava principalmente a relação com o mar e com a metrópole, sendo que, a outra porta a da Terra nunca adquiriu a mesma importância. Uma curiosa situação, esta das portas da muralha, que explica a localização muito aproximada da água que estas fortalezas tinham. Convém referir por fim, que não podemos ignorar o facto de, a dado momento, a Índia se ter tornado um Estado, governado por um Vice-Rei, o que levou a uma maior autonomia e capacidade de iniciativa para gerir e desenvolver as obras necessárias.

A cidade Indo-Portuguesa, tem assim uma implantação que declarou um compromisso com a tradição portuguesa naquilo que são os elementos urbanos essenciais, baseada nas ocupações da raia fronteira portuguesa e na experiência do Magreb e estas novas formas, mais exuberantes, das muralhas renascentistas. Uma cidade que se organiza de forma eficiente e se defende forma igual. Desta forma, verifica-se uma *relativa regularidade*, tanto nas fundadas de raiz ou nas que foram reformadas, mesmo não existindo um desenho prévio¹⁵.

Se o processo de ocupação e urbanização na Índia foi assim tão variado, naturalmente no Brasil não poderia deixar de ser diferente por várias razões: a primeira é que o sistema administrativo herdou hábitos da aprendizagem da gestão indiana ; em segundo o território é largamente mais vasto. Esta dispersão aumenta a autonomia nas decisões, e diminui a coesão entre capitanias acerca das mesmas, apesar de uma corrente comum de intervenção que nesta época é já evidente.

No entanto, se na Índia, nunca existiu uma intenção de dominar o território, e aquilo que se produzia nele devido a um terreno demasiado perigoso para o fazer, no Brasil as condições forma outras.

Os povos que ocupavam a costa atlântica da América do Sul não tinham o nosso nível civilizacional, eram fracos a nível bélico e não tinham, ao contrário dos indianos, o hábito do comércio.

As circunstâncias em que o Brasil foi descoberto ditarão assim, a forma como este vai ser ocupado. É importante referir que o território que foi descoberto em 1500, apenas dois anos depois de descoberta a Índia, ficou durante os anos em que o território asiático foi a jóia da Coroa portuguesa relativamente esquecido. As energias portuguesas ficaram todas focadas na ocupação indiana¹⁶. Assim, o Brasil foi sendo um território que se foi explorando, se foi controlando, sem nunca se ter muita consciência do seu real valor. Era claramente de segundo plano na estratégia portuguesa. No entanto, desde logo se viu o seu potencial agrícola, tendo sido esta a sua grande primeira função, com a exploração da madeira Pau-Brasil e da cana-de-açúcar. Este carácter rural que a colónia teve desde início, é apontado como justificação para o carácter rural que aparentemente as cidades brasileiras nunca perderam,

14 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 278

15 idem, pag. 282

16 idem, pag. 285

e para uma certa resistência na própria fundação de ambientes realmente urbanos. Assim, muito esporadicamente foram surgindo algumas vilas como a de São Vicente, a primeira vila brasileira, em 1532. Pela organização política da colónia, em Capitánias Hereditárias como nas ilhas atlânticas, divididas em faixas de terra que iam desde o mar até à latitude definida pelo Tratado de Tordesilhas, a fundação de cidades dependia da competência e vontade do senhor que, à luz de um regime muito próximo ainda do feudal, era encarregue de gerir aquele pedaço de terra.

O interesse de Portugal pelo território Brasileiro foi surgindo à medida que a Índia se foi tornando um território cada vez mais complexo de se controlar. Em medida idêntica, o interesse de outras nações pela costa brasileira foi-se evidenciando e portanto, foi sendo cada vez mais essencial marcar presença. Do mesmo modo que, a primeira medida administrativa foi utilizar o sistema das ilhas atlânticas, e perante a ineficácia do mesmo, decidiu-se tal como na Índia, tornar mais ágil esta administração através da criação de uma nova capital a cidade de São Salvador e de um Governo-geral em 1548, liderado por Tomé de Sousa. Por último, o papel da produção agrícola brasileira como mercado abastecedor europeu foi sendo cada vez mais evidente. Nomeadamente com a produção da cana-de-açúcar.¹⁷

O verdadeiro impulso urbano no Brasil estará então directamente relacionado com a fundação de Salvador e uma maior preocupação com aquele território. Após a implantação da nova capital do Vice-Reino, foi possível tornar a fundação de cidades mais ágil, já que foi sendo também a própria Coroa, representada agora pelo Vice-Rei, a ir fundando cidades de controlo gradual da costa, primeiro a Norte depois a Sul. Mais tarde, foram necessárias medidas no controlo de fronteiras a ocidente, como é exemplo Vila Bela no Mato Grosso.

São Salvador tem como particularidade ser realmente a primeira cidade colonial onde se nota indícios de um plano prévio, um exercício de projecto urbano. Luis Dias, *mestre pedreiro*, nomeado por Miguel de Arruda, o *Mestre das Fortificações do Reino*, quando acompanhou Tomé de Sousa na viagem para a baía de Todos os Santos levaria *modelos e amostras da cidade fortaleza a ser edificada* que entretanto se perderam na viagem que terá sido atribulada. No entanto, denotam uma vontade de projecto, de definir de forma antecipada não só a sua implantação e o seu amuralhado, que já era prática corrente fazia muitos anos para estes ultimos.¹⁸

“Sendo as condições naturais diferentes, também os sistemas culturais que organizam o domínio da natureza o terão de ser. O que não quer dizer que não se possa estabelecer uma relação harmónica ou complementar entre os dois grandes conjuntos naturais, imposta, afinal, pelas próprias limitações de cada um deles.”¹⁹

José Mattoso escreveu esta frase a propósito do processo de construção urbana e das consequentes diferenças, a Norte e a Sul de Portugal. A evidência destas diferenças é reforçada no Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa realizada nos anos da década de 1960.

O que se torna claro é que a história do urbanismo Português e da própria cultura portuguesa, vai sendo marcada por esta constante readaptação, aceitação de naturezas não propriamente iguais às que

17 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag.285

18 idem, pag. 286

19 Mattoso, José; Identificação de um país, ensaio sobre as origens de Portugal, 1096 – 1325; editorial Estampa, 1985; pag. 33

tínhamos antes desse primeiro contacto com uma realidade nova. Mais ainda, vai existindo a inteligência de apreender aquilo que é positivo dessa nova realidade.

Para reforçar esta ideia, se fizermos uma analogia com a produção artística portuguesa ao longo dos séculos, apercebemo-nos de três coisas: uma é a de que percebemos de que se trata de um estado periférico no contexto europeu, isso levou a que não se vivesse de forma tão fervilhante todo o processo de transformação artística, religiosa e ideológica, nem se tivesse um compromisso tão vincado com a vanguarda. A segunda é de apesar deste alheamento geográfico, existia um esforço português de acompanhar esta vanguarda. Era um hábito se enviar principalmente para Itália, jovens para estudar; um exemplo forte disso será D. João III (1507 - 1557). Esta tendência acentuou-se com o processo das expedições marítimas, e com o aumento do poderio económico português para patrocinar essas viagens. Os artistas devidamente informados daquilo que era contemporâneo se fazer, a condição periférica da geografia portuguesa, permitia-lhes gozar de um certo desprendimento, que também existia da parte dos mecenas. Confirmação desta característica serão, por exemplo, o românico português tardio que depois de demonstrar-se na sua plenitude na Sé de várias cidades de todo o país, claramente retorna às origens vernaculares das igrejas asturianas portuguesas (veja-se São Pedro de Varais) ou veja-se também a arquitectura que sucedeu ao impeto Renascentista de D. João III, exactamente como forma de regressar às raízes culturais portuguesas. Ou ainda antes, um gótico mendicante que demonstrava uma espacialidade própria do programa artístico no interior das suas igrejas, mas que nunca se libertou totalmente do aspecto austero e puro do exterior, e um Manuelino, que sendo a primeira tentativa assumida de definir um código português como algo portador de uma imagem nacional, nunca deixou de ser Gótico, no entanto, Português.

Observa-se que, faz parte, da cultura portuguesa, a promoção de uma certa continuidade do modo de fazer, que deve ser reportada também ao acto de fazer cidade, como modo mais eficaz de intervenção.



1. Ouro Preto - vista geral
Tom Caminha

2. Recife - largo setecentista São Pedro
Montezuma, Roberto; Arqitectura Brasil 500 anos;
Instituto Arqitectura Brasil/UFPE 2002; pag.126

3. São Salvador da Bahia - vista
Montezuma, Roberto; Arqitectura Brasil 500 anos;
Instituto Arqitectura Brasil/UFPE 2002; pag.138

4. Évora - Praça do Giraldo
<http://commondatastorage.googleapis.com/static.panoramio.com/photos/original/2663967.jpg>



5. Cidade do Porto vista a partir do Rio Douro
<http://commondatastorage.googleapis.com/static.panoramio.com/photos/original/8126399.jpg>

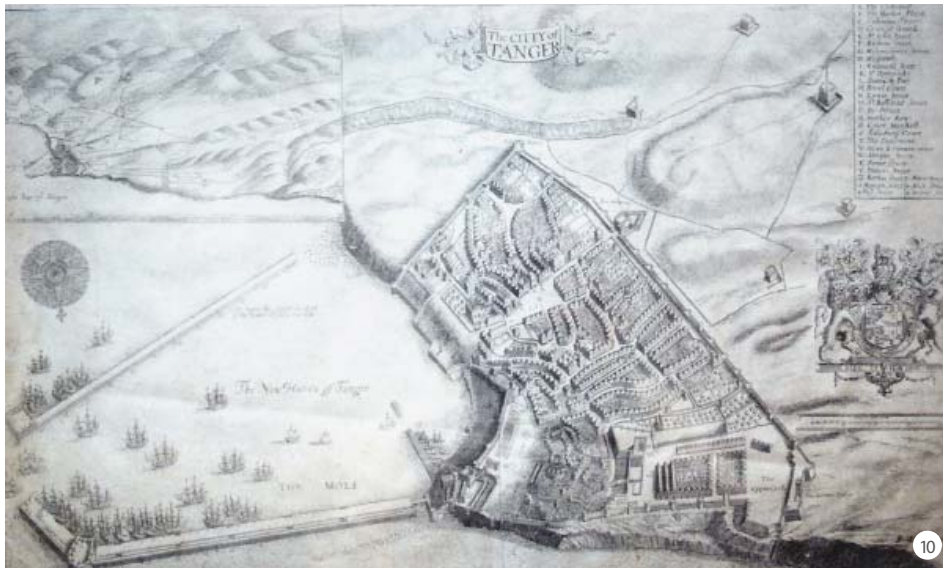
6. Rua em São Salvador da Bahia, ao fundo largo do Pelourinho
Montezuma, Roberto; Arqitectura Brasil 500 anos;
Instituto Arqitectura Brasil/UFPE 2002; pag.127

7. Porto - Praça da Barreira 1488
Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial;
UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 147

8. São Paulo - antiga Rua do Rosário, hoje rua XV de Novembro
Porta, Paula; História da Cidade de São Paulo, a cidade colonial;
editora Paz e Terra 2004; pag. 166

9. Safim 1572 - vista
Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa
no Norte de África. FAUP publicações, 2008, pag.260





10. Planta de Tãnger

Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. FAUP publicações, 2008, pag.145

11. Vista de Tãnger 1673

Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. FAUP publicações, 2008; pag. 223

12. Planta Castelo de Bragança

Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 145

13. Bragança representada por Duart' Armas, início do século XVI

Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 144

14. Vista de Cananor, inícios do século XVI

Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 155

15. Vista de Ceuta 1695

Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. FAUP publicações, 2008, pag.103

16. Planta da Praça e cidade de Damão inícios do século XIX
Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag.304

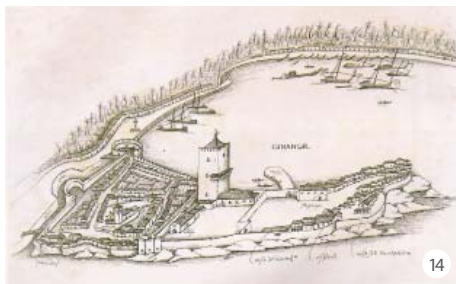
17. Vista de Ceuta 1572

Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. FAUP publicações, 2008, pag.90

18. Vista de Arzila 1572

Correia, Jorge Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. FAUP publicações, 2008, pag.180

19. Planta da Fortaleza de Bombaim e da costa 1739
Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 159



14



15



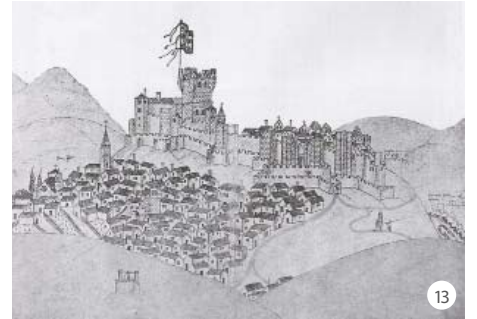
17



18



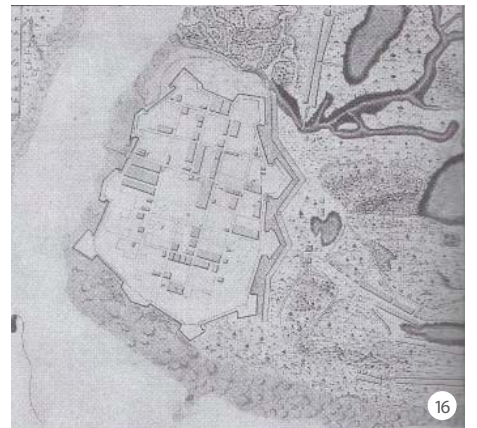
11



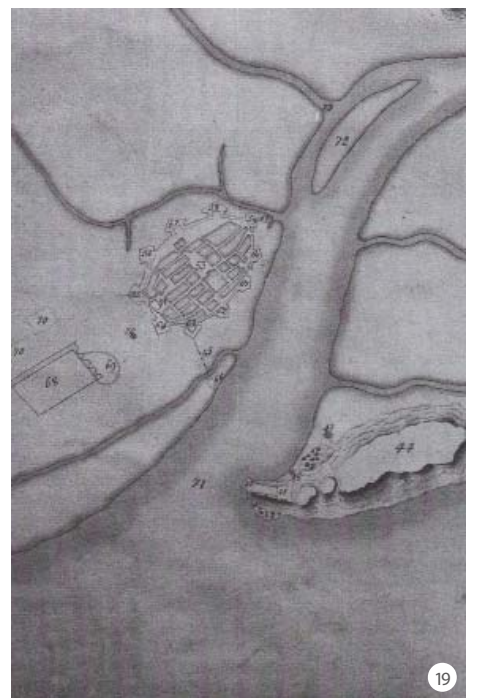
13



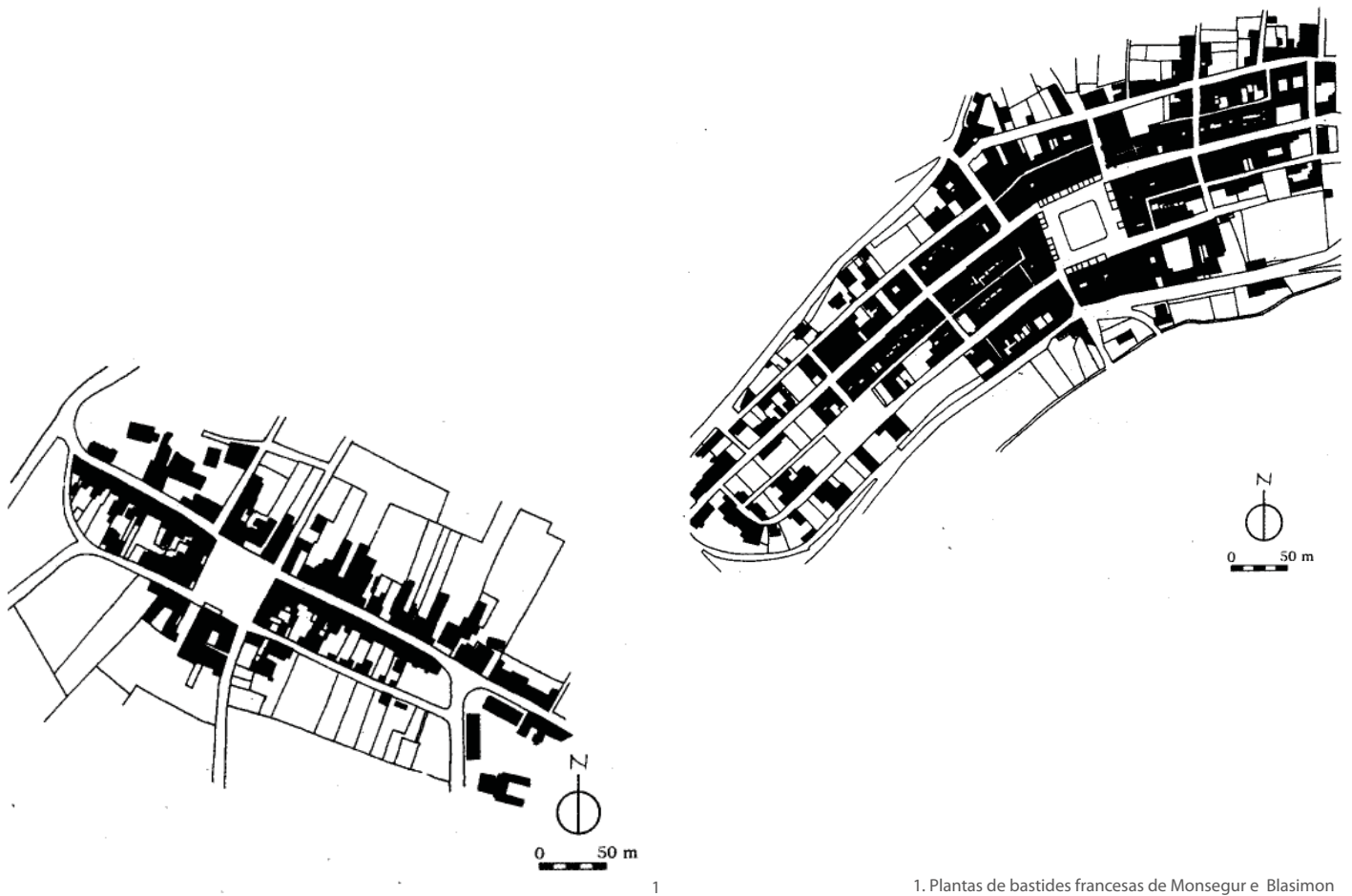
12



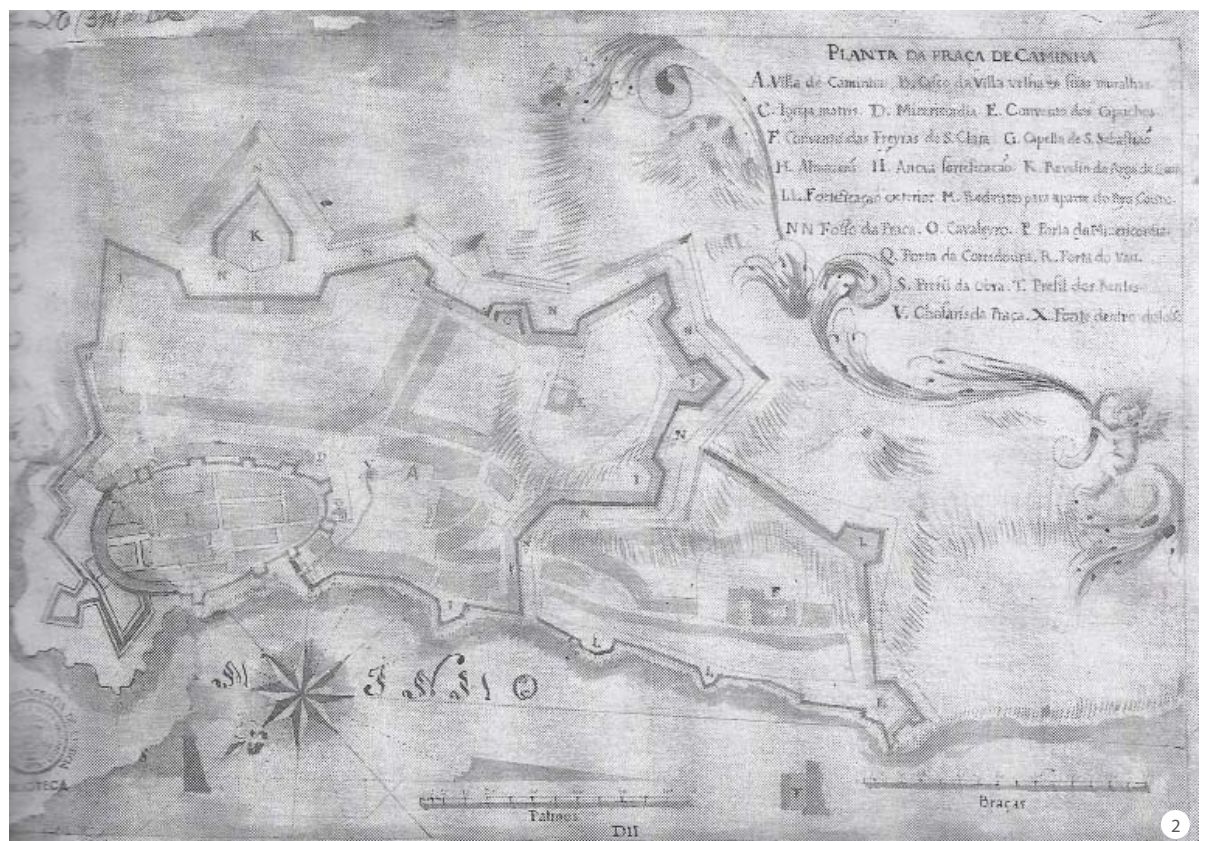
16

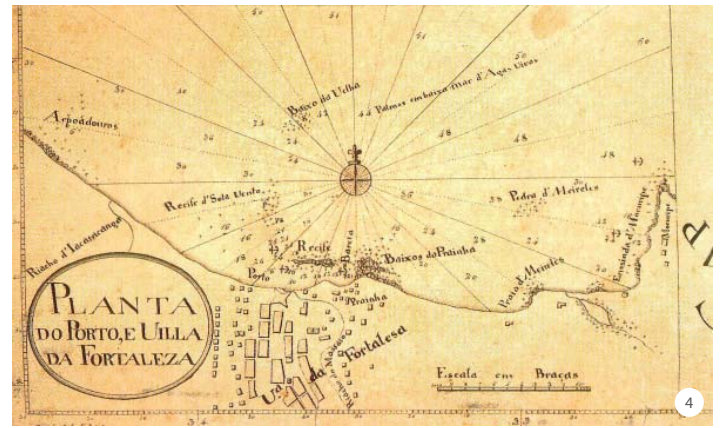
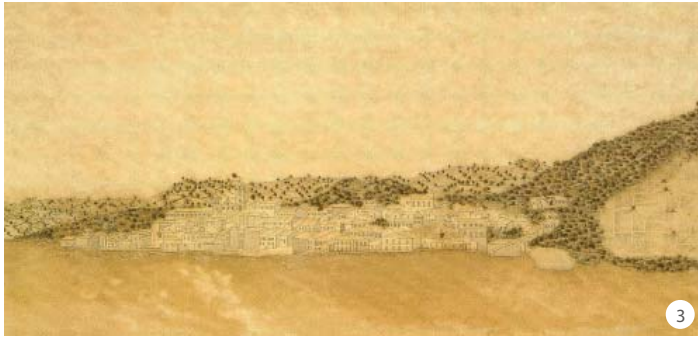


19



1. Plantas de bastides francesas de Monsegur e Blasimon
<http://fichas.free.fr/Plans/Gironde/BastidesGironde.htm>
2. Planta da Praça de Caminha 1750
 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag.239





3. Vista de Vitória do Espírito do Santo
Reis, Nestor Goulart; *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*; Edusp 2001; pag. 148

4. Planta da Vila de Fortaleza 1813
Reis, Nestor Goulart; *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*; Edusp 2001; pag. 133

5. Planta de Vitória do Espírito do Santo 1767
Reis, Nestor Goulart; *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*; Edusp 2001; pag. 149

6. Vista de São Salvador 1782
Reis, Nestor Goulart; *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*; Edusp 2001; pag. 47

7. Planta de São Salvador 1624
Reis, Nestor Goulart; *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*; Edusp 2001; pag. 19

8. Planta de São Salvador 1605
Reis, Nestor Goulart; *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*; Edusp 2001; pag. 18



MANUELINO

Como resposta a todas estas variáveis, é necessário então referir D. Manuel I (1469 - 1521) como a primeira personagem a aperceber-se de que seria conveniente a uma nação, que começava a ser tão diversa, uma regulação da sua imagem a nível urbano e a nível arquitectónico (este último mais evidente). Digamos que este monarca governou um Portugal no auge dos Descobrimentos, que explica uma corte poderosa economicamente e uma classe média emergente. Embora anteriormente seja conhecido o início de uma tendência que Walter Rossa apelida de *sintomas de um urbanismo regulado*²⁰, será ao reinado de D. Manuel I que se irá associar um código de intervenção urbana e arquitectónica, que tenta criar um estilo nacional. No que respeita ao Urbanismo, as principais medidas foram a *organização de um corpo normativo e a nova centralidade*²¹ alternativa ao centro que existia dentro de muralhas do *burgo* primitivo, fazendo de um procedimento circunstancial (a reestruturação das baixas urbanas) num modo de actuação global de refundação de vilas.²²

É importante referir a importância que tiveram a referência das bastides como modelo de forma urbana, fortemente geometrizado, que construírá este processo nas normas que acompanharão as transformações e renovações que aqui queremos dar conta, bem como a construção de praças - fortes além mar, nas colónias. No caso português, a referência ao modelo internacional bastides, são as *póvoas*²³, que estará associada ao nome que caracteriza D. Sancho I (1154 - 1211), o povoador, que fazendo jus ao cognome, fundou várias cidades: "*pelo carácter defensivo e sistemático do seu aparecimento, as bastides são os casos mais referidos das cidades medievais de colonização interna racionalizada e, por isso mesmo, normalmente regulares.*"²⁴

Assim, este processo a que D. Manuel I é associado, inicia-se a partir do reinado de D. Afonso III (1248 - 1279) até ao de D. Fernando (1367 - 1383) aquando da construção de novas muralhas Góticas da qual a cidade do Porto é exemplo evidente com as conhecidas *muralhas fernandinas*. O centro amuralhado que durante muitos anos era o símbolo de guerra e perigo (as bastides), não perdendo essa valência bélica, passou ao mesmo tempo a convidar à entrada. As muralhas passam a ser um motivo de orgulho, e na nova cidade comercial, que convida a verificar as ofertas. Marcando o seu ressurgimento económico, começa a justificar na sua forma urbana a existência de rossios internos, e externos²⁵, espaços desafogados que serviam de palco a um novo processo, o fenómeno das feiras que se tornam decisivas no desenvolvimento económico, na troca de bens e productos, e que permitia uma maior capacidade de intervenção urbana. Estas são também as cidades da *concessão de forais*²⁶ que marcam uma nova imagem jurídica, que indica uma maior relação entre o monarca e a população, sobrepondo-se ao senhor do sistema feudal, fazendo com que o povo possa abandonar o *trabalho servil* e passe a poder trabalhar de forma livre²⁷. O surgimento da *burguesia mercantil*, de que falo no início deste assunto, explica-se também com este processo.

D. Manuel, ficará como o principal agente deste processo, embora saibamos de esforços efectivos de reis anteriores²⁸, para contrapor de alguma forma a influência da *nobreza* e do *clero* tinham nas prin-

20 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 240

21 idem, pag. 240

22 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.50

23 ver pag. 87 desta dissertação

24 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 230

25 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.38

26 idem pag. 39

27 idem, pag.38

28 idem, pag.49 "Bastará para isso lembrar o exemplo da Rua Novanaribeira portuense a partir de D. João I em 1395 e durante todo o séc. XVI servirá como "polo do Porto burguês mercantil, tornando-se palco de negócios, espaço de realeza e altas figuras" por oposição ao morro da Pena Ventosa, reduto ancestral do bispo da cidade."

cipais cidades da metrópole. O acto visível e marcante será, em 1495 a transferência do Paço Real e dos seus serviços, para a baixa da cidade e com o reforço do Terreiro do Paço.²⁹

O corpo normativo tem então a ver com todas as regras/ordenações, para tornar a cidade mais eficaz e diga-se, bela. Desta forma, em 1502, D. Manuel introduzirá um *conjunto de princípios normativos*, que procuravam corrigir problemas de saneamento, controlo policial, incêndio, demolição de obstáculos à circulação e loteamento para as áreas residuais, sendo então expressos em Cartas Régias. Por sua vez, já entre os anos de 1512 e 1513 foram publicadas essas *Ordenações Manuelinas*³⁰ que embora elaboradas segundo princípios *empíricos e direccionados a exemplos específicos*, tornaram-se verdadeiras directivas urbanísticas a aplicar de uma forma mais global.

É assim evidente o esforço que demonstramos ter se iniciado antes do reinado de D. Manuel, no sentido de obter uma maior regulamentação e fiscalização urbana. Os habitantes foram obrigados a retirar balcões e muxarabis por exemplo de forma a desafogar a rua, e os mesmos, eram obrigados também a varrer a rua em frente à sua casa e não poderiam iniciar uma construção sem que a Câmara fosse lá verificar se a mesma seguia o alinhamento da rua. A preocupação com a coerência formal, estética e funcional das ruas torna-se clara, sendo que, existiram também ruas que foram pavimentadas, revelando um novo entendimento acerca da qualidade do espaço público. Estas novas regras para a rua (espaço público), explicam também a (suposta) falta das galerias próprias das cidades medievais, já que com a desocupação das vias tornaram-se dispensáveis. Com a entrada da habitação na face da rua, explica-se também um novo tipo de alçado que caracteriza as nossas cidades até hoje: *“um edifício construído em alvenaria de pedra e/ou tijolo, é plano, alinhado com os confrontantes e, por imposição regulamentar, sem saliências que vão além de palmo e meio incluindo o beirado, como o determinava a postura depois também vertida no Regimento dos Officiais Mecânicos...”*³¹ e que se será decisivo na regularização do ambiente urbano português das cidades coloniais.

Neste momento, não havendo dúvidas de que é o edifício da habitação o factor de unidade de qualquer aglomerado urbano, já que é o elemento anónimo, de repetição, que liga e destaca os de excepção, podemos perceber um dos factores que levam as visitas às Cidades de Expressão Portuguesa a possuírem um elemento de continuidade que nos sugere um ambiente urbano familiar. Este é realmente um factor importante. Naturalmente a cidade revela-se não só pela sua forma urbana mas também, evidentemente, pela arquitectura que a caracteriza.³²

“nos níveis de ensino mais elementar uma das imagens que ainda se dá da nova dinâmica de D. Manuel I, é a do rei que trocou o Castelo pela Ribeira, a alta pela baixa.”³³

Se a nível jurídico, o foral é de forma declarada, o modo de a Coroa ganhar autonomia na soberania das praças - fortes, a nível urbano, esta intenção é expressa por um centro alternativo.

A nova centralidade tem assim a ver com uma transferência de parte da actividade social da vila para fora do seu centro amuralhado, ou por outra, tem a ver com a repartição do protagonismo urbano

29 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag. 50

30 idem; pag. 50

31 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 243

32 Rossi, Aldo; Arquitectura da cidade; Edições Cosmos, 2001 pag.

33 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag.

entre a alta do castelo ou a catedral Românica e a baixa do poder régio e símbolo da municipalidade.³⁴ Assiste-se à criação de um centro económico concorrente ou alternativo ao centro de criação da cidade. Uma dupla centralidade.

Existem uma série de razões que explicam este processo: um deles tem a ver com a estabilidade nas ameaças de invasão castelhana, levou a uma pacificação do território, que permitiu uma nova dinâmica urbana, tornando as vilas entre muros pouco apetecíveis já que normalmente tinham terrenos difíceis. As cidades, tendencialmente, foram crescendo, fora de muros, até aos leitos dos rios e reforçando as relações com a orla, já que, estes dois elementos, rios e mar, passaram a ser as grandes vias de comunicação, revelando-se cruciais para o comércio. Este fenómeno fica então conhecido como a troca da cidade alta pela cidade baixa, e do Castelo pela Ribeira que, embora seja verdade tem principalmente a ver com os exemplos mais evidentes e importantes que se verificaram nas cidades mais conhecidas, no entanto, ajudam à compreensão do fenómeno que será tema recorrente na construção da cidade portuguesa medieval.

Assim, rossios, terreiros ou largos passaram a ser uma constante junto às portas das muralhas em terrenos mais planos, e muitas vezes por uma questão prática junto das portas que se viravam para o rio que servia a cidade. Estas novas praças associam-se também a dois processos sociais: um já referido anteriormente que tem a ver com a classe burguesa e a sua crescente preponderância social e económica nos aglomerados, a Cidade do Porto é um caso (entre outros) evidente desta situação; a outra tem a ver com uma outra comunidade crescente também nesta época que eram as comunidades judaicas, os novos cristãos, que estavam irremediavelmente associados ao comércio, como é exemplo os casos da Rua da Corredora em Caminha ou em Marialva.

Estes novos espaços foram sendo encarados pela Coroa, como oportunidades para o Estado renovar a imagem da sua presença, onde se assiste à transferência dos edifícios da Câmara para estes novos lugares: um espaço que deve ser entendido como susceptível de legislação que se aplica a todos os cidadãos indendentemente da sua classe social.³⁵

Um outro, novo elemento que vem associado a este processo será a instituição da Misericórdia. Associada à Igreja, esta instituição previa sempre a construção de outros programas como administração, albergue e hospital, tornando-se preponderantes e expressivos em qualquer conjunto urbano onde se inserissem. Acerca destes novos espaços devemos referir o pelourinho como elemento constante da cidade e marca de cada espaço que compõe.

Podemos então concluir, que D. Manuel I torna-se o rosto visível, da criação de uma nova centralidade com a criação de um espaço que não chega a ser uniformizado quanto ao desenho urbano, que nesta fase obedece aos princípios que iam regendo o bem-fazer das cidades portuguesas e que já referimos anteriormente. Quanto à forma urbana, podemos dizer que esta fase fica marcada pelo aproveitamento dos ambientes que já se conheciam dos procedimentos da época medieval (relembro aqui o papel das póvoas). Ficará também caracterizado, pelo seu esforço de regulamentação de um corpo normativo baseado, como já vimos, na concessão e reformulação de forais que, numa prática de urbanismo pouco ou nada especializada, disponibilizando uma série de regras que direccionaram e unificaram a paisagem urbana portuguesa.³⁶

34 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.50

35 idem; pag.51

36 idem; pag.51

“O monarca [D. Manuel I] ligou-se assim à tradição no sentido de afirmar uma origem que irá alicerçar ou legitimar o presente, dramatizado ao extremo como os Descobrimentos, e lançar um futuro que é a Expansão do Império.”³⁷

Este episódio corresponde, e é contemporâneo de um dos momentos auge dos Descobrimentos. Sendo esta uma época de grande necessidade de fundação de cidades além-mar, esta regulamentação será também crucial para as cidades das colónias. Este novo espaço torna-se assim um elemento caracterizador, já que define um programa essencial ao centro de uma vila portuguesa, repetível não só em solo da Metrópole, mas também além-mar, já que será essencial e uma constante nas cidades coloniais fundadas por todo o território em controlo português. Um centro que gradualmente deixa de ser um espaço sobranceiro, um *rossio*, para passar cada vez mais um *espaço modelador*³⁸ com carácter de praça urbana, com a sua Casa da Câmara, Açougues, Alergarias, Cadeias, Misericórdias ou Hospitais Reais (estes últimos já referidos).

“A falta de programa arquitectónico no seu sentido estrito e a displicência com que até aqui se instituiu alguma regularidade, a substituição do pré-desenho como forma eficaz de regular o urbanismo pelo controlo individualizado da ocupação das ruas que parcimoniosamente se abriam, paralelamente à existência de uma normativa que persegue um ideal de cidade, mas nunca uma cidade ideal, permitem descortinar um processo aculturado de produzir cidade que pode ser identificado com a vertente orgânica da própria racionalidade urbanística. Este estado de coisas, eficaz e adaptado à rede urbana instalada (suficiente) e à realidade territorial que a determinara, nem por homotetia poderia ser adoptado no espaço celeremente ampliado pela diáspora ultramarina.”³⁹

O ENSINO

A Coroa Portuguesa, pelas suas necessidades emergentes na fundação de cidades, acabou por precisar de definir um conjunto de directivas, para nortear o carácter empírico do processo que, como vimos, traduziram-se num tipo de urbanismo e um tipo de arquitectura que ficará no léxico português. Para dirigir estas normativas num terreno tão vasto, foi necessário criar um posto que estaria à responsabilidade de pessoas a quem era delegada essa tarefa de montar uma cidade. Fruto da importância que o elemento rua tem nas nossas cidades e na sua construção, o que estas pessoas faziam era *arruar*, e portanto, passaram-se a chamar *arruadores*.

*Arruar*⁴⁰ poder-se-á caracterizar pela acção de definir ruas directamente no terreno, *a partir de regras simples baseadas na tradição, nas convenções ou nas cartas régias*, onde ao mesmo tempo estas bases são susceptíveis de alterações que a realidade dite. Por sua vez, *arruar por boa ordem* significava colocar em prática as indicações das cartas régias às condicionantes de cada lugar.⁴¹

37 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.50

38 idem; pag.53

39 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 256

40 Araújo, Renata Malcher de; As Cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão; FAUP publicações, 1998; pag. 42

41 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.54

Esta tarefa podia ser efectuada por qualquer pessoa. Não precisavam assim, e possuir méritos devidamente credenciados para desenvolver essa função, podia ser *um engenheiro, um funcionário administrativo, um Governador*.⁴²

Os *arruadores*, associados ao “episódio” do Manuelino que desenvolvi nas linhas anteriores, foram assim as primeiras figuras da urbanização portuguesa a promover uma certa especialização da sua prática, contribuindo então para uma regularização do modo de fazer, conciliando as regras com a realidade e marcando nesta acção sincronizadora as diferenças de cidade para cidade. São também as primeiras figuras a dividir os méritos do esforço da urbanização com a Coroa que até agora era sempre a grande impulsionadora desta disciplina. Apercebemo-nos que de facto, a partir da leitura dos dados históricos, é possível individualizar bastantes dos autores das obras desta época de grande pujança urbana.

No entanto, apesar desta liberdade na escolha do indivíduo responsável das questões urbanas para cada lugar, à medida que vamos pesquisando o tema, vamo-nos apercebendo de um certo núcleo duro ao serviço e da preferência da Coroa Portuguesa. Damos conta também, de ser possível que o mesmo arruador tenha lançado os traços para se fundar cidades no Norte de África, na Índia ou no Brasil⁴³. Esta “rodagem” dos mesmos homens por várias regiões do Antigo Império Português é um facto realmente importante já que, é um indício claro de uma sistematização do modo de se fazer que se traduz, mais uma vez, numa regularidade do ambiente urbano e do modo de alcançar forma das cidades.⁴⁴

“A coroa espanhola forneceu às suas colónias um regulamento para a formação de cidades. A coroa portuguesa forneceu às suas [cidades] funcionários que as fizessem. Funcionários do Urbanismo, como havia da fazenda, da justiça ou da religião.” Funcionários que “ao contrário dos Espanhóis, estavam equipados com menor número de normas e menor número de princípios.”⁴⁵

Os *Funcionários do Urbanismo*⁴⁶ acabam por ser a oficialização de uma disciplina tão necessária à gestão colonial. Verdadeiros inventores de um tipo de cidade, e sistematização de uma imagem de cidade que hoje em dia identificamos, sem pestanejar, como portuguesa. Percebemos também, que sendo estes homens tão viajados por outras cidades portuguesas é natural que se referenciassem nelas para dirigir a fundação de uma nova. Um outro factor de importância, tinha a ver com os critérios de nomeação que a Coroa utilizava para a escolha de cada engenheiro-militar: esta escolha dependia do curriculum do técnico e da importância estratégica que aquele trabalho tinha para a Coroa, demonstrando por um lado que havia um padrão mínimo de competências que era necessário ter, fruto de uma aprendizagem e de um percurso profissional, por outro um critério de exigência da Coroa que reconhece a importância destes padrões de competência não fazendo escolhas de ânimo leve.

É também importante destacar a importância que as questões militares tiveram neste processo de ensino do urbanismo lusitano. O propósito bélico era na época o que justificava a instituição

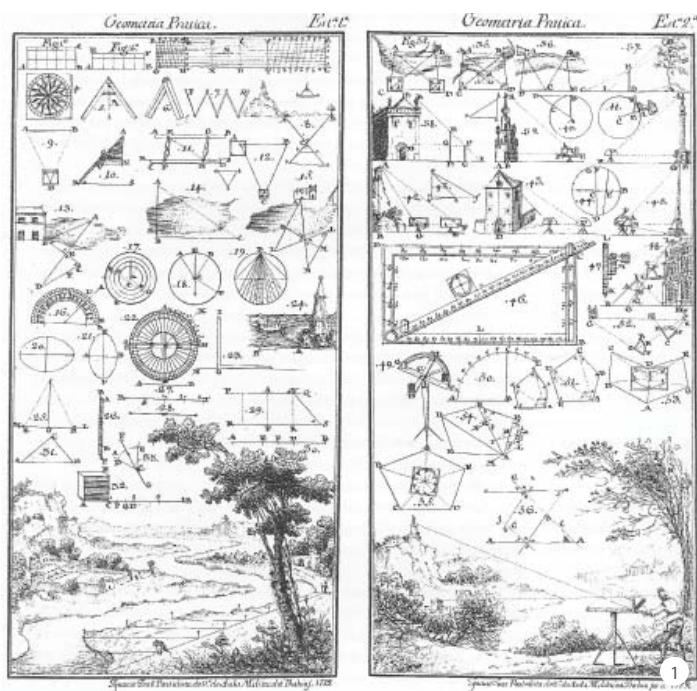
42 Rossa, Walter; *A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Livraria Almedina, 2002; pag. 259

43 Araújo, Renata Malcher de; *As Cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*; FAUP publicações, 1998; pag. 29-30
Segundo notade Gilberto Freire em Casa Grande & Senzala, “os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças num tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou da África para a África (...). Um amobilidade espantosa. O domínio Imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de um para outras quatro partes do mundo, então conhecido como num formidável jogo de quatro cantos.”

44 Rossa, Walter; *A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Livraria Almedina, 2002; pag. 259

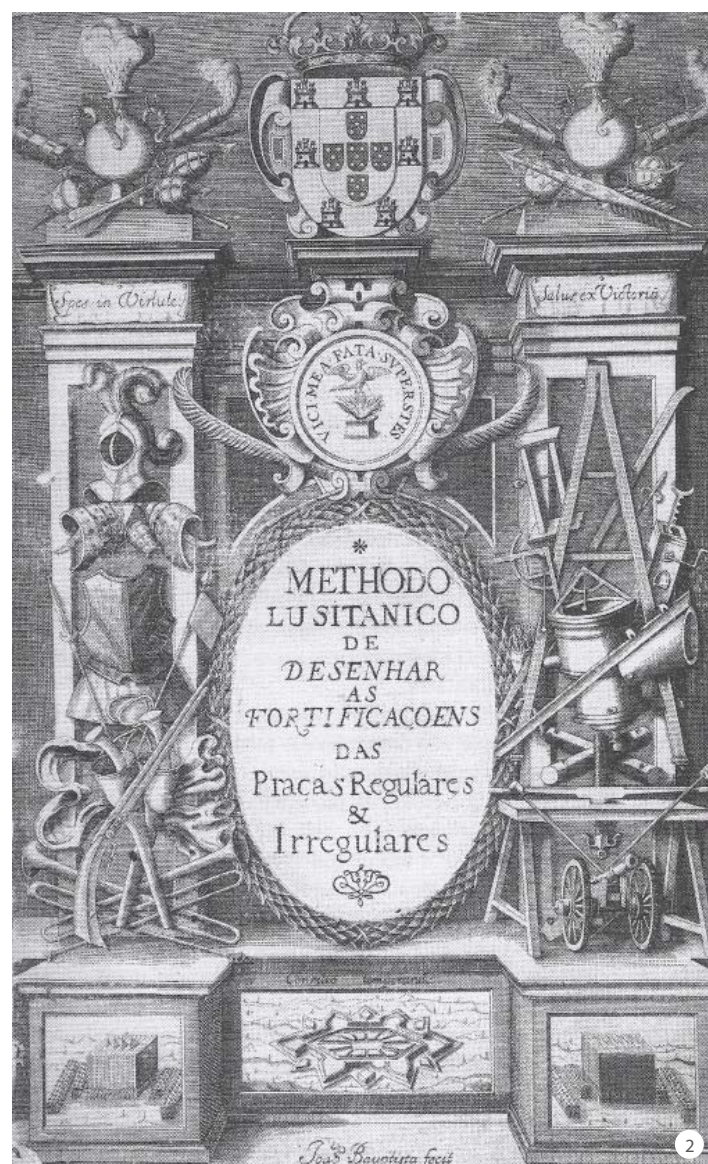
45 idem, pag. 260

46 Araújo, Renata Malcher de; *As Cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*; FAUP publicações, 1998; pag. 28



1. Desenhos da Aula da Bahia
Araújo, Renata Malcherde; As Cidades da Amazôniano século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão; FAUPublicações, 1998; pag. 34

2. Portada do "Método Lusitânico," de Luís Serrão Pimentel 1680
Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 270



de ensino, e deste modo, as aulas de fortificação eram uma realidade. É sabido também a importância que as questões militares tinham nas nossas cidades. Foi assim, com um propósito militar que se começou o estudo e o ensino que depois acabou por contagiar as questões urbanísticas⁴⁷. Para além disso é, à partida mais aceitável, que se entregue um trabalho urbano a um engenheiro-militar, do que a um Governador ou qualquer administrativo. É sabido que fazer fortaleza confundia-se com o acto de urbanizar, era uma prioridade ou uma consequência. Um tema levou a outro.

Desta forma, terá pioneira importância a Escola Particular de Moços Fidalgos, fundada em 1559, já que insere esta temática do ensino. O primeiro passo para criar referências será um modo de ensinar, que significará um código de base para um *modo de se fazer*, concentrado, é certo, na componente militar, mas que irá sensibilizar os seus alunos para as questões urbanas.⁴⁸

A fase do apogeu económico português económico na Índia é também importante pelo que permitiu neste processo de desenvolvimento do ensino na medida em que, embora seja discutível se os modelos da tratadística renascentista tiveram influência directa nas cidades Indianas, como já tínhamos adiantado anteriormente, parece ser ao mesmo tempo inegável, pelas imagens das cidades da Índia como Damão ou Chaul, que pelo menos esses modelos fizeram parte de um programa pedagógico já que, as parecenças mesmo que casuais são pertinentes. Existe, no entanto, a certeza de que, pelo menos para as questões da arquitectura militar, a referência desses modelos foi real e indispensável.

Relativamente à época de governo Filipino, é importante referir que existe uma ideia pouco informada de que, durante esta época a Coroa foi ostensiva com as terras do Reino Português, não lhe dando o devido valor. A verdade é que essa situação não se verificou, bem pelo contrário, existiu, isso sim, uma abertura de pontos de vista e uma aprendizagem mútua. Não houve portanto, uma interrupção do processo Manuelino. As Ordenações Filipinas, profundamente baseadas no corpo legislativo manuelino, a criação da Aula do Risco (1594) e a constante presença de técnicos estrangeiros na Corte Lisboa e nas colónias são prova evidente de uma credibilidade ao método instituído.⁴⁹

Mais tarde, com a Restauração, foi necessário reforçar o corpo de funcionários do urbanismo, já que houve uma natural renovação de gente para quebrar a administração filipina. Neste processo a preocupação com o sistema de defesa nacional voltou a estar na máxima prioridade da Coroa sendo necessário um elevado número de engenheiros. Para responder a esta necessidade, foi criada a *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar*, em Lisboa em 1647, regida por *Serrão Pimentel*.⁵⁰

Torna-se também assinalável que este esforço iniciado na capital, se tenha estendido um pouco por todo o território português, incluindo o ultramarino, onde foram criadas as Aulas nos mesmos moldes da primeira na Bahia (1696), no Rio (1698), no Maranhão (1699), no Minho e Recife (1701), em Peniche (1719), em Almeida e Elvas (1732) e em Belém (1758). Este torna-se um factor de invejável logística já que falamos da implantação de um método de uma forma muito eficaz num território muito extenso.

Desta forma, os portugueses, que se caracterizam por uma atitude sempre prática no processo dos Descobrimentos, demonstraram que no o âmbito do ensino não deixa de ser diferente, já que se baseia na *aprendizagem vinculada à actuação*⁵¹, aprender experimentando e inventariando tudo aquilo que se aprendeu com a prática, baseada num modo de fazer.

47 Araújo, Renata Malcher de; *As Cidades da Amazônia no século XVIII*, Belém, Macapá e Mazagão; FAUP publicações, 1998; pag. 29

48 Rossa, Walter; *A Urbe e o Traço*, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 258

49 idem, pag. 260

50 Araújo, Renata Malcher de; *As Cidades da Amazônia no século XVIII*, Belém, Macapá e Mazagão; FAUP publicações, 1998; pag. 33

51 idem; pag. 33

Os *professores/engenheiros*, antes de qualquer talento para transmitir conhecimentos, deveriam ser alguém experimentado, e com provas de competência dadas. Era aliás um requisito da carta de nomeação a obrigação de dar aulas quando fosse requisitado para tal, e sem esperar necessariamente em ser remunerado por tal serviço. A escola portuguesa então, convertia acumulação prática em teoria, revertendo depois essa mesma teoria em matéria de conhecimento dos processos urbanos aplicáveis à prática de fazer cidade.⁵²

Para além desta vertente prática do ensino, é necessário que aponte a sua vertente matemática e geométrica, que funcionariam como grande alicerce teórico e científico à vertente prática do ensino. A sua razão de ser, tem a ver por um lado com o contacto dos tratados renascentistas (na sua vertente geométrica) e por outro com a realidade dos Descobrimentos e com os avanços que esse esforço permitiu na Matemática⁵³. Esta questão da Matemática e da Geometria, está amplamente desenvolvida na Tese de Mestrado de Renata Malcher de Araújo (1998) onde a autora experimenta aplicar as regras matemáticas da época a algumas cidades das colónias entretanto desenvolvidas. Para este trabalho, este é um facto relevante pois ajuda a entender uma constância das proporções das vias urbanas nas cidades portuguesas, que naturalmente contribui para uma sensação de familiaridade da imagem da cidade portuguesa. A visita a cidades como Viana do Castelo (Portugal) e Ouro Preto (Brasil) ajudará a confirmar esta sensação.

A extensão do esforço no ensino, permitiu que também se desenvolvesse a tratadística portuguesa com as figuras principais deste processo de ensino a surgirem como os autores dos próprios tratados: António Rodrigues, Luíz Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes. Nestes trabalhos, confirmam-se as referências às principais figuras dos tratados do renascimento italiano, e as orientações como método correcto de ensino a própria experimentação no local, bem como a adaptabilidade do método desenvolvido nos tratados à realidade como garantia de uma maior eficácia urbana. Eles acabam por ser elementos essenciais para confirmar um *método urbano português*.

“No século XVIII vemos, inclusive, uma fórmula ser incorporada às cartas régias determinando a fundação das cidades, que repete os preceitos da escola existente. As normas que se arvoram em lei são, na verdade, as mesmas que vinham gerindo o processo desde há muito. Determinam a criação da praça e a instalação dos edifícios principais, a abertura das ruas largas e direitas, em linha recta, e a definição de um modelo único de fachada para que se conserve a mesma formosura das terras.”⁵⁴

“O pragmatismo é ali tanto a consciência do método como parte do próprio plano.”⁵⁵

POMBALISMO

Marquês de Pombal é um personagem chave da História de Portugal, já que, como primeiro-ministro de D. José I, foi o mentor de uma série de reformas, onde o Estado surge mais independente e como

52 Araújo, Renata Malcher de; As Cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão; FAUP publicações, 1998; pag. 42

53 idem, pag. 45 “A ciência geométrica foi a base mais constante da preparação académica dos engenheiros portugueses e o ponto fulcral para o desenvolvimento das investigações formais que fizeram, tanto nos trabalhos urbanísticos, como nos arquitectónicos. (...) O que importa salientar dessa insígnia didáctica é que, apesar da aparência extremamente rudimentar dos processos ensinados, estes remetem para um acervo mental muito mais complexo, onde a ideia da correspondência das figuras tem lugar no campo conceptual ligado às formas.”

54 idem, pag. 42

55 idem, pag. 62

controlador destas mudanças (vejam-se o braço-de-ferro com os Jesuítas ou com as famílias nobres). As suas ideias revolucionárias para a época tentavam buscar “*uma relação política e social diferente, em que se inserissem novos meios de produção na economia e novas mentalidades na educação.*”⁵⁶

É conhecido também, porque este espírito reformador vem acompanhado das ideias *progressistas iluministas* que estavam em voga na Europa. O *iluminismo* foi assim o impulso ideológico internacional, que impulsionou a necessidade destas reformas dando-lhes uma estrutura ideológica, num país que durante esta época passou por várias vicissitudes, como uma crise económica e um terramoto na capital em 1755.

Desta forma, com o terramoto em Lisboa o ministro acaba por estar intimamente ligado não só à História Política Portuguesa, mas inevitavelmente também à produção Urbana uma vez que foi necessário reconstruir a cidade de Lisboa. Reconstrução essa, que não passou por um simples refazer da cidade, mas também vislumbrou-se nela uma forma de Pombal ver aplicadas à cidade as suas ideias para a Sociedade, de *um estado bem-intencionado promotor do “Bem público” e da “Felicidade de um Povo”*⁵⁷. Pombal teve na reconstrução de Lisboa a oportunidade de ouro de credibilização das suas ideias políticas e da sua competência para desempenhar o cargo de primeiro-ministro.

A cidade de Pombal, torna-se portadora de um conteúdo ideológico forte, associado a toda a escola urbana portuguesa. Será correcto dizer-se que o pragmatismo foi uma lição de gestão bem compreendida. Para além disso, a valorização do produto nacional fazia parte da sua estratégia para o país, veja-se na economia, com o seu trabalho na Covilhã e na produção do vinho do Porto. Fazia parte da estratégia aproveitar o que de bom se fazia. No que respeita às questões do urbanismo, podemos observar, que a forma urbana da cidade e a sua imagem seguirá os temas do espaço-rua ou do espaço-praça, mas enquanto anteriormente estes espaços não eram mais do que referências urbanas, veja-se que a praça segundo o método lusitano *manuelino* era apenas o ponto gerador e referencial, no método pombalino encara-se esses espaços, já tão amplamente experimentados ao longo dos séculos, como a oportunidade de valorização do espaço público como método de valorização do próprio Estado surgindo esta atitude como novidade de abordagem. No entanto, é notória a vontade de aproveitar aquilo que de melhor havia nas práticas do Urbanismo Português.

Vemos então que existe com Pombal uma transição de uma cidade militar para uma cidade política, sem nunca perder os elementos essenciais caracterizadores de um urbanismo português. Os engenheiros militares de Pombal perceberam que o novo conteúdo ideológico não invalidava os princípios práticos construídos até à data.

Para o exercício urbano, é importante referir a criação da Casa do Risco, *uma espécie de síntese física e institucional entre escola e estaleiro*⁵⁸ essencial para o desenvolvimento do traçado final da Lisboa Iluminada. A figura de maior destaque desta instituição, é Manuel da Maia, supervisor da própria Casa do Risco, onde através das suas dissertações se consegue entender um novo conceito de *traçado*⁵⁹. Comprova-se a ideia de uma prática consistente e científica, apoiada (mais uma vez) por um grupo capaz e qualificado, sendo que no contexto deste trabalho reforça a importância do ensino nos processos urbanos portugueses. É interessante verificar que tanto a Aula de Fortificação como a Casa do Risco seguem a mesma orientação pedagógica: a escola que se apoia constantemente na prática do

56 Araújo, Renata Malcher de; As Cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão; FAUP publicações, 1998; pag. 62

57 idem, pag. 62

58 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.83

59 idem, pag.87 O urbanismo de Pombal “esteve sempre mais perto do arruador, do estratega do possível, do que do tratadista, do estratega da utopia. O traçado por ele concebido, o modelo do outro, assim, no contexto descrito, pode afirmar-se que o traçado pombalino reforçou o encontro, (...) entre a visão erudita da cidade ideal dos tratadistas e o sentido experimental de “fazer cidade” dos nossos engenheiros militares. Conceito que se constitui mais como estratégia do que como certeza.”

estaleiro para ensinar os aprendizes.

"A proposta de reconstrução aprovada [para Lisboa] - a de Eugénio dos Santos - representou, impressionante simplicidade e regularidade da sua grelha sobreposta às preexistências, a síntese perfeita de dois séculos de experimentação e debate centrados no reforço ou colonização do Império que caracterizaram o desenvolvimento da nossa cultura urbanística até 1755."⁶⁰

O traçado pombalino, tendo como principal referência o da reestruturação de Lisboa, tornou-se numa estratégia de aplicação "em aberto", permitindo a sua aplicação a vários pontos do Reino. *Um traçado tipo-morfológico reprodutível*.⁶¹

Este *traçado*, para além de ter esta característica aberta no seu traçado bidimensional, estará focado não só numa qualificação deste âmbito mas, a partir de uma máquina administrativa que caracterizará este processo, garantir uma imagem de cidade uniforme, a qualificação do espaço público e a construção de infraestrutura. O plano iluminista de pombal, passa não só a prever a bidimensionalidade, mas também os volumes que se levantam e a sua caracterização arquitectónica, levando o projecto de cidade para um âmbito tri-dimensional. Esta atitude, poderá mesmo ser comparável com as reestruturações dos alçados das (re)fundações das cidades *manuelinas*, embora, deva-se frisar as diferenças de processo na obtenção dos resultados: a de Pombal é muito mais consciente e consistente, do que as de D. Manuel I que surgem de questões praticas e não de razões projectuais como no primeiro. No entanto, as atitudes revelam-se curiosamente semelhantes, contribuindo para uma explicação dos ambientes urbanos de origem portuguesa.

Nos territórios ultramarinos, principal destaque para a região Amazónica no Brasil. O governador-geral na época, Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, foi um fiel mensageiro das novas ideologias do primeiro-ministro. Não só na produção urbana, onde se fundaram 60 vilas entre 1755 e 1759⁶², número impressionante, mas também na missão de retirar o poder local ao Jesuítas, que outrora foram os principais povoadores da região.

A sua construção ou reconstrução em territórios tão diferentes, como no Norte na entrada do Amazonas, ou no Mato-Grosso, bem mais a sul, ajudam a reforçar a ideia de um método, de total natureza projectual que se aplica com evidente sucesso. Desta forma, a perceptível semelhança dos alçados de São Luis do Maranhão com a Baixa Lisboaeta Pombalina, ou as semelhanças entre os traçados de Belém do Pará ou da Vila Bella da Santíssima Trindade, podem-se considerar como justificadas.

O urbanismo pombalino, inovando naquilo que os seus mentores acharam ser necessário, revelou-se como mais um importante momento na construção de um ambiente urbano próprio de uma cultura urbana portuguesa.

Assistimos assim durante este capítulo, a um exercício de reconstrução daquilo que foi o processo teórico e prático do urbanismo português.

Tentou-se demonstrar a construção de um método, que se tornou num exercício urbano corrente

60 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.83

61 idem, pag.87

62 Araújo, Renata Malcher de; As Cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão; FAUP publicações, 1998; pag. 17

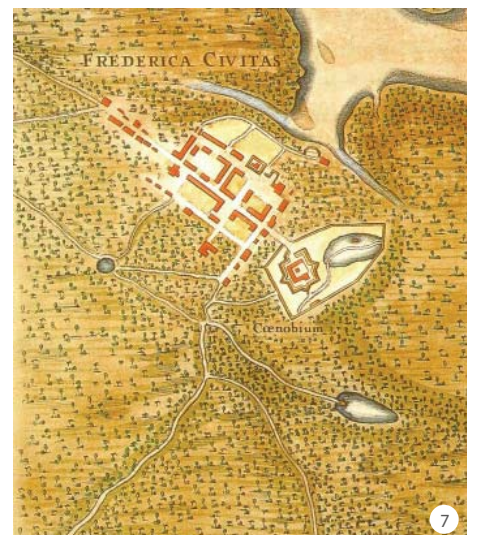
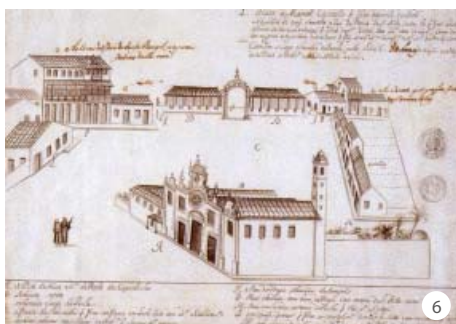
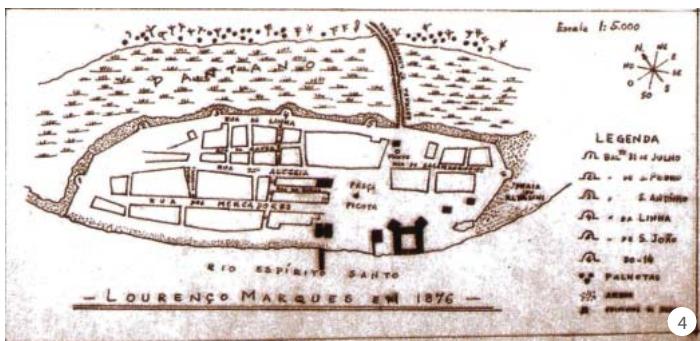
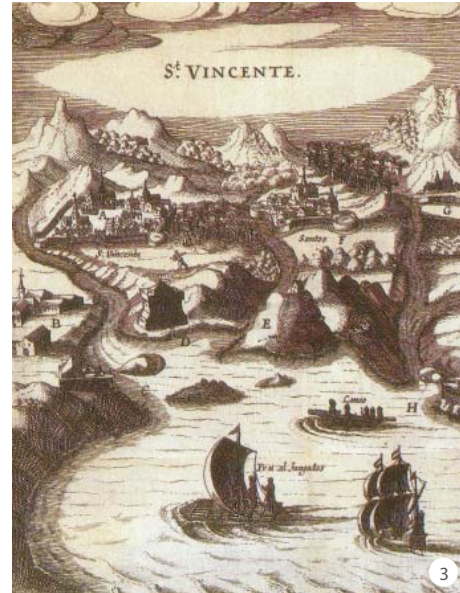
e de forte caracterização. Apercebemo-nos que desde o *capitão construtor*, que fazia o que melhor podia e sabia, foi-se tendo a consciência de que era preciso aprender com o que se ia fazendo, e principalmente criar uma bagagem de conhecimento, que deveria ser transmitida a outros para uma maior eficácia da produção urbana. Era necessário acima de tudo desenvolver uma especialização.

Os esforços, primeiro somente legislativos, e mais tarde legislativos e pedagógicos, revelaram-se preponderantes para a transferência de conhecimentos.

Percebemos um método que começou muito purista, baseado na ideologia cristã e colonialista já que, não existia nenhum outro tipo de crença social e mundana, fazendo com que o exercício urbano reflectisse a preocupação de ser prático. Essa eficácia, revelou-se por uma leitura inteligente do terreno que levou a uma variedade de aplicação que começou empírica e terminou num método que faz com que cidades na Índia, Brasil ou na Madeira, apesar de parecerem diferentes, partilhem uma atmosfera urbana idêntica resultante de princípios de implantação comuns; a preocupação com as ruas, demonstrada por um esforço de fiscalização e legislação, levou a que se retirassem os balcões para as tornar mais circuláveis. Por sua vez, as galerias, pelo desafogamento das vias (pela retirada dos balcões) tornaram-se dispensáveis, deixando esse elemento de fazer parte da imagem urbana portuguesa, dando origem a um novo tipo de fachada urbana que, passou a ser aplicada a todo o império e com a entrada à face da rua, caracterizará o ambiente urbano do reino; o gosto pela geometria e a matemática (incentivado no ensino) leva a proporções de praças e ruas que em muito contribuem para se sentir uma familiaridade urbana, revelada pelas suas proporções constantes; mais tarde, com marquês de pombal, a partir de uma justificação política e ideológica, continuando a aplicar todos estes conhecimentos anteriores, insere-se uma nova fachada e a importante questão da infraestrutura. O que interessa é a imagem do espaço público e garantir a sua qualidade, sendo que, a cidade passa a ser projectada a partir deste.

Vemos assim, que tanto o Pombalismo como o Manuelino, repetem na sua história métodos. Ambas foram importantes pelas reformas administrativas que implementaram e pela definição de alçado caracterizador do ambiente urbano que criaram. Devemos frisar no entanto, que se no Manuelino essas reformas são de natureza empírica, o Pombalismo terá a mesma atitude mas numa lógica projectual pela presença de uma disciplina, de uma pedagogia, à qual os esforços desde D. Manuel I, na criação de uma escola e de um método não serão indiferentes.

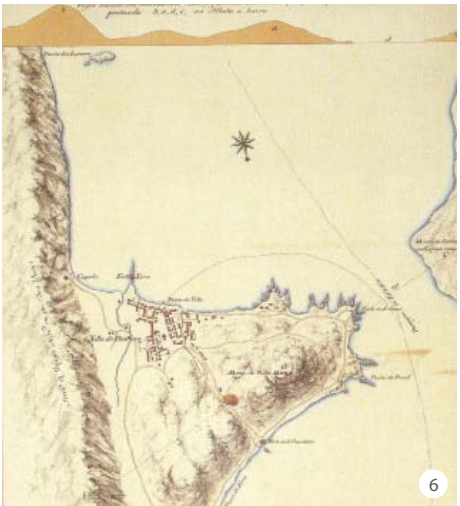
A dimensão colonial que o urbanismo português teve, reforça esta noção de conjunto, de método de actuação, que só foi possível através de princípios que acabarão mais tarde por caracterizar um ambiente próprio. As suas regularidades no modo de arruar, de programa e de construção, sem essa consciência de intenção, criaram um modo de fazer que nos reduz as surpresas, ou nos faz ter a sensação de nunca sair do mesmo espaço. Um espaço de expressão portuguesa.

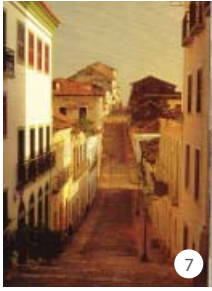


1. Vista de Olinda 1630
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 80
2. Planta de Vista de Recife
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 98
3. Vista de São Vicente 1624
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 193
4. Planta de Lourenço Marques (Maputo) 1876
Morais, João Sousa; Maputo, património da estrutura e forma urbana; livros horizonte 2001; pag. 63
5. Vista de São João del-Rei 1809
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 137
6. Representação de Vila Rica 1800
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 103
7. Planta da Vila de Frederica 1647
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 118



1. Vista de Cuiabá 1771
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 257
2. Vista de São Paulo 1765-1775
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 189
3. Vista da Praça de Santos 1765-1775
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 198
4. Planta da Praça de Santos 1815
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 201
5. Planta de Vila Nova de Goiás 1790
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 240
6. Planta de Santa Catarina 1774
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 226





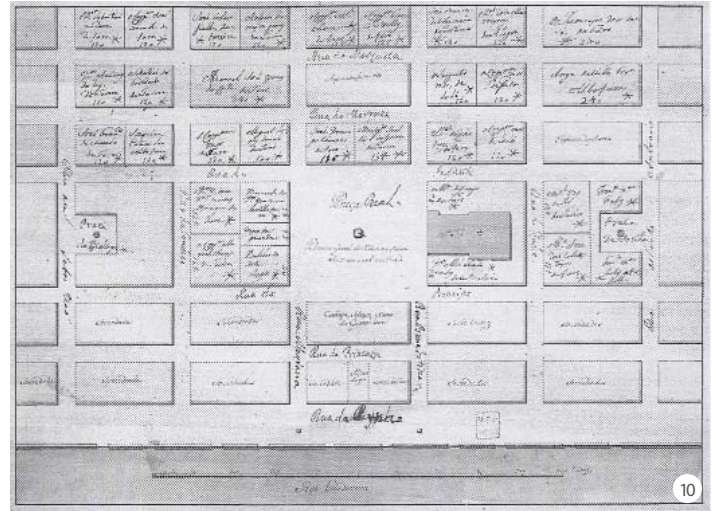
7



8



9



10



11

7. Rua de São Luís do Maranhão

Moreira, Rafael; Centro Histórico de São Luís do Maranhão Patrimônio Mundial; Audichromo Editora 1998; pag. 55

8. Vista de Vila Boa 1751

Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 239

9. Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade 1789

Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 261

10. Plano para Vila Real de Santo António 1774

Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 343

11. Planta de Belém - Pará 1791

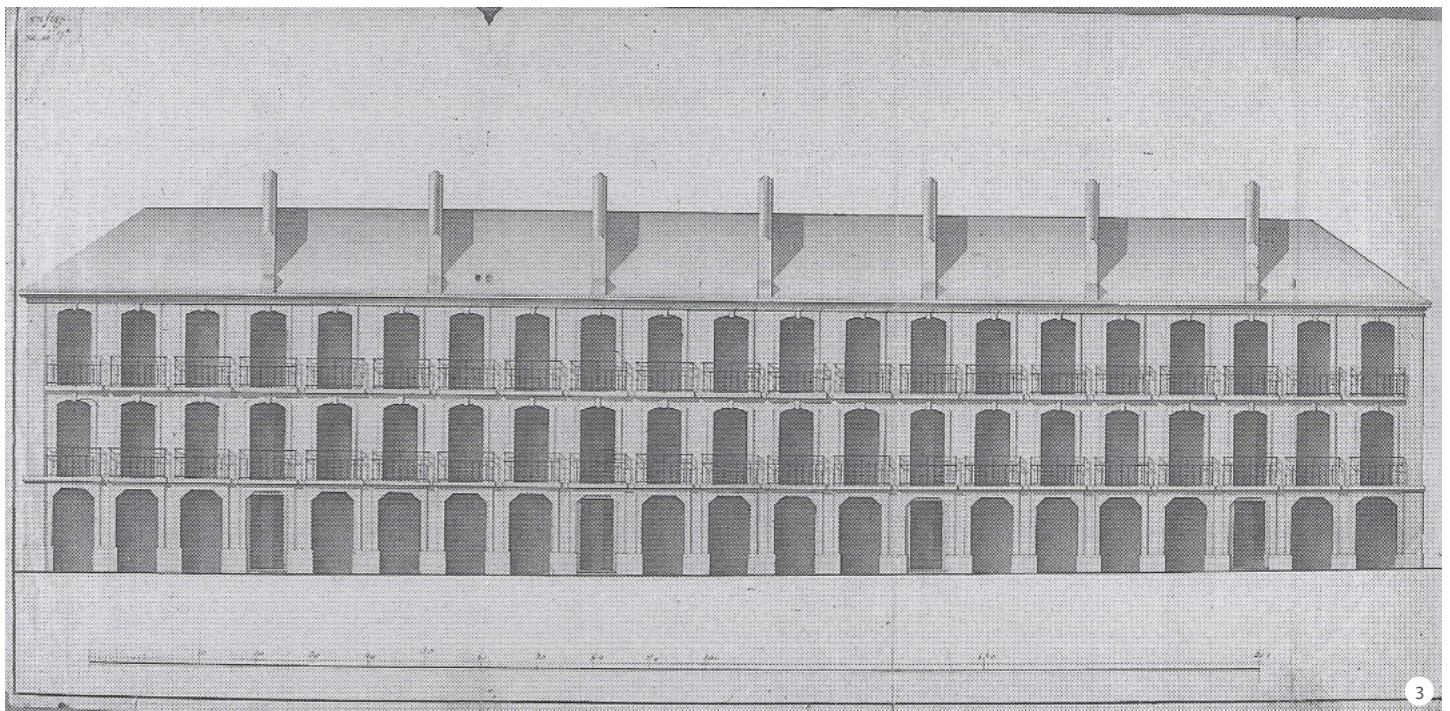
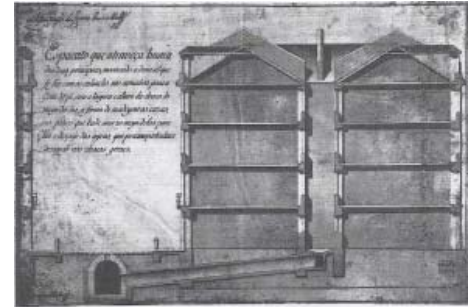
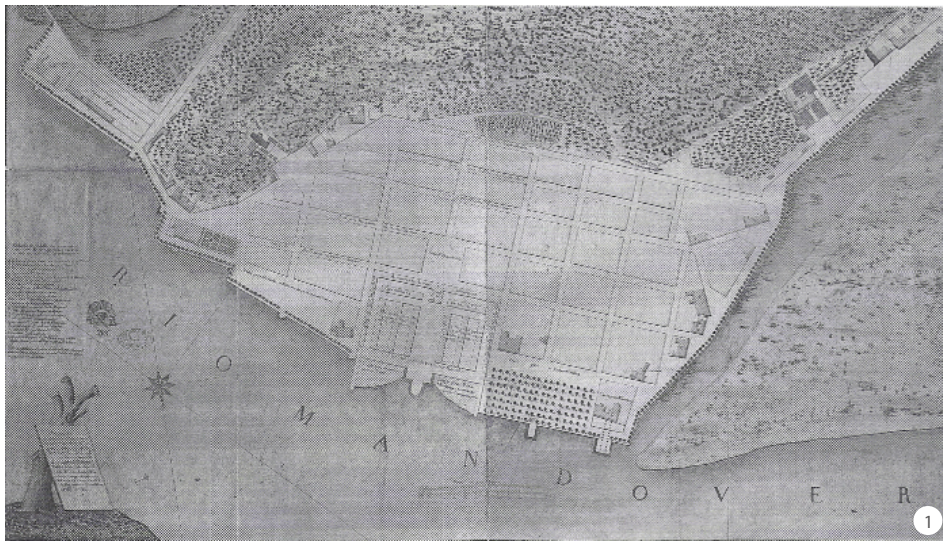
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 277

12. Vista da Cidade de Belém - Pará 1817 - 1820

Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 278



12



1. "Projecto para a nova Cidade de Goa", 1777
 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre
 o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 347
2. "Plano da traveça da Rua do Almada a praça do Laranjal..." 1776
 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre
 o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 342
3. "configuração 7" desenho tipo para reconstrução de Lisboa 1756
 Rossa, Walter; A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre
 o urbanismo português; Livraria Almedina, 2002; pag. 340

3 / TRÊS CIDADES

“ Criação de um ambiente mais propício à vida e intencionalidade estética são caracteres estáveis da arquitectura; (...) Estas são as bases para o estudo positivo da cidade; esta delinea-se já nas primeiras implantações. Mas com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento.” ¹

Como referi na introdução que inicia este trabalho, o ponto de partida para esta análise foram as visitas que realizei a algumas cidades coloniais portuguesas: Rio de Janeiro, Tiradentes, São João del Rey, Colónia del Sacramento, Diamantina, Ouro Preto, Mariana e Paraty.

Desde logo, podemos agrupá-las de duas formas: por região, as de Minas Geraes (Tiradentes, São João del Rey, Diamantina, Ouro Preto e Mariana) e as do litoral (Rio de Janeiro, Colónia del Sacramento e Paraty); ou por tipo de fundação, as directamente fundadas pelo Estado Português (Rio de Janeiro, Colónia del Sacramento, Paraty e Mariana) e as que foram fundadas por bandeirantes, Tiradentes, São João del Rey, Diamantina e Ouro Preto, onde mais tarde, pela importância económica e demográfica que adquiriram acabaram por ter a inevitável intervenção da Coroa Portuguesa.

Estes agrupamentos servirão de critério para a escolha dos casos de estudo que irei tratar neste trabalho.

A primeira escolha será então o Rio de Janeiro. É a mais importante das cidades do litoral que visitei e também a mais importante das fundadas directamente pelo estado. Poderia aqui existir “competição” na escolha com São Salvador da Bahia, mas infelizmente não tive a oportunidade de a visitar. Ainda mais, é sabido que o Rio foi uma cidade que acabou se tornar a capital do Império, substituiu-se a Lisboa já que o Rei teve de realizar uma fuga estratégica a Napoleão. É evidente e consensual que a presença da Coroa na cidade foi um factor decisivo num desenvolvimento urbano sem precedentes numa cidade colonial portuguesa. Por fim, foi uma cidade onde já tive oportunidade de viver e consequentemente será aquela que conheço melhor.

A segunda escolha recai sobre Colónia del Sacramento. Confesso que existiu uma indecisão na escolha entre esta e Paraty. Ambas foram fundadas a mando da Coroa, pois eram peças essenciais de uma estratégia de ocupação do território no controlo da costa.

Colónia numa tentativa portuguesa de concorrência ao domínio económico que tinha Buenos Aires no Rio de la Plata; Paraty que inicialmente foi criada como ponto intermédio para controlo da costa Rio - Santos, adquiriu uma importância ainda maior quando se decidiu que seria a partir dali que o ouro vindo de Minas Gerais seria levado para a Europa. A primeira, acabou por ser uma tentativa falhada pois nunca se conseguiu impor à superioridade de Buenos Aires, talvez também porque a principal dinâmica social portuguesa se iniciou e sempre se manteve no norte, a segunda acabou por ver a dado momento, por motivos de segurança, a partida do ouro (a sua principal atracção) ser transferida para o Rio, bem como a alteração do traçado da estrada real e toda a actividade que lhe estava associada. No entanto, considerando Paraty e Colónia del Sacramento como duas Póvoas portuguesas, a primeira é demasiado parecida com o Rio tendo estagnado a sua evolução urbana, e a segunda é mais “pura”, ou seja, tem mais elementos dos quais destaco a muralha, que lhe confere um espírito e imagem diferentes.

Por último, de entre as opções de uma terceira escolha que se pretende o mais variada possível, restou-me as cidades do interior, de Minas Gerais e com intervenção tardia da Coroa.

Aqui a escolha torna-se fácil e difícil ao mesmo tempo: Tiradentes foi a primeira cidade colonial quase “virgem” que visitei, depois de estar já há algum tempo a viver numa cidade de fundação colonial, o Rio de Janeiro, a verdade é que o impacto não é tão evidente como em Tiradentes uma vez que a mistura própria da evolução urbana em diferentes épocas esbate e confunde-nos um pouco acerca deste assunto da sua fundação no século XVI.

Faço homenagem então a Tiradentes uma vez que foi a partir desta visita, a primeira que realizei, sem consciência nenhuma do que ia encontrar e portanto, completamente descomprometido e desprevenido, que me confrontei com esta realidade de intercâmbio cultural que despontou com as expedições marítimas, e que assim me sugeriu e despertou a minha vontade de realizar este trabalho. Esta primeira visita não tendo sido preparada, tornou-se muito emocional e espontânea na sua análise. Espírito que, não querendo descorar o necessário carácter científico deste trabalho, gostaria que não se perdesse.

Esta ideia foi sendo confirmada depois à medida que fui visitando as outras cidades que referi acima: a partir de Tiradentes, as visitas não constituíram uma novidade, mas sim uma confirmação daquilo que constatei nesta primeira cidade e consequentemente uma constante aprendizagem e aprofundamento do fenómeno que é a fundação de cidades.

Sendo assim, analisando a hierarquia entre estas duas cidades, acabamos por destacar Ouro Preto e Diamantina como duas cidades de fundação bandeirante, de intervenção posterior da Coroa e de grande importância para a região, e Mariana, de fundação ordenada directamente por D. João V para ser a capital de *Minas Geraes*. O seu nome resulta da homenagem que o mesmo quis fazer à sua mulher, nossa rainha, Maria Ana da Áustria. O que a torna Mariana interessante e assinalável, é a importância que adquiriu na região por ser a capital e o facto de ser a única cidade deste grupo de plano previamente traçado, no caso pelo Engenheiro - Militar Alpoim, figura importante já que realizou muitos trabalhos entre esta região e a do Rio de Janeiro, sendo inclusivamente o autor do Paço dos Governadores, mais tarde Paço Imperial, no Terreiro do Paço carioca no coração da mesma cidade.

No entanto, tendo que escolher de entre estas três (as duas que sobram, São João del Rey e Tiradentes, vão sendo cidades todas muito iguais entre as associadas à Estrada Real) existe uma primeira comparação entre Ouro Preto e Diamantina pelas semelhanças do processo de consolidação urbana, na qual não tenho dúvidas em escolher Ouro Preto pois trata-se de uma cidade muito mais interessante e clara. Para além disso, sempre foi por natureza a cidade mais importante da região (chegou a ser à época a cidade mais povoada das Américas).

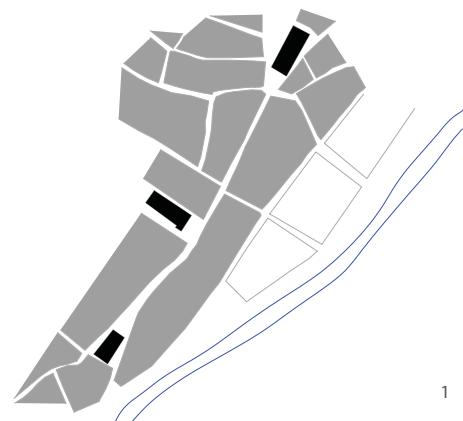
Sendo assim, restam as duas capitais de Minas Gerais para escolha Ouro Preto (*Villa Rica*) e Mariana: a primeira, pelas razões que referi atrás, cidade mais importante na região mais populosa, a segunda, pelas sua característica de cidade de plano prévio.

Decidi-me então por Ouro Preto, por uma razão simples: foi a única cidade onde voltei a sentir a emoção que senti em Tiradentes no primeiro contacto, com a cidade. É uma cidade onde não é possível ficar-se indiferente à sua expressão urbana.

Escolhidas que estão as três cidades, resta explicar a metodologia para realizar a análise. Já que se pretende fazer uma apreciação das mesmas a partir dos elementos gráficos e descrições acerca da sua realidade colonial, pareceu-me mais eficaz e lógico que o raciocínio funcione como uma regressão no tempo: começarei por expressar aquilo que ainda é possível sentir hoje com base nas visitas que realizei, complementando e aprofundado as informações que se concluem aproximando-me cada vez mais que for possível da realidade que seria o conjunto urbano colonial à sua época de maior consolidação.



1. Planta de São João del Rey
2. Planta do Arraial do Tijuco (Diamantina) 1784
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial;
Edusp 2001; pag. 219
3. Planta de Mariana 1796 - 1801
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial;
Edusp 2001; pag. 217
4. Paraty
<http://pt.wikirio.com.br/images/4/44/Paraty1.jpg>
5. Mariana-esquissos de viagem Igreja de Nossa Senhora do Carmo
e de São Francisco; João Costa



1



2



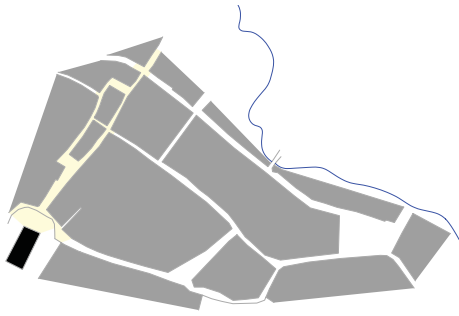
3



4



5



6

6. Planta de Tiradentes

7. Tiradentes
Samira Haddad

8. Tiradentes - vista para Igreja Matriz de Santo Antônio
Samira Haddad

9. Planta de Paraty

10. Paraty
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7a/Paraty_09_2007_59.JPG

11. Diamantina
Brunno Walter

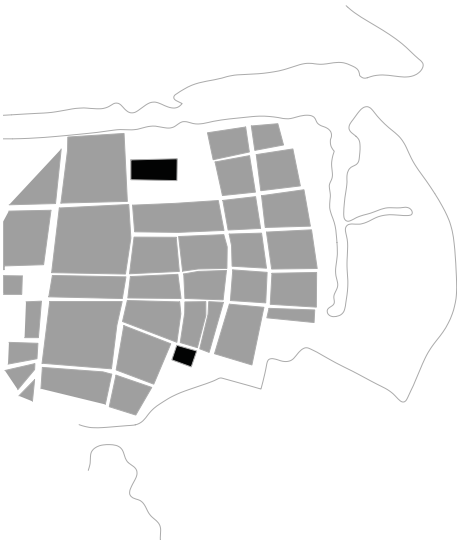
12. Diamantina
Brunno Walter



7



8



9



10



11



12

3.1 RIO DE JANEIRO



<http://commondatastorage.googleapis.com/static.panoramio.com/photos/original/11442092.jpg>

O Rio de Janeiro é uma cidade de tentações. O Rio de Janeiro é uma cidade que desvia as atenções. O Rio de Janeiro é a cidade mais bela que existe no planeta. A cidade onde qualquer cidadão do mundo, à partida gostaria de morar. O ambiente é frenético, ao som de sambas, de festas. O calor é imenso e a malha urbana também.

Quando se quer estudar uma cidade colonial, o Rio talvez seja das mais difíceis de o fazer, pois existem uma série de factores que nos desviam a atenção.

Quer se chegue de carro ou de avião, o primeiro elemento com que nos deparamos são as famosas favelas. À medida que nos aproximamos da Zona Sul da cidade e que vamos avistando o Corcovado ao longe é possível confirmarmos e observarmos e, na inocência do desconhecimento, nos aterrorizarmos com o que observamos acerca das condições de vida dessas favelas. Assim, esta realidade da favela podemos associar outro problema na visita: a constante sensação de falta de segurança que não nos permite concentrar a fundo na cidade. Ao início tudo parece perigoso.

Aliado a este primeiro impacto, a Zona Sul do Rio é normalmente a primeira paragem. Os bairros de Copacabana, Ipanema ou Leblon, são actualmente os mais atractivos, e considerados os mais seguros. A diversão, o desporto, a praia, o calor e gente bonita, são uma constante.

Mais tarde, à medida que começamos a descobrir a cidade, percebemos em primeiro lugar que ela é extensa e muito dispar ao nível económico, urbano e social. Percebemos que existem várias cidades associadas entre si. É notório que a Zona Norte é bem diferente da Zona Sul. Que a Tijuca e o Maracanã são um tipo de cidade, que o Centro é outro e que Copacaba, Ipanema e Leblon como um conjunto são um outro tipo ainda, e que a Barra da Tijuca ainda se diferencia mais ainda das outras no que a este tema diz respeito. Se quisermos ser sintéticos as relações urbanas no rio funcionam da seguinte forma: Orla - malha urbana - morro - túnel subterrâneo - morro - malha urbana - morro.

No entanto, esta aparente falta de unidade é contrariada por uma constante que é a natureza que demonstra uma força e presença impressionante. Sendo uma cidade, a adaptação de uma malha ao terreno, facilmente se percebe uma variedade de malhas e aparente desunião. Devido a estas condicionantes, a variedade torna-se também ela natural e necessária. Percebemos também que é realmente o elemento Natureza que unifica de forma clara toda esta variedade urbana.

O Rio de Janeiro, graças a este elemento natureza, é uma cidade de paisagens, de pontos de vista e de referências. Exemplificando, Botafogo e Flamengo não têm relação espacial de qualquer espécie com Copacabana. No entanto, a pedra do Pão de Açúcar é avistada de ambos os bairros, acabando esta perspectiva por orientar e unificar bairros em direcções diferentes. O mesmo acontece com o Corcovado que, do alto dos seus mais de 700 metros de altura, é avistado em toda a cidade excepto da Barra da Tijuca que no entanto tem vista para a pedra da gávea que por sua vez é vista também em Leblon e Ipanema e que por sua vez também avistam o Corcovado.

A natureza nesta cidade é assim o elemento mais preponderante, criando várias surpresas para os visitantes: tem a maior floresta urbana do mundo, a floresta da Tijuca, onde é possível nos abstrairmos totalmente do ambiente urbano e tomar um banho de cachoeira. Tem, de repente, uma lagoa enorme no meio da cidade que lhe confere um momento diferente de carácter desafogado e de contemplação do verde. As florestas dos morros invadem os apartamentos dos prédios implantados no sopé dos mesmos, e é possível que macacos nos entrem em casa para roubar comida. É assim impressionante como natureza e cidade se relacionam de forma tão íntima, sendo que, a primeira participa da segunda e a segunda parece ter-se apropriado da primeira. Talvez a cidade se tenha tornado um pouco natural e selvagem e a natureza um pouco mais urbana e condicionada. É aliás, conhecido através dos relatos escritos pelos viajantes navegadores, que a exuberância da natureza que encontramos no território impressionou e condicionou desde logo os homens que decidiram “fazer” cidade na Baía de Guanabara e um pouco por todo o Brasil:

“Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água e muito boa. Ao longo dele há muitas palmeiras, não muito altas; e muito bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles. (...) E chegamos a uma grande lagoa de água doce que está perto da praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares. (...) Ali descansamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dele, entre esse arvoredos que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular. (...) Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos terra que nos parecia muito extensa.”¹

É notório então, que no Rio de Janeiro, os aspectos da sua fundação não são evidentes: *para além do Paço e da quase totalidade dos edifícios religiosos implantados na área conhecida como Centro, pouco ou nada resta em termos de evidências arquitectónicas da velha cidade colonial. Uma cintura viária e portuária, bem como uma densa e alta mole de edifícios de serviços, contribuem consideravelmente para a caracterização de uma paisagem urbana que em nada tem a ver com as imagens do passado. O próprio morro onde os portugueses primeiro estabeleceram uma estrutura com características urbanas – o Morro do Castelo – foi rapado para dar lugar ao conjunto urbano de serviços (...).*²

Não é assim, de forma alguma o actor principal deste sistema urbano actual. É uma realidade que requer atenção especial para a conseguirmos perceber, depois disso a verdade é que se torna evidente e interessante.

“Rio de Janeiro sempre foi uma cidade charmosa !” A sua natural monumentalidade, a sua intensa cenografia feita dos variados perfis topográficos, a exuberante vegetação, as elegantes baías e a excêntrica

1 Caminha, Pêro Vaz de, Carta ao Rei D. Manuel; Dominus São Paulo 1963

2 Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 29

topografia que actua como o perfeito pano de fundo para qualquer cerimónia, fizeram do Rio uma cidade excepcionalmente distinta; facto pelo qual viajantes registaram a sua paisagem em inúmeras gravuras do séc. XVIII e XIX.

Rio não só era estrategicamente bem localizada e exposta ao comércio do Atlântico mas também possuía uma beleza imponente, à escala imperial!"³

" Entre a fundação da cidade de Salvador e a da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, medearam apenas 16 anos. Se Salvador foi a "fortaleza-forte" que centralizou a defesa da costa nordeste, Rio de Janeiro foi o "castelo" que exerceu funções idênticas para a costa sul. Ambas as cidades se criaram para atender a razões predominantemente políticas e militares."⁴

RAZÕES DA SUA FUNDAÇÃO

Interessa, antes de tratarmos mais especificamente das características da forma urbana da cidade, perceber o fundamento para a sua fundação e um pouco da sua história para assim percebermos claramente as razões para esta cidade adquirir a importância que teve.

A cidade do Rio de Janeiro está associada a um árduo processo da Coroa Portuguesa para controlar a costa daquele território. A presença de outros países era uma constante, é conhecida a história da conquista do domínio da baía de Guanabara aos franceses através de parcerias com uma tribo de índios locais. É também conhecida a importância de Estácio de Sá neste processo: ele está associado ao domínio português definitivo daquela região, e à primeira atitude de fundação urbana entre o Morro Cara de Cão (hoje, Morro da Urca) e a Pedra do Pão de Açúcar num primeiro momento, e à transferência desse início de cidade para o morro que viria a ser chamado Morro do Castelo, que veremos à frente será implementada por Mem de Sá, seu tio.

À semelhança de Salvador da Bahia, o Rio de Janeiro justifica-se pela necessidade de controlar a costa brasileira a Sul. Surge como uma "segunda fase" desse processo de controlo, depois da fundação de Salvador. Assim, compreende-se perfeitamente que, para controlo da costa, fosse importante encontrar um lugar realmente protegido. Portugueses e Franceses sem dúvida que já o tinham encontrado: esse lugar era a baía de Guanabara, que dispões de características geográficas ímpares em toda a costa brasileira. Mais do que expulsar os franceses era importante conquistar aquela baía. A sua barra (linha imaginária que representa a zona onde as águas da baía e do oceano se misturam) é suficientemente estreita para ser impossível um barco invasor lá entrar sem ser atingido por uma bala de canhão. Por oposição, a baía é incrivelmente larga, ótima para a atracagem. Por aqui também se explicará a opção de Estácio de Sá em entrar e preparar a conquista a partir do Morro Cara de Cão.

Mais tarde, com a evidência da existência de grandes quantidades de ouro na região de *Minas Geraes*, esta cidade ganhou uma segunda nova dimensão: tornar-se a capital da colónia, já que aquela região era o ponto mais seguro para partirem, a salvo de piratas e estrangeiros, os barcos carregados de Ouro. Para além disso, era manifestamente mais próxima da região do ouro do que Salvador, o que permitia também à Coroa um melhor controlo do negócio do ouro.

Uma outra razão associada a esta principal, tem a ver por um lado com a vontade de controlar a actividade económica a Sul, no *Rio da Prata*. Desta forma a cidade Carioca acaba por ficar evidentemente

3 Benedito, Sílvia; Quadricula Emocional in <http://premiotavora07.blogspot.com/>

4 Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 96

a “meio caminho” entre os interesses do norte (que estava significativamente mais próximo de Lisboa), os interesses do ouro, o controlo da economia a Sul com a fundação de Colónia do Sacramento e finalmente a comunicação mais eficaz com África (principal fornecedora de mão-de-obra escrava essencial à economia) criando um controlo de navegação do Atlântico e iniciando uma dinâmica latente até aos nossos dias: o triângulo atlântico Lisboa-Rio de Janeiro-Luanda.

De repente, passe o exagero, a verdade é que esta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro parece estar no centro do mundo.

OCUPAÇÃO

Na ocupação do Rio de Janeiro considera-se existir, de forma unânime, três actos que interessa destacar. Por ordem temporal, um primeiro que corresponde à chegada dos portugueses ao lugar e que pouco se relaciona, urbanisticamente falando, com os dois últimos. Os dois últimos, decorrem do domínio definitivo da Baía de Guanabara. Referem-se ao resultado efectivo do que foi a cidade do Rio de Janeiro colonial, e que assinala-se ainda hoje permanece como cicatriz, da malha actual do Centro da cidade. O verdadeiro exercício de cidade.

Os dois primeiros referem-se naturalmente às primeiras ocupações das florestas da região: como já referi acima, uma primeira no morro Cara de Cão, hoje morro da Urca (diga-se que ainda hoje existe essa referência, àquela que terá sido a primeira rua da cidade) e uma segunda no morro do São Januário, que serviu de arranque para a zona de maior caracterização urbana colonial do Rio de Janeiro.

A primeira ocupação da cidade é descrita da seguinte forma: “(...) o Roteiro de todos os sinais, (...) mostra o casario disseminado no alto. Ali, roçado e cercado o lugar, aberto um poço de água e feitas as primeiras plantações, foi construído um baluarte de taipa (...) e quatro ou cinco guaritas, (...) a que se seguiram outros baluartes, uma ermida da invocação de São Sebastião e as casas (...). Para termo da cidade, concedeu Estácio seis léguas de raio, e para rossio, légua e meia de testada e outras tantas de fundo (...)”⁵

É notório pela descrição que existe uma ocupação efectiva, mas não existe um espírito de permanência. A prioridade seria a conquista aos franceses e não o exercício de cidade. O que interessava era o controlo do interior da baía de Guanabara.

Desta forma, a partir do momento em que passou a existir um ambiente de segurança (relativamente aos europeus e aos índios), os habitantes de uma forma natural passaram a preferir os terrenos planos mais próximos da Baía. A evidência da necessidade da implantação de uma cidade de expressão neste lugar é reforçada por Alberto Lamego, que refere que “ali uma cidade teria fatalmente de surgir, por maiores que fossem os obstáculos à sua expansão urbanística (...)” refere ainda, citando as ideias de Vallaux, que o Rio de Janeiro pertence à categoria de *capital natural*, já que “teria sido grande e populosa com núcleos de relações industriais, comerciais e agrícolas, mesmo se o Estado não houvesse feito delas o centro da sua actividade”⁶, sendo que, as características da baía de Guanabara ajudam a reforçar esta ideia.

Mem de Sá, governador já nessa época, por morte do sobrinho Estácio de Sá no decorrer da conquista da baía aos franceses, percebeu claramente que a garantia de segurança seria mais real a partir do momento em que se resguardassem mais para dentro da baía. Aliás, como era prática corrente na estratégia de implantação de cidades portuguesas – veja-se São Salvador da Bahia, que se encontra da Baía de Todos os Santos, ou Lisboa que se implanta dentro do estuário do Rio Tejo.

5 Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 96

6 idem, pag.97

Desta forma, o Morro de São Januário tornar-se-á o palco para este segundo acto de ocupação: o Rio de Janeiro era assim referido, à semelhança de Salvador, como praça-forte.

“(...) na sua traça, não havia fronteiras entre arquitectura militar e o urbanismo. No alto morro ficava o “castelo” e o “baluarte da Sé”; no sopé, o “forte de São Tiago”; ligava o forte ao baluarte a “muralha” ou “muro” em que ficava a “porta da cidade”, situada no lugar em que até poucos anos atrás existia o “beco da Música”.⁷

Assim, dentro daquela cidade-militar, *um tímido castelo*, e um pouco à semelhança das práticas de fundação de cidade nos territórios da Índia e do Norte de África, foram sendo construídas as construções essenciais como a Casa da Câmara e Cadeia, a Casa da Fazenda, a primeira Igreja matriz carioca e o colégio Jesuíta, sendo que, nos primeiros anos de ocupação a Cidade de São Sebastião estava contida e limitada a estes limites exíguos.⁸ No entanto, contrapondo-se a este centro surgiu também o convento de São Bento na outra ponta daquela ligeira enseada, que justificou a natural formação de um caminho que ligava as duas edificações de referência da cidade.⁹

A verdade, é que nestas duas primeiras ocupações, não existe propriamente uma evidente preocupação, no que respeita ao desenho e à forma urbana. No entanto, é notório o seu contributo não para o desenho urbano, mas para percebermos como funcionava a estratégia portuguesa de uma ocupação preliminar num determinado território: ocupação de lugares altos, para dificultar o acesso de possíveis invasores e possibilitar o controlo da linha da costa, podendo observar sem ser visto. Acompanhado a esta primeira preocupação defensiva, existia a preocupação da marcação de presença com os edifícios chave que atrás referi. Eram efectivamente uma regularidade da arruação portuguesa, sendo correcto afirmar-se então que a construção destes edifícios essenciais, era o primeiro grande sinal de uma vontade de fundação de uma nova cidade. Eles ajudam também a explicar as diferenças de ocupação entre o primeiro e os dois últimos “actos” de ocupação da Cidade.

Para além disso, ao contrário do Morro Cara de Cão, que está bastante distante do lugar definitivo para o Rio de Janeiro, o Morro do Castelo (nome pelo qual ficará conhecido), representa o início desta última ocupação e por muito obsoleto que se tenha tornado em termos urbanos, participará sempre da imagem final do Rio de Janeiro Colonial e funcionará sempre como ultimo reduto em caso de invasão. A propósito desta questão, a referência à Aldeia de Marialva no território do nordeste português, uma cidade que tive a oportunidade de estudar. Torna-se pertinente como demonstração de um hábito idêntico. Basicamente, Marialva fazendo parte da rede de Castelos de defesa do Portugal medieval, foi fundada num planalto que à época já tinha um grande historial de ocupação castreja e romana. A história desta cidade é feita também através das épocas em que a população decidia ocupar o ponto alto com o imponente castelo de terreno difícil por razões de segurança, ou ocupar o terreno plano de cota inferior em nome de uma maior comodidade e conforto. Não pretendo no entanto, que se encare esta situação como uma situação corrente do urbanismo português. Normalmente esta transferência do interior do burgo para fora das muralhas, não era feito de forma tão formalmente separada como foi nestes dois casos. O normal, seria uma transferência que resultava num conjunto urbano de bastante

7 Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag.97

8 Filho, Reis; Evolução Urbana do Brasil (1500/1720); editora USP, 1968; pag.117

9 Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 29

unidade, como o Porto, Coimbra, Lisboa ou São Salvador, em que as encostas íngremes que unem a cota alta à cota baixa são densamente ocupadas.

Será então a ligação entre o núcleo inicial e o Convento de São Bento, que refiro acima, e a tensão entre dois elementos *potencialmente urbanos*¹⁰ (na altura ainda não o eram totalmente) a despontar o verdadeiro exercício urbanístico que começa, ainda no século XVI, com a ocupação gradual da várzea, nomeadamente para onde já existiam *construídas ermidas situadas em São José, Santa Luzia, Nossa Senhora do Ó e Ajuda em torno das quais se foi construindo casario que dará sentido à Rua Direita*.¹¹

“A descida para a Várzea nada teve de arbitrária. Apalpava-se o terreno em busca das partes enxutas. Daí ter ela começado no sopé do morro (rua da Misericórdia), inflectindo pelas restingas arenosas, de um lado rumo ao Boqueirão (Lapa), do outro – e foi o principal – rumo à várzea de Nossa Senhora do Ó (praça XV), seguindo pela praia de Manuel de Brito (rua Direita, hoje 1º de Março), até ao morro de São Bento, formando o conjunto uma linha arqueada que serviu de base ao traçado das ruas; as transversais, da rua António Nabo (São José) à dos Pescadores (Visconde de Inhaúma), ficando normais ao arco, e as longitudinais, a começar na rua detrás do Carmo, agenciando-se aproximadamente paralelas aos segmentos de corda do mesmo arco.”¹²

Olhando para a planta da cidade à época, e acompanhando essa análise com o texto de Paulo Santos que transcrevi, percebemos como foi o exercício urbano que consistiu em montar a cidade do Rio de Janeiro. Um sistema regular, mas não ortogonal. A cidade é contida pelos diversos morros¹³, entre os quais o do Castelo, elemento preponderante na imagem da cidade. Fazendo uso da imaginação, consigo vislumbrar uma relação parecida com a que o Castelo de São Jorge promove com a cidade de Lisboa. Aliás, veremos mais à frente que as comparações serão constantes em vários aspectos como não poderia deixar de ser.

Como referi anteriormente, a ocupação dos terrenos planos começou junto ao Morro do Castelo, com a abertura de uma rua que ligava o pólo urbano do Castelo a um outro animado pelo Convento de São Bento. Esta rua é paralela à orla e *potencialmente interior*¹⁴ de forma a ser o mais bem distribuída possível no território como qualquer centro deverá ser.

A propósito ainda da transferência da cidade para a várzea conclui-se que nessa época *“já se fala em cordeamento, demarcação, ruas direitas conforme às mais, trinta palmos etc.”*¹⁵, Aliás, este rigor de urbanismo com medida e esta regularidade que se verifica no traçado da cidade não será indiferente à presença de Battista Antonelli: um *“italiano ao serviço do Reino Unido de Espanha e Portugal”, que “invernou no Rio (...), à espera de condições propícias para seguir viagem até ao Estreito de Magalhães (...) onde (...), deveria construir fortificações e uma cidade.”*¹⁶

10 Rossi, Aldo; Arquitectura da cidade; Edições Cosmos, 2001 pag. 128

11 Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 97

12 idem, pag. 98

13 Filho, Reis; Evolução Urbana do Brasil (1500/1720); editora USP, 1968; pag.117

14 Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 29

15 Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 98

16 idem pag. 99

“No espaço entre os dois morros foi alinhada uma malha urbana regular que ao longo dos anos se foi estendendo para o interior (...). Como elemento estruturador principal, uma rua interior, paralela à margem e ligando os dois morros. Entre ela e o cais os equipamentos ficavam as dependências portuárias e alguns dos equipamentos mais importantes.”¹⁷

É de relevo então, que a cidade à medida que vai crescendo para Norte e Poente, se vá fazendo a partir de paralelas e perpendiculares à rua principal, *arruada em boa ordem* como era costume se dizer na época nas descrições das *villas*. No entanto, as ruas vão sendo desenhadas de forma a adaptar-se ao terreno e as conveniências de localização das construções de interesse, e desta forma, o sistema de perpendiculares/paralelas nunca será regular, sendo essa uma das características mais evidentes e constantes do urbanismo colonial português.

Este processo torna-se assim o responsável pela criação de uma dinâmica que marcará para sempre a lógica funcional e urbana da cidade: esta rua ascende assim ao estatuto de *rua direita*, que no urbanismo colonial português significa a rua principal da cidade, aquela que vai directa a dois pontos importantes.

Nota-se também, ao analisar o mapa, essa importância pela sua expressão formal que salta à vista comparando com a dimensão das restantes ruas.

Este “*primeiro papel*”, no conjunto urbano, é reforçado pela construção da praça principal da cidade no espaço entre a orla e a Rua Direita, transferindo gradualmente o “*coração*” da cidade da fortaleza, situada no Morro, para junto da baía.

A praça é como uma bolsa que recebe as pessoas vindas de todo o mundo, e a rua um meio de comunicação transversal com os outros pontos da cidade, sendo esta relação, um dos principais aspectos urbanos que interessa destacar na análise da cidade do Rio de Janeiro Colonial: o conjunto *Terreiro do Paço – Rua Direita*.

É essencial então, que se interprete apenas como uma parceria indissociável, responsável por uma dinâmica urbana e social.

A partir da organização desta estrutura, como atrás referi, a cidade acaba por se traduzir numa série de ruas com a mesma direcção da Rua direita ligadas por “perpendiculares”, que segmento a segmento ligando as longitudinais entre si, se traduzem em verdadeiras transversais que atravessam todo o aglomerado, reflectindo uma inteligência de desenho.

Podemos destacar então muitos aspectos importantes deste “*jogo*” que se verifica de longitudinais e transversais: a primeira é a importância desta *matriz genética*¹⁸ que se traduz na rua Direita, que define uma lógica para a cidade que já foi bem descrita acima. No entanto, é importante chamar à atenção para alguns aspectos que se consideram muito interessantes e peculiares do urbanismo desta cidade: é curioso, que numa cidade que se nota regrada, com larguras de ruas mais ou menos iguais, seja a sua rua mais importante a parecer a que menos preocupação teve nesse sentido. Este é um primeiro reflexo

RUA DIREITA
E LARGO DO PAÇO

17 Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 287

18 Benedito, Sílvia; Quadricula Emocional in <http://premiotavora07.blogspot.com/>

da sua origem descomprometida com o acto de fazer cidade apenas pretendendo ligar dois pontos de interesse num terreno virgem e pantanoso. Assim, esta via, à medida que começa a ganhar urbanidade nunca perderá este seu carácter *naturalista* e pouco rígido. Desta forma é do interesse deste texto referir a sua forma bem peculiar, onde começa bem regular e paralela nas suas “pontas” e à medida que se chega ao ponto médio, vai-se notando um alargamento da mesma, como que querendo iniciar ou anunciar a praça. Um género de preparação para um grande espaço que acontecerá com vista para a baía e porta da Cidade. É um movimento formal, expressivo e *emocional*¹⁹, que se indentifica neste elemento e que se vai verificando no urbanismo português. Parece-nos existir a intenção de que a forma da rua se destaque em relação às outras menos importantes, definindo a hierarquia que se pretende, ao mesmo tempo que se coloca em pé de igualdade com o outro elemento mais importante da cidade o *Largo do Paço*. A sensação que nos dá é que a própria rua tenta ser um largo, bem ao jeito do largo/rua que enquadra a fachada da Igreja de São Francisco e a faz comunicar com o Largo do Terreiro de Jesus em Salvador da Bahia. É como se o Largo do Paço fosse, em vez de um elemento autónomo, um alargamento da própria rua. Esta é uma situação recorrente em várias vilas que fui visitando, ora em visita, ora através da análise da planta: a rua confunde-se com a praça ou largo é um alargamento ou uma extensão da rua. Tornam-se elementos indissociáveis. Servindo como exemplo, veja-se a planta de peceptível quadrícula de Mariana, em que a praça não surge da omissão de uma quadrícula (como no urbanismo castelhano), mas sim do alargamento da rua direita, “comendo” metade do quarteirão. A vila de Caminha é também um exemplo evidente desta situação.

Terminando esta questão, é evidente também a comparação necessária da actual Praça XV, antigo Terreiro do Paço, com o Terreiro do Paço Lisboaeta, a Praça da Ribeira no Porto, ou o Largo do Paço em São Salvador. Um espaço regular, fechado de todos os lados excepto de um que se abre para a paisagem. Esta é uma questão que tem a ver com o fenómeno urbano português dos rossios, levando a esta forma de fazer, criando uma centralidade periférica, encostada ou intimamente relacionada com o elemento água (principal meio de comunicação) e com a paisagem, proporcionando o desenvolvimento económico urbano e estado associado ao surgimento da burguesia.

O PAPEL DAS TRANSVERSAIS

Um outro ponto que se deve referir, é a importância das ruas transversais à rua direita.

Em primeiro lugar, interessa dizer que estas são o principal mecanismo urbano de ligação do centro da cidade ao sector Norte, ao bairro de São Cristóvão, e ao sector Sul e Poente, aos engenhos de Botafogo e Flamengo. Nesta função, a rua da carioca adquire especial importância, já que a mesma ligava a orla à periferia do conjunto, ao largo da carioca, que se quisermos estará dentro do espírito de Rossio Português, embora não haja a presença de muralhas.

Ao analisarmos a planta, reparamos que todas as ruas longitudinais que surgem “paralelas” à rua principal seguem o desenho da mesma. Deve-se dizer que este trajecto da rua direita é de uma natureza pouco própria da disciplina urbana: como já concluímos atrás, ela surge como um caminho que ligava dois pontos, um caminho que foi adquirindo urbanidade, à medida que a cidade cresceu, mas que ficou marcado no seu trajecto inicial descomprometido com um plano de cidade-militar.

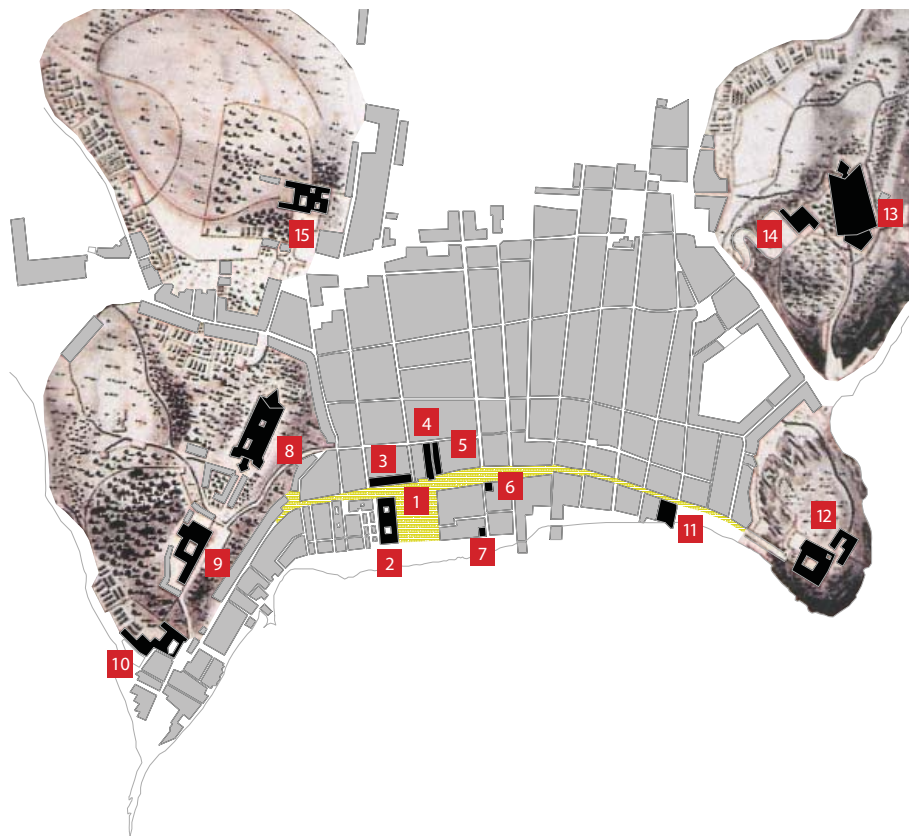
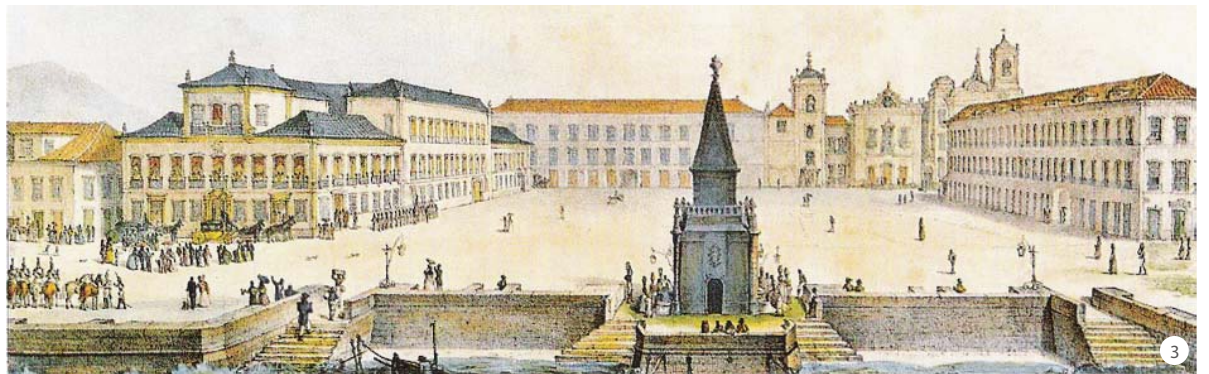
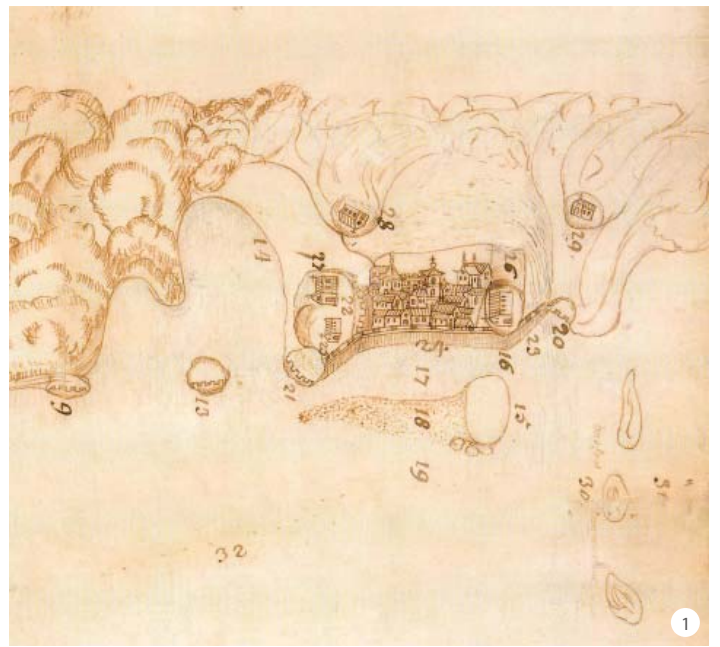
Desta forma, é notório, que as ruas longitudinais posteriores, que se foram implantando para

interior da costa, embora já contribuindo para uma ideia de conjunto urbano, acabam por não poder abdicar das referências de implantação da primeira rua que surgiu. Percebe-se assim, que as longitudinais são as ruas que ligam a “pontos” de interesse; aos elementos físicos primários²⁰, no caso, os conventos desempenharam papel fundamental, pois, embora não quisessem ser urbanos (pois dentro de uma tradição medieval a sua implantação procurava ser sempre em zonas rurais) acabaram por o ser já que eles foram a motivação para o crescimento da própria cidade. Os pontos alternativos à implantação do castelo no Morro de São Januário.

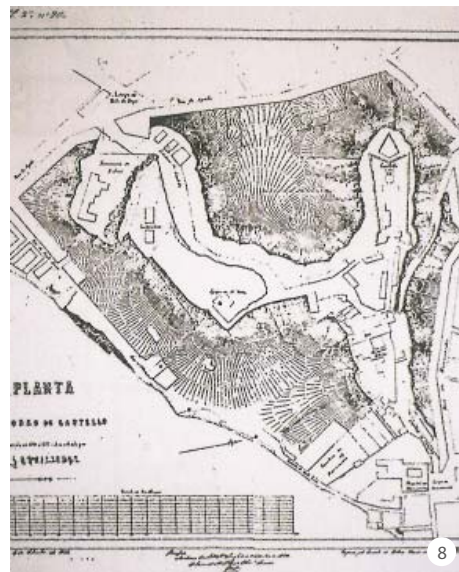
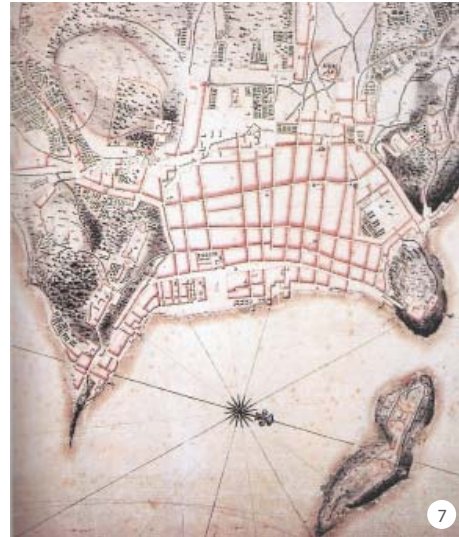
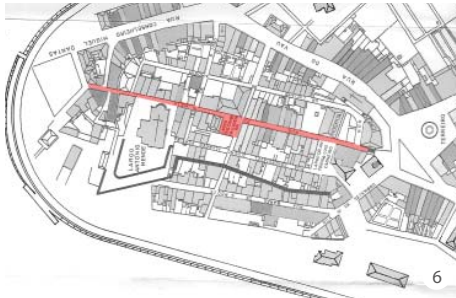
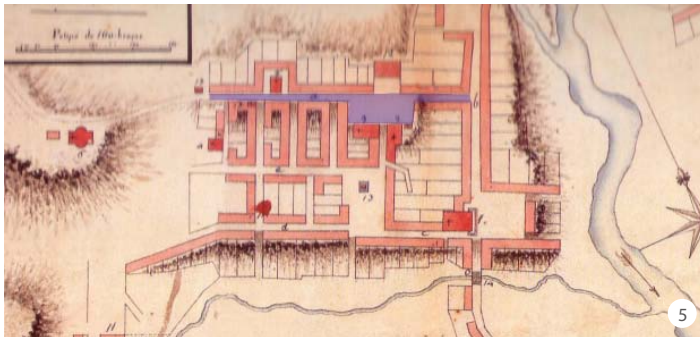
Assim, as transversais no desenho da cidade Carioca, revelam-se como o elemento realmente preponderante. São estas ruas que “seguram” as linhas sinuosas das ruas longitudinais, conferindo à urbe uma estrutura, uma noção de conjunto. São as vias transversais, estas realmente direitas, que surgem como alicerce, como “estacas”, que regulam a cidade e lhe dão um carácter erudito.

Concluindo a análise carioca, podemos dizer que a cidade se estrutura com dois tipos de ruas de carácter e função, bem vincadas e diferenciadas: chamemos às primeiras as ruas dos “pontos”, as que ligam os elementos principais, que ajudam a uma melhor percepção na visita à cidade já que são muito directas, não se dão aos caprichos de um modelo, elas são a matriz a seguir, e pretendem que se ligue dois pontos importantes da forma mais prática possível; e as “reguladoras” que seguram a liberdade de traçado das longitudinais e que permitem naturalmente uma rápida ligação entre as primeiras.

Estabelecemos também, que a partir deste “jogo” de longitudinais e transversais de carácter diferenciado, existe assim um terceiro elemento, o mais importante de todos, que é o conjunto Rua Direita/Largo do Paço. Revela-se em termos formais o elemento mais expressivo do conjunto definindo com clareza a dita hierarquia de vias. Apercebemo-nos através do seu desenho, que por um lado a praça, embora possa ser analisada de forma individual pois corresponde a um tipo de fazer português, deve ser encarada como um alargamento da própria Rua Direita, que por sua vez, à medida que se aproxima do largo, deforma-se, alarga-se, sugerindo e preparando o visitante para a praça que ali vai acontecer, parecendo, a rua, ela própria, uma segunda praça que recebe todas as transversais, excepto uma, a que iria desembocar no próprio largo, beneficiando e não tornando promíscua este o conjunto matriz da cidade do Rio de Janeiro.



1. Rio de Janeiro - vista da zona baixa da cidade 1816
Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil - Urbanização e Fortificação; Público - Comunicação Social SA, 2008; pag. 22
2. Planta Rio de Janeiro 1717 - 1730
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 166
3. Rio de Janeiro - vista Largo do Paço (actual Praça XV) século XIX
Santos, Paulo; Formação das Cidades do Brasil Colonial; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 148
- 4
1. Largo do Paço/Rua Direita
2. Paço Governadores
3. Convento do Carmo
4. Igreja Nossa Senhora do Carmo
5. Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo
6. Santa Cruz do Militares
7. Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores
8. Fortaleza original (Castelo)
9. Convento Jesuítas
10. Santa Casa da Misericórdia
11. Praça do Comércio
12. Igreja e Mosteiro de São Bento
13. Fortaleza da Conceição
14. Paço Episcopal
15. Igreja e Convento de Santo António



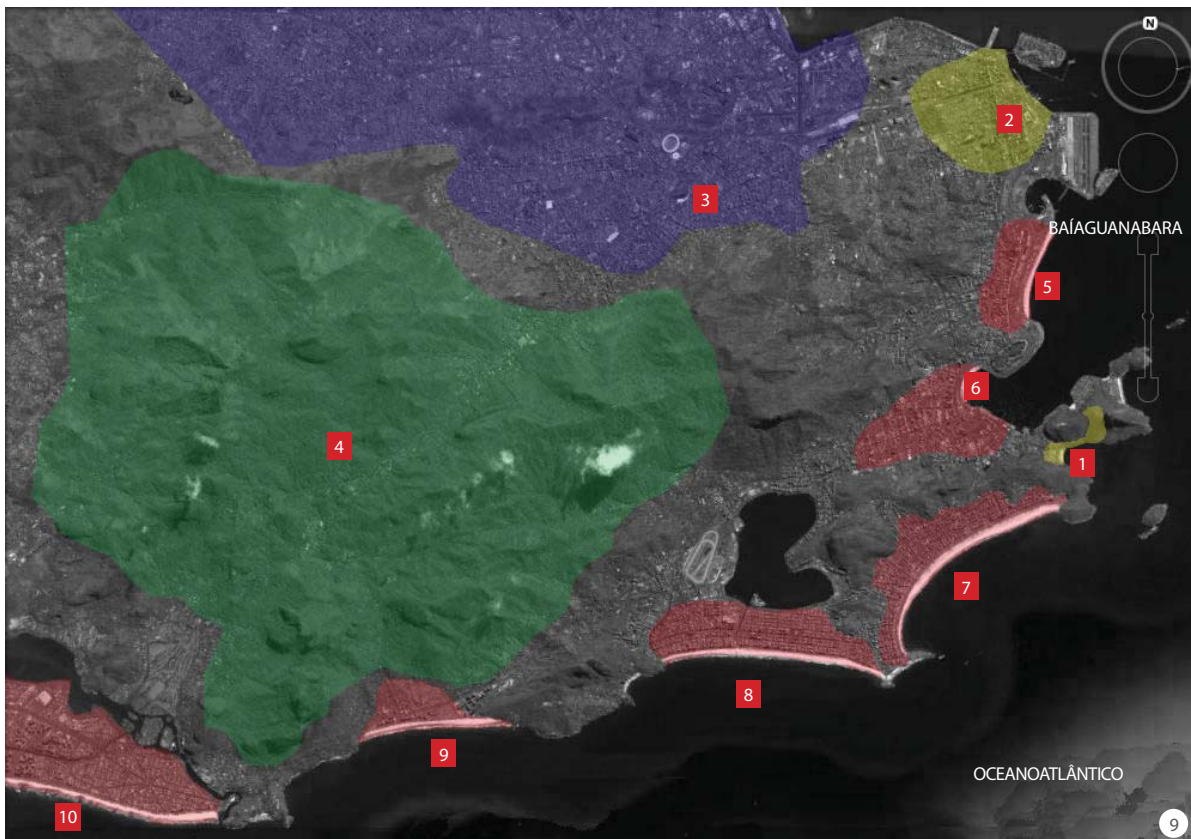
5. Planta Mariana segunda metade do século XVIII
Reis, Nestor Goulart; Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial; Edusp 2001; pag. 217

6. Planta Vila de Caminha 1987
Cruz, Maria Alfredo; Caminha. Evolução e estrutura da Vila da Foz do Minho in Caminiana XV; Guerreiro Cepa 1988; pag. 167

7. Rio de Janeiro - planta da cidade 1750
Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil - Urbanização e Fortificação; Público - Comunicação Social SA, 2008; pag. 22

8. Rio de Janeiro - planta Morro do Castelo 1826 - 1837
Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil - Urbanização e Fortificação; Público - Comunicação Social SA, 2008; pag. 21

9.
 1. Primeira ocupação colonial (actual Urca)
 2. Ocupação colonial definitiva (actual Centro)
 3. Bairro Tijuca (início Zona Norte)
 4. Floresta da Tijuca
 5. Bairro Flamengo (vermelhos Zona Sul)
 6. Bairro Botafogo
 7. Bairro Copacabana
 8. Bairros Ipanema \ Leblon
 9. Bairro São Conrado
 10. Barra da Tijuca



3.2 OURO PRETO



Mário Guerra in http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f4/Panor%C3%A2mica_de_Ouro_Preto.jpg

“O ciclo mineiro deu origem a uma série de cidades sem desenho prévio que, pelas comuns características topográficas, pela animação paisagística e espacial dos consideráveis programas religiosos-monumentais das irmandades e Ordens Terceiras e através de reformas posteriormente introduzidas pelos funcionários do urbanismo da coroa, adquiriram características tipológicas ímpares que a arquitectura corrente em muito faz filiar em exemplos Metropóle.”¹

Quando visitamos Ouro Preto, ser-nos-á legítimo pensar que se uma corrente de urbanismo impressionista houvesse, a antiga Vila Rica seria, sem sombra de dúvidas, um excelente exemplo. Se o Rio de Janeiro nos impressiona pela expressão da sua natureza, a cidade de Ouro Preto impressiona-nos pela sua própria expressividade, deixando demarcada a sua expressão portuguesa e a sua religião.

Comparando ainda com a cidade carioca, ao contrário desta, o primeiro contacto provoca-nos emoções diferentes. Se no Rio, vamos descobrindo os sinais da fundação e o seu ambiente urbano colonial característico à medida que vamos explorando a cidade (pois actualmente não é o Centro a sua principal atracção e motivo de interesse urbano), na cidade Mineira passa-se exactamente o oposto: o contacto com essa realidade colonial é imediato, sendo que, o grande motivo para visitar Ouro Preto, será essa viagem ao passado que a cidade nos proporciona. O palco dessa viagem, é o ambiente urbano bem genuíno que nos “salta” logo à vista desde o início. Emociona os portugueses (era possível ouvir o nosso sotaque característico quando por lá passei) pois é realmente um ambiente urbano muito semelhante ao nosso em Portugal. Emociona os brasileiros pela semelhança e código identificável com outras cidades históricas brasileiras de fundação portuguesa. Emociona os estrangeiros (para o caso, abrir-se-á uma excepção para os portugueses) porque ela oferece-lhes uma imagem forte e característica, diferente do ambiente urbanístico que têm como referência.

O problema de percepção do ambiente urbano colonial próprio das cidades brasileiras que se punha no Rio de Janeiro, não se aplica em Ouro Preto já que a oferta desse ambiente é o grande motivo de interesse da cidade e logo a percepção desse ambiente é imediata.

Uma das principais chegadas à cidade será a rodoviária que se situa na periferia deste conjunto urbano e numa cota superior. Curiosamente, devido a esta localização periférica do terminal de autocarros, não conseguimos logo confirmar esta imagem que tantas vezes se vê nas fotografias. Essa imagem

¹ Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 291

panorâmica de conjunto urbano uniforme e compacto que se tornou a foto de marca desta cidade não é assim logo percebida.

Quando iniciamos a visita a partir do terminal de transportes rodoviários, apenas nos apercebemos de uma rua (que soube depois que levava ao centro da villa) e da cabeceira de uma imponente igreja com as suas duas torres lá ao fundo. Optou-se por seguir o caminho da igreja, já que era mais apelativa. Por ali parecia-se estar – passe a expressão – mais protegido. Chegado á igreja, é importante referir, ao lado da sua fachada frontal, confirmamos a imagem de marca a que me referia acima, ficamos impressionados pela sua expressão e finalmente percebemos com este primeiro “passo”, como a cidade funciona. De forma, por ventura demasiado simples, mas útil para a ideia que quero transmitir, pode-se dizer que o conjunto urbano estrutura-se da seguinte forma: igrejas que se exaltam a elas próprias, ao *Cristo* e ao *ouro*, competindo entre elas, e um conjunto cerrado de casarios que seguindo a acidentada topografia ligam estes actores urbanos entre si, conferindo à cidade uma unidade. A cidade parece ser um constante miradouro que olha sobre si própria, sendo que em cada um dos mirantes se erguem no alto de cada morro juntamente com os edifícios religiosos, dando a estes grande destaque.

Desta forma, depois de regressados ao território “mãe”, Portugal, não será inocente que vejamos algo de parecido com um de, quando observamos as igrejas Barrocas; evoco aqui, a título de exemplo, a igreja de São Gualter em Guimarães como exemplo de uma atitude urbana, semelhante às que demonstram as igrejas de Ouro Preto, não só pelos lugares topograficamente caprichosos onde se possam implantar, mas também e a partir desta comparação específica, pela forma como se mostram ao espaço público; a Igreja do Pilar e a Igreja da Nossa Senhora da Conceição, que não se implantam num lugar alto e estão completamente inseridas no aglomerado, são exemplo desta nova atitude urbana que o barroco ditou. Também não será descabido fazer alusão directa às implantações dos casarios nas encostas dos terrenos difíceis da antiga Villa Rica bem como à ocupação dos terrenos íngremes das margens dos rios Douro e Mondego, nas cidades do Porto e Coimbra respectivamente.

Com Coimbra existe ainda a curiosa coincidência de hoje Ouro Preto ser um dos pólos importantes da Universidade Federal de Minas Gerais. Desta forma, a cidade tem como principais características demográficas a expressiva população estudantil, tal como a cidade dos estudantes portuguesa, bem como a permanente presença dos turistas. Que faz dela um lugar bem movimentado.

Assim, Ouro Preto é uma cidade que actualmente permanece com uma imagem muito idêntica àquela que foi adquirindo nos anos após a sua fundação. O seu traçado original e as mais importantes construções religiosas não foram comprometidas pelas novas habitações que se foram construindo ao longo destes séculos, já que esta ocupação contemporânea se foi desenvolvendo na periferia e num espírito similar ao da génese da cidade.

RAZÕES DA SUA FUNDAÇÃO

“(…)supondo não achava sítio muito acomodado, atendendo às riquezas que prometiam as minas, que há tantos anos se lavram nesses morros e ribeiras e ser a parte principal dessas minas aonde acode o comércio, e fazendas (...) todos convieram que neste dito arraial [do Ouro Preto] junto com o de António Dias se fundasse a vila.”²

Auto de erecção de Villa Rica

A história da fundação de Ouro Preto confunde-se, de certa forma, com a implantação de outras vilas na mesma região. Estas, ao contrário das cidades costeiras como Fortaleza ou fronteiriças (com as colónias de Castela) como Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso, que partiram de uma iniciativa da Coroa, surgiram da iniciativa popular que ali se fixava criando um pequeno aglomerado. Eram, por assim dizer, umas *self-made cities*, já que dependiam exclusivamente de si próprias e do poderio económico que conseguiam criar, para se afirmarem como cidade importante que atraía gente, investimento e inclusivamente, o interesse da própria Coroa que rapidamente admitiu ser necessário firmar a sua presença. Ou seja, a importância de Ouro Preto, não vem por representar alguma opção estratégica no controlo da soberania do território para o Reino Português, como o foram, por exemplo, as cidades do litoral, mas sim, pela dinâmica económica que conseguiu gerar, ganhando uma disputa com as outras cidades da região, já que para o estado tanto lhe fazia esta como outra.³ Aliás, essa indiferença fica ainda mais denunciada a partir do momento que se torna interesse do estado transferir a capital da capitania para a cidade de Mariana, num arraial próximo, de modo a concretizar melhor o seu controlo económico.

Como é conhecido, esta região ganhou preponderância a partir do momento que os chamados bandeirantes decidiram realizar expedições “sertão adentro” com o objectivo de encontrar metais preciosos. A verdade é que vieram a perceber que efectivamente existiam essas matérias primas, e em quantidade considerável.

Desta forma, o conhecido episódio dos finais do século XIX no Oeste Norte-Americano não é mais do que um fenómeno parecido com esta *corrida ao ouro à moda portuguesa* que se verificou nesta época e colocou uma região nos mapas. Esse processo consistia em explorar as terras e os cursos de água da região, tentando compreender se existia uma quantidade relevante de metais preciosos. Se tal se verificasse implantava-se um ponto de extracção ao qual se chama arraial: um pequeno conjunto de casas, que serviam para habitação e apoio aos trabalhos e prática da religião. Foram estes arraiais a semente para as vilas que vieram a existir em *Minas Geraes*.

Villa Rica surgiu então, da união dos arraiais de Ouro Preto e António Dias e coincide com a sua elevação a vila em 1711.⁴ Por uma questão de rigor temporal e para que tenhamos uma noção dos tempos de cada acto, o período que separa o estabelecimento do primeiro arraial, o de António Dias (1698), e o auto de elevação da vila são de 13 anos. Ou seja, os episódios deste processo vão acontecendo com alguma brevidade considerando a época.

Esta união que ligava o fundo dos dois vales dos rios, de onde se extraía o metal precioso, traçou-se um caminho que materializa esta ligação. Esta via, apenas tinha como preocupação projectual vencer da melhor forma possível, as condições topográficas difíceis de modo a garantir a comunicação. Logo, é importante referir que nesta primeira etapa de ocupação esta rua, que é mais da natureza de uma estrada do que outra coisa, não tem como intenção um exercício de projecto urbano de plano de cidade.

Esta estrada, por assim dizer, foi-se tornando rua à medida que cada arraial foi crescendo e tomando carácter de um conjunto único.

OCUPAÇÃO

3 Tavares, Domingos; António Francisco Lisboa – Classicismo no novo mundo; Dafne Editora; 2006; pag. 111

4 Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil – Urbanização e Fortificação; Público – Comunicação Social SA, 2008; pag. 54

É importante referir, que cada arraial foi criando o seu aglomerado de construções, no qual a igreja surgia com o destaque e dignidade necessária. Este destaque era conseguido de duas formas: a primeira, implantando-a no cimo dos serrados já que, para além de destacar a construção, os moradores precisavam de estar próximos do rio e ocupavam os espaços das suas margens. De certa forma, juntando o útil ao agradável; a segunda era o desenho da rua que estruturava o arraial, direccionando para o seu ponto de fuga a construção religiosa. Considerando a igreja de Nossa Senhora do Pilar, no arraial de Ouro Preto, apercebemo-nos de que, neste caso, só se aplica a segunda situação descrita anteriormente. Por sua vez, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, no arraial de António Dias, a junção das duas possibilidades é evidente, onde o edifício religioso surge como elemento agregador do casario, que se vira para um largo com pendente até à linha de água. No entanto, a situação da igreja deste arraial é muito mais discreta do que a situação da igreja de Santa Efigénia que, para além de se verificar as duas possibilidades de implantação, marca a paisagem.

É assim evidente, que Ouro Preto, estrutura-se a partir de dois aglomerados que se ligavam por um caminho.

Esse ideal de conjunto é reforçado quando a Coroa Portuguesa decide incorporar-se no sistema social e económico da Região e desta vila especificamente. Fã-lo-á revelando uma sabedoria assinalável na leitura do terreno, do sistema urbano e do sistema comercial. Ela surge como unificadora, como garantia de coesão, e isso traduz-se nas opções do desenho urbano. Os *funcionários do urbanismo*⁵ decidem, aproveitando o caminho de ligação existente, colocar os edifícios representativos no ponto alto a meio caminho dos dois arraiais. Este facto demonstra uma aprendizagem e sabedoria na leitura dos hábitos de implantação e crescimento dos próprios arraiais. Se num pequeno arraial a Igreja, símbolo do bairro, surge no enfiamento da rua que o serve localizando-se no seu ponto mais alto; naturalmente ao estado, querendo criar um “grande arraial” que seria a *Villa Rica*, não restava mais nenhuma opção senão a de que ter exactamente a mesma estratégia: afirmar-se através de um centro urbano bem caracterizado na paisagem, num ponto relativamente plano, intermédio aos dois arraiais, elevado, numa atitude bem parecida com a que as igrejas exerciam no arraial onde estavam inseridas. É criado então esse centro administrativo, social e económico que é a actual Praça Tiradentes⁶ no morro de Santa Quitéria.

Assim sendo, associado às obras da Coroa, estarão o conjunto monumental da praça (actual Praça de Tiradente) com a Casa da Câmara e Cadeia de um lado, e o Palácio do Governador do outro. Dos lados maiores, surgirá uma malha mais ou menos regular para cada lado. Se de um lado essa malha não terá grandes condições para continuar pelas dificuldades do terreno, do outro esse plano urbano, próprio dos engenheiros militares, poderá ser implantado: Alpoim, engenheiro-militar responsável pelas obras, cria três direcções paralelas⁷, sendo que o antigo caminho da rua Direita, desvia-se em duas; um a uma cota superior, de acesso à Igreja do Carmo, que termina abruptamente por impossibilidade do terreno, e uma outra que liga com uma outra construção importante, a Casa do Conto onde se cobrava o imposto.⁸

Neste contexto é interessante a composição que se gera da praça: esta configura-se num rectângulo alongado, que é cortado pela já existente rua Direita nos seus lados maiores conferindo um destaque necessário e próprio daquela que era, normalmente a rua de maior importância dos conjuntos urbanos

5 Araújo, Renata Malcher de; *As Cidades da Amazônia no século XVIII*, Belém, Macapá e Mazagão; FAUP publicações 1998; pag. 28

6 Património Mundial no Brasil; UNESCO, 2004 pag.

7 Tavares, Domingos; António Francisco Lisboa – *Classicismo no novo mundo*; Dafne Editora; 2006; pag. 111

8 idem, pag. 111

portugueses. Nos lados menores, encerrando visualmente a praça, surgem o Palácio dos Governadores em jeito de forte de um lado, e do outro a Casa da Câmara e da Cadeia, que com a sua torre do relógio rivaliza com as das igrejas que surgem em cada arraial.

É importante que se olhe então para esta operação urbanística, segundo princípios de uma regularidade adaptável⁹ aplicada ao plano onde, associado a essas três linhas paralelas. Por sua vez, perpendiculares as estas linhas desenharam-se travessas que ajudam a expressar essa intenção reguladora que fez o possível perante um terreno difícil.

A Praça assim, com o seu conjunto de edifícios monumentais e espírito regulador por um lado e uma atitude de conciliação com o existente por outro, surge como elemento agregador de um conjunto que nasceu separado.

BAIRRISMO

“ A cidade é vista como uma grande obra, individualizável na forma e no espaço, mas a obra pode ser apreendida através dos seus trechos, dos seus diferentes momentos; (...) A unidade destas partes é dada fundamentalmente pela História, pela memória que a cidade tem de si mesma.”¹⁰

A noção de bairro é vista como um momento, um sector da forma e da imagem da cidade, ligado intimamente à sua evolução. Deve ser entendido então como um elemento caracterizador da cidade, uma unidade morfológica e estrutural, possuidora de um certo conteúdo social e funcional,¹¹ tanto na sua análise global, em planta, como pela sua imagem mental que se cria pelos elementos marcantes e caracterização social.

Nesta antiga Villa Rica, a caracterização por bairros é inevitável, já que, a construção desta cidade realizou-se a partir da natureza autónoma de cada arraial. Sendo assim, é perceptível a autonomia demonstrada pelos sectores em volta da Igreja Matriz da Conceição, arraial de António Dias, ou a igreja de Nossa Senhora do Pilar, arraial de Ouro Preto. Para além de uma característica “genética”, à natureza autónoma de cada arraial podemos juntar um terreno difícil que dificulta as relações urbanas entre arraiais.

Poder-se-á dizer até que a Vila de Ouro preto, verifica uma inversão dos acontecimentos urbanos de fundação: normalmente numa cidade, surge um centro, fruto do lugar das primeiras ocupações ou de uma dinâmica transformadora que tenha surgido. O normal seria surgir um centro, onde mais tarde, fruto das conjunturas sociais e económicas, como a condição social ou a especulação do terreno surgiriam os bairros, com os seus ambientes específicos. Em Ouro Preto, o processo inverteu-se surgindo primeiro os bairros, os arraiais, ao qual foi mais tarde adicionado um centro cívico, necessário, e representante dessa entidade, a Coroa, capaz de provocar acontecimentos que contribuem para um novo paradigma urbano.¹²

Apesar de uma forte imagem de conjunto que Ouro Preto demonstra, noção que é inegável quando nos encontramos num mirante daquele que referi atrás que permite uma visão global da vila, essa noção é contrariada por uma visita específica a cada sector da mesma. Na verdade, este aglomerado urbano,

9 Bastos, Rodrigo Almeida; Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII, mdc. Revista de arquitectura e urbanismos in <http://mdc.arq.br/2009/10/01/regularidade-e-ordem-nas-povoacoes-mineiras-no-seculo-xviii/>;

10 Rossi, Aldo; Arquitectura da cidade; Edições Cosmos, 2001 pag. 86

11 idem, pag. 88

12 idem, pag. 124

que se impõe na paisagem com a sua compacta imagem de um organismo único, não oferece essa impressão, à medida que entramos dentro dele: vamos sentindo toda a independência e rivalidade com que os arraiais foram criados uns em relação aos outros, que não é mais do que a sua génese de formação urbana e que é expressa na competição formal que cada uma das igrejas expressa. É possível, então, individualiza-los sendo que, é também verdade que as características topográficas, como referi atrás, também contribuem para esta situação. Mas não deixa de ser curiosa essa contradição. Aliás, julgamos ser justo dizer, que foi este forte espírito bairrista, presente desde sempre na cidade, que condicionou um estilo de intervenção dos urbanistas portugueses: as condicionantes topográficas e sociais do lugar (a sectorização por arraiais) obrigaram a um exercício de adaptação aos assentamentos preexistentes, de modo a concretizar as alterações necessárias, que vamos verificando ser prática corrente e de recomendação académica como se comprova no tratado de Serrão Pimentel ¹³. Esta demarcação fortíssima que promove um espírito de independência de bairro para bairro, seria de tal forma evidente, que obrigou os engenheiros-militares a encarar a sua intervenção como elemento adaptável às especificidades de cada arraial e ao mesmo tempo como elemento agregador, “dador” de uma noção de conjunto. No fundo, fizeram mais um arraial, o da Coroa.

OURO PRETO A ROMA PORTUGUESA(?)

“A mentalidade organizadora dos pressupostos da unidade urbana foi culta e entendeu o enunciado polémico do barroco (...) ao aceitar as concavidades do terreno enquanto condicionantes da acção, introduzindo a transformação geométrica para a reposição de uma ordem visual. (...) Trepam colina para ganhar evidência visual, levantando estas suas torres num manifesto de arquitectura vertical, afirmativa, fachadista, absolutamente pública.”¹⁴

Não pretendo com este subtítulo cometer nenhum exagero, nem uma comparação directa, mas antes, quero chamar à atenção para um tipo de atitude projectual e espacial semelhante (em Roma e em Ouro Preto) que nos parece importante referir.

Desde logo, é necessário explicar as diferenças entre os modos de encarar as obras de arte, entre o Renascimento e a época do Barroco: de forma simples pode-se dizer que o artista Renascentista dava valor à forma. Esta teria de ser algo próprio do rigor científico, e devia ser respeitada e vista como tal. No Barroco, o mais importante é o valor da imagem, do que ela nos faz acreditar ser, mesmo que sem o ser. Assim, a sua intensão não é restaurar o absoluto e universal valor da forma, mas assumir abertamente o autónomo e intrínseco valor da imagem.¹⁵

Um óptimo exemplo que concretiza esta atitude, será a Piazza del Popolo, projecto de duas capelas, iniciado por Carlo Rainaldi e terminado por Carlo Fontana e Bernini. Esta praça tem a particularidade de ser o ponto comum de um tridente gerado pelas vias: via Babuino, via del Corso e via Ripetta, anterior ao projecto das capelas. Era ainda a porta Norte da Cidade Santa. Desta forma, Carlo Rainaldi foi encarregue pelo projecto de dois templos gémeos que fariam com toda a imponência possível a entrada da cidade; eram Santa Maria di Monte Santo (1675) e Santa Maria de Miracoli (1678) os novos

¹³ Bastos, Rodrigo Almeida; Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII, mdc. Revista de arquitectura e urbanismos in <http://mdc.arq.br/2009/10/01/regularidade-e-ordem-nas-povoacoes-mineiras-no-seculo-xviii/>;

¹⁴ Tavares, Domingos; António Francisco Lisboa – Classicismo no novo mundo; Dafne Editora; 2006; pag. 111

¹⁵ Argan, Giulio Carlo; El concepto de espacio arquitectónico desde el barroco a nuestros días; Buenos Aires: Nueva Visión, 1966; pag. 79 “Its intention, however, was not to restore the absolute and universal value of form, but to affirm openly the autonomous and intrinsic value of image” in <http://www.upo.es/depa/webdhumas/areas/arte/actas/3cibi/documentos/077f.pdf>

templos a construir. Reparou-se então que os dois terrenos onde se iriam implantar os templos não permitiam que as construções fossem exactamente iguais como se pretendia. Assim apenas um templo ficou com a planta perfeitamente circular e o outro foi adaptado ficando com uma cúpula elíptica.

A moral da história, é que as igrejas parecem iguais, mas na verdade não o são, estando aqui bem vincado o espírito do Barroco e beneficiação da imagem e do que ela quer transmitir,

Uma discussão que começou com a pergunta “que forma quero?”, terminou com outra que é “o que queremos que se veja?” que aplicando ao urbanismo português, poder-se-ia perguntar “de que forma é possível?” Assim, é importante explicar que a história que acabei de contar do projecto das duas igrejas é também um problema eminentemente urbano. A cidade deixa de ser simplesmente um exercício de organização, ora mais ou menos organizado e em muitos casos de defesa, para se encarada como o cenário para aquilo que se quer mostrar. De forma generalizada a imponência das igrejas substitui-se à imponência das muralhas. O tridente que se forma, e que nos leva para dentro da cidade não segue o esquema de organização existente, nem tenta impor um novo. Apodera-se do existente, criando uma ruptura que serve para destacar aquilo que interessa que se veja. Desta forma, assumindo que os artistas Barrocos são homens de formação clássica, podemos afirmar que conhecem de tal forma essa tradição, que a sabem manipular, distorce-la criando a surpresa e uma imagem nova. A cidade passa a ser então um meio de persuasão, convida a entrar, deixa portanto de ser defensiva, de ter as portas controladoras e não parece ter fim.

Para esta discussão, o projecto das Capelas serve para vincar esse novo espírito da corrente barroca. Por sua vez, a abertura das ruas serve para clarificar uma nova atitude no modo de encarar e intervir na cidade.

Em Ouro Preto, não existem limites, a cidade poderia continuar eternamente por aquela Rua-Tronco¹⁶, tal como começou a ser a cidade Barroca.

A uma ausência de plano inicial, caracterizada por uma construção popular baseada na tradição, não comprometendo a expressão urbana portuguesa, foi compensada pela intervenção posterior da Coroa Portuguesa onde foram introduzidos princípios barrocos de composição urbana¹⁷. De um modo mais simples e directo, todos os elementos ajudam a um impressionismo que a cidade demonstra ao visitante: seja pela sua singular topografia, seja pelas Igrejas que vimos ao longe mas que nos surgem de surpresa quando nos aproximamos delas, alinhando-se de forma impecável nas perspectivas das ruas e da paisagem. Assim, devemos também dar relevo não só aos *arruadores*, mas também aos arquitectos/escultores (que tem como principal figura António Lisboa, o *Aleijadinho*) que, com grande mestria, souberam criar o Barroco Mineiro, que com suas fachadas, evidência de grande mestria, que confirmam a fachada barroca como elemento de cenário urbano, tornando-se também responsável pela caracterização da cidade. Absolutamente urbanas,¹⁸ e absolutamente vaidosas.

Tal como refiro no início deste subtítulo, os princípios da arquitectura barroca permitiram à cidade, não só encarar-se como coisa construída mas também como elemento que se mostra. É nesta lógica que a arquitectura das cidades portuguesas, composta por elementos sóbrios e formas simples, por necessidade de afirmação territorial, passa trabalhar a escala e a implantação como objecto da paisagem, transformando a arquitectura em elemento de expressão urbana singular num conjunto de casarios

16 Baeta, Rodrigo Espinha; Ouro Preto: Cidade Barroca in <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/077f.pdf>

17 Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 291

18 Tavares, Domingos; António Francisco Lisboa – Classicismo no novo mundo; Dafne Editora; 2006; pag.

repetidos, próprios da arquitectura *popular*. Define-se então o elemento arquitectónico como objecto urbano, que participa na cidade contribuindo para um objecto monumental.¹⁹

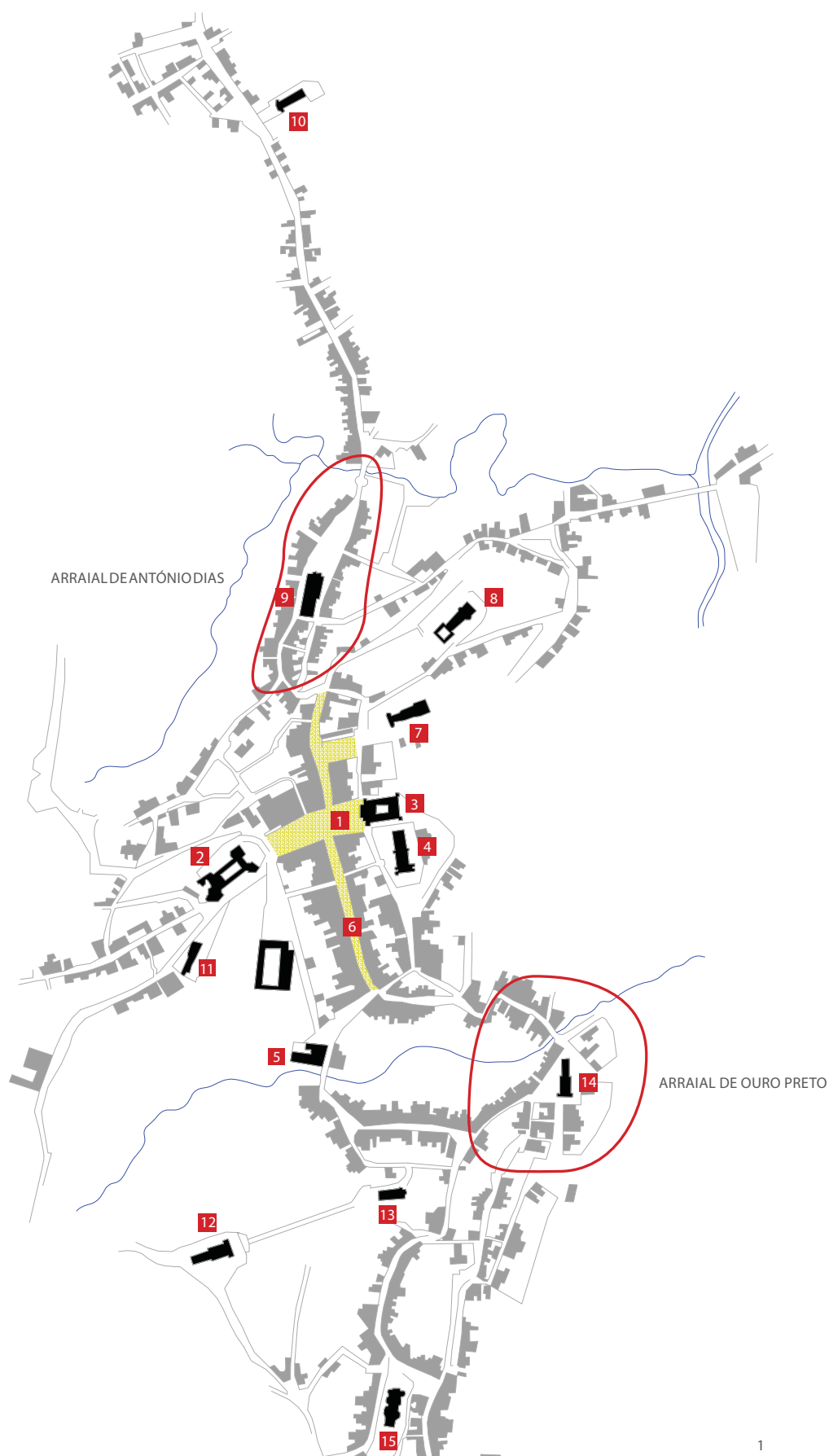
“com zimbórios e torres, o Barroco inventou, antes dos arquitectos modernos, o conceito de skyline, uma dimensão sobre-humana da arquitectura que transporta para o céu a irradiação dos objectos”²⁰

Paulo Varela Gomes

É assim este *skyline* a grande característica formal desta vila de Ouro Preto. A forma como a silhueta da cidade concorre com a dos montes que a circundam, fazendo com que, ao entrar na antiga Villa Rica a sensação de surpresa, de imponência e a vontade de conhecer é a mesma que se tem quando se chega à Piazza del Popolo, entrada Norte da Cidade de Roma. As capelas mostram-se iguais mas são diferentes, e Ouro Preto mostra-se como um bloco que depois se revela bem diverso ao nível, topográfico e urbano. A cidade, assim, de surpresa em surpresa, de objecto arquitectónico em objecto arquitectónico mostra-se como um *objecto urbano* capaz de se conter a ele próprio como um elemento único que se impõe na paisagem.

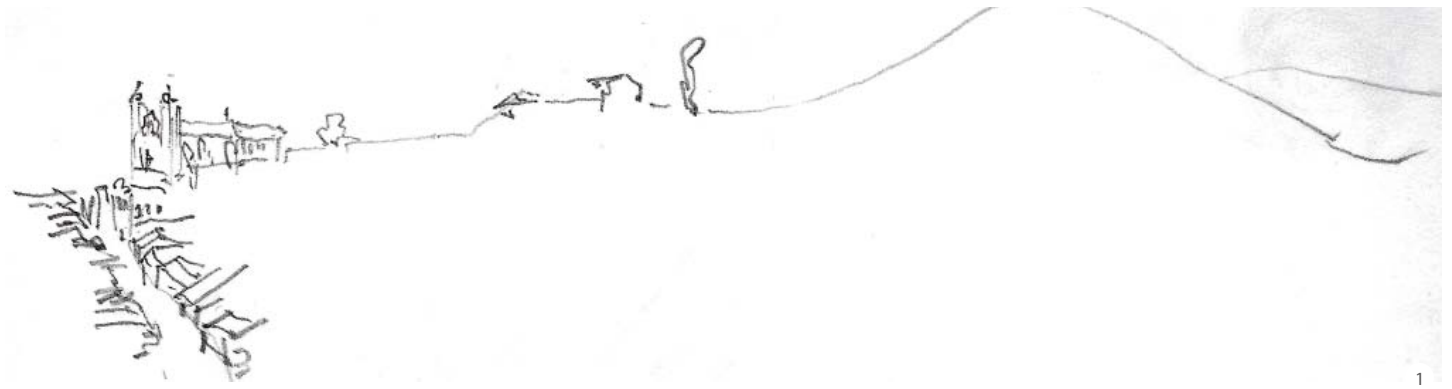
19 Grande, Nuno; O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa; e|d|arq 2002; pag.72

20 idem, pag.73



1. Planta de Ouro Preto
1. Praça Tiradentes
2. Paço Governadores
3. Casa da Câmara e Cadeia
4. Igreja Nossa Senhora do Carmo
5. Casa dos Contos
6. Rua Direita
7. Igreja de São Francisco de Assis
8. Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo)

9. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
10. Igreja de Santa Ifigênia
11. Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de Cima) 1
12. Igreja de São Francisco de Paula
13. Igreja de São José
14. Igreja de Nossa Senhora do Pilar
15. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



1



2



3



4



5

1. Esquisso de viagem - Vista para a Igreja de Santa Ifigénia
João Costa

2. Vista da Praça Tiradentes desde a Casa da Câmara 1785 - 1790
Reis, Nestor Goulart; *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*;
Edusp 2001; pag. 216

3. Largo em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Tom Caminha

4. Rua de Santa Efigénia
Tom Caminha

5. Rua Cláudio Manoel
Tom Caminha



5. Vista para a Igreja de São Francisco de Paula
Tom Caminha

6. Casa dos Contos
José Pessoa in Mattoso, José; Patrimônio de Origem Portuguesa
no Mundo: Arquitectura e Urbanismo, América do Sul;
F. C. Gulbenkian 2010; pag. 438

7. Vista da Praça de Tiradentes
Tom Caminha

8. Esquisso de viagem - Vista de rua da Casa dos Contos
João Costa

9. Esquisso de viagem - Vista para a Igreja de Nossa Senhora
do Carmo a partir da Casa dos Contos
João Costa



3.3 COLÓNIA DO SACRAMENTO



A cidade de Colónia del Sacramento é, em todos os momentos, inesperada. É a palavra que me ocorre quando penso nela. Quando houve oportunidade de a visitar, apenas sabia-se que era uma vila no Uruguai que havia sido de domínio português e que mais tarde passaria para o domínio espanhol. Não tinha a referência de qualquer foto, a razão para a sua visita tinha a ver com uma viagem desde o sul do Brasil até Buenos Aires na Argentina. Colónia fica em frente à Capital argentina do outro lado do Rio de la Plata e portanto, mesmo podendo realizar a viagem de barco a partir de Montevideo, pareceu-nos interessante, por essa referência ao episódio do domínio português, ir conhecer a vila já que ficava na mesma a caminho do destino final. Ao visitar os países da América Latina, mesmo admitindo-se que hajam variações, existe uma expectativa lógica de encontrar no Brasil ambientes urbanos parecidos com os Portugueses e encontrar nos países de influência castelhana ambientes similares aos que existem em Espanha. Desta forma, quando se chega ao Uruguai, não se espera encontrar um Uruguai, com “i”. Quero com isto dizer, que quando se chega a Colónia não há propriamente uma surpresa, pois chegamos a uma cidade de influência espanhola. A nossa visão confirma-nos um damero perfeitamente impecável, até caminharmos em direcção ao mar e encontrarmos o tal elemento inesperado com uma lógica urbana extremamente diferente: uma muralha, na proporção das que vemos espalhadas por esse Portugal fora, com brasão e tudo! Uma tremenda surpresa! Dai que se explique o termo inesperado: na visita, e por consequência, na sua inclusão nesta dissertação!

Hoje, Colónia do Sacramento é então uma cidade essencialmente turística, o maior do país. Essa valência é beneficiada pelas simpáticas praias (embora se prefira mais as praia de Punta del Este), mas principalmente pelo título da UNESCO como Património Mundial e por ficar na rota dos viajantes que vêm de, ou vão para Buenos Aires.

Goza também desta variedade urbana, da alusão às histórias dos portugueses e dos espanhóis mantendo assumidamente essa condição dupla nacionalidade. A cidade é assim a junção do sistema urbano castelhano, com toda a sua frieza implacável com um ambiente mais pitoresco português, e uma beleza natural preponderante com as águas castanhas do Rio da Prata a causar-nos uma certa estranheza e misticismo.

Uma vez mais, mesmo que fosse por uma questão de vigilância militar os engenheiros portugueses parecem ser uns verdadeiros especialistas em criar excelentes miradouros, que destacam a beleza do lugar.

RAZÕES DA SUA FUNDAÇÃO

De forma simples, poder-se-á dizer com certeza, que a história da fundação de Colónia do Sacramento tem como essência uma competição, principalmente de natureza económica com Castela, *colocando-se no contexto do complexo processo de definição das fronteiras coloniais entre os países ibéricos*.¹

A sua fundação, bem como os seus avanços e recuos da história urbana e social da vila, explicam-se exactamente por esta concorrência feroz.

Compreende-se que a fundação de Colónia do Sacramento prende-se com a intenção que a Coroa Portuguesa tinha em demarcar um domínio económico português nos mares mais a Sul do oceano Atlântico.

Associada à fundação de Colónia, é de assinalar a transferência da capital Brasileira de Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro que, embora se saibam outras razões que se prendiam com o Ouro de Minas, a verdade é que beneficiaria a fundação desta nova cidade no Rio da Prata já que o Rio de Janeiro ficaria num ponto intermédio para todas as cidades importantes não só no Brasil como também na comunicação com África². A concorrência tinha um objectivo muito direccionado que era a cidade de Buenos Aires que á data já era a cidade preponderante na região do Rio da Prata e a capital natural desta região.

É assim compreensível que, para além da Coroa, os principais comerciantes do Rio de Janeiro tenham realizado um esforço com o fim de apoiar esta jornada, já que tinham expectativas de expandir o seu negócio, nomeadamente o das peles de gado³ dando conta de um interesse das forças vivas da colónia e não exclusivamente da Coroa.

Assim em Janeiro de 1680 o Mestre-de-Campo Manuel Lobo, realizando uma incursão num território que os espanhóis consideravam sua propriedade, ocupou aquela ponta da costa onde se situa a cidade até hoje: *“formaria ali um casario provisório de choupanas de barro e palha, além de caboucos para lançar alicerces e dar início às muralhas e bastiões provisórios, que teriam cerca de sessenta passos em forma de polígono quadrangular.”*⁴

Uma situação curiosa e que à partida não seria expectável pois não era esse o espírito da sua fundação, é que esta pequena cidade, que acabou por ir sendo ocupada ora por portugueses, ora por espanhóis, tornou-se sempre uma arma de negociação de parte a parte. Veja-se a título de exemplo, quando Colónia serviu como ponto de negociação para definir as fronteiras no Matogrosso e na Região da Floresta Amazónica⁵, bem como, a Ilha de Santa Catarina⁶. Damos estes dois exemplos pois são de relevante importância estratégica para as aspirações portuguesa na época.

Colónia do Sacramento tornou-se sempre uma cidade negociável, assistindo-se a uma constante partida de ténis entre os dois países que através vários tratados foram dividindo a possessão da mesma.

Chamamos à atenção às semelhanças e às diferenças com o caso do Rio de Janeiro, em termos de estratégia de ocupação as circunstâncias são muito idênticas. Fazendo mais uma vez, alusão ao conceito de capitais naturais⁷, de Vallaux, o Rio da Prata proporciona condições bastante idênticas às da Baía de Guanabara, e em termos de lógica de distribuição fazia todo o sentido que os portugueses fundassem

1 Teixeira, Manuel; A Colónia de Sacramento – Expressão do Urbanismo Português Seiscentista; 2004 in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/392-a-colonia-de-sacramento-expressao-do-urbanismo-portugues-seiscentista.html

2 ver pag. 62 desta dissertação

3 Mattoso, José; Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo, América do Sul; F. C. Gulbenkian 2010; pag. 260

4 idem, pag. 260

5 idem, pag. 262

6 Teixeira, Manuel; A Colónia de Sacramento – Expressão do Urbanismo Português Seiscentista; 2004 in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/392-a-colonia-de-sacramento-expressao-do-urbanismo-portugues-seiscentista.html

7 ver pag. 62 desta dissertação

ali uma grande cidade. Mesmo em termos de circunstâncias de conquista, a comparação com a Capital carioca faz todo o sentido, já que nas duas situações a ideia era conseguir a supremacia do lugar aos franceses (Baía de Guanabara) e no outro aos espanhóis (Rio da Prata). O que os portugueses eventualmente se esqueceram foi que os franceses não tinham ainda uma estrutura de gestão colonial competente, nem uma ocupação urbana convincente, aspecto que não acontecia com os espanhóis. Por outro lado, partindo do princípio de que *surgiria ali inevitavelmente uma grande cidade*, essa cidade já existia e era Buenos Aires, diminuindo o espaço de progressão da cidade portuguesa.

OCUPAÇÃO

A história urbana da cidade nos primeiros anos, passa por explicar, a forma geométrica dos muros que protegiam a cidade. Não existem grandes descrições da sua forma urbana. Percebemos a referência a uma primeira *forma quadrada*⁸ que, à medida que as guerras com Espanha o vão permitindo, este muros, vão ganhando uma forma abaluartada.

Como muito bem chama à atenção Manuel Teixeira, comparando a data de fundação desta praça, 1680, com outras fundadas um pouco por toda a costa brasileira como São Luis (1615) ou Belém do Pará (1616), os princípios urbanos de Colónia do Sacramento não serão tão bem definidos no que à regularidade diz respeito, como nas fundações mais a Norte do Território. Pensamos que seria realmente estranho, 70 anos mais tarde, os engenheiros militares portugueses não conseguissem arruar uma malha urbana tão rigorosa como as nossas cidades demonstram. A razão para esse facto, nunca poderá ser alheia às constantes invasões castelhanas que foram imponentes reconstruções e visões urbanas diferentes. Aliás, na cidade do Rio de Janeiro observamos que a primeira fundação de uma fortaleza no Morro de São Januário, muito pouco tem de exercício urbano,⁹ no entanto, será acto essencial na evolução urbana da cidade.

Pensamos ser necessário referir também, que é com alguma estranheza que verificamos que existem algumas diferenças de procedimento, no que respeita à leitura do terreno para se fundar a cidade, que se pretendia que fosse uma concorrente de Buenos Aires e a capital económica portuguesa do Sul do Brasil. Não querendo invocar o que vou dizer como uma regra mas sim como uma observação de situações similares em lugares diversos, verificamos que, em todas as capitais fundadas pela Coroa portuguesa, os seus engenheiros militares optaram por um lugar alto para a primeira implantação, sendo que os exemplos de São Salvador e do Rio de Janeiro são prova evidente desse facto. Mesmo admitindo que esta fortaleza se aproxima da tipologia utilizada nas praças fortes da Índia, pela opção de ocupar uma península, encostando-se ao mar, verificamos que mesmo Goa, que foi a capital Portuguesa em território indiano, foi implantada com o seu núcleo inicial um pouco mais afastado da orla.¹⁰ Nesta cidades, a sua aproximação ao mar, declara não uma acção de fundação, mas sim de expansão urbana.

Assim, de forma anormal para a época, este aglomerado urbano, para além destes procedimentos incomuns no que respeita às características geográficas do lugar que se optou para sua fundação, nunca deixou também de necessitar uma preocupação militar que deixou de ser normal nas restantes cidades do território brasileiro, em que, embora houvessem preocupações nesse sentido, não participam mais

8 Teixeira, Manuel; A Colónia de Sacramento – Expressão do Urbanismo Português Seiscentista; 2004 in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/392-a-colonia-de-sacramento-expressao-do-urbanismo-portugues-seiscentista.html; pag. 3

9 ver pag. 63 desta dissertação

10 Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 279

da vida dos seus habitantes e das suas opções urbanas. Em Colónia do Sacramento, a necessidade de permanentemente murar o crescimento da cidade, acabou por ser um acto necessário, a que talvez as dinâmicas urbanas já não estivessem habituadas.

A primeira ocupação no lugar, consiste na construção de uma fortaleza de forma quadrangular numa península na margem Norte do Rio da Prata. Em 1681 é já possível observar a partir de desenhos dessa época, uma série de construções na dita fortaleza de nome São Gabriel. Com o tempo, foi então necessário murar num perímetro mais alargado as novas construções que começaram a envolver a construção inicial. Estes muros encostaram assim na orla e fecharam a frente que vira para terra. A fortaleza de São Gabriel que conteve desde início as construções mais importantes, como a Igreja e a Casa do Governador, tornou-se na cidadela de Colónia já que aos poucos acabou por ser absorvida pelas exigências demográficas.¹¹

Num processo de ocupação deste tipo, é impossível não nos lembrarmos dos procedimentos de ocupação no Portugal medieval. Faço referência mais uma vez a Marialva, como exemplo, já que também nasceu a partir de uma cidadela, onde se construiu casas em redor e onde foi necessária uma segunda linha de muralhas que protegeriam as ditas habitações em redor da cidadela. A comparação não deixa de ser curiosa: percebemos que a fortaleza de São Gabriel funcionaria como uma cerca que já não era necessária há muito sendo que a população através da sua ocupação demonstrou um novo entendimento para o espaço central. O ultimo reduto que existia nas fortalezas indianas, à quais também poderíamos comparar esta de Colónia, também é reflexo de uma segunda evolução, já que, a referência do urbanismo da America Latina não é mais o forte da Casa do Governador das povoadas indianas, mas sim uma praça com todos os poderes. No entanto, as implantações indianas servem como referência para o grande largo que se abre em frente à porta principal.

Para além disso, verifica-se que a construção de fortalezas passa a justificar-se fora do perímetro urbano, em pontos estratégicos de defesa pela alteração que a balística veio introduzir na lógica da “arte da guerra”. Vejam-se os fortes de controlo da barra da Baía de Guanabara. Desta forma, verificamos que ou a cidade ou fortaleza nasceram no lugar errado.

No entanto, a sua forma terá marcado a cicatriz que definiu esse novo quarteirão bem como a forma urbana do conjunto¹². Foi então mais preponderante criar a praça com todos os edifícios que a dignificavam, sendo que este primeiro grande espaço fica sensivelmente a meio do pano de muralha do lado de terra.

Verifica-se que o núcleo urbano dentro dos novos muros basear-se-á num sistema pouco regulado mas onde, claramente, se pode subentender um jogo de perpendiculares e paralelas. Em frente à porta principal, encontra-se a Praça Maior de forma alongada que substituiu a referida primeira praça. Existem assim duas ruas no sentido este-oeste encostadas aos planos de muralhas que atravessam todo a cidade e que são complementadas por perpendiculares.

Nota-se uma certa expressão na forma urbana, que dita que a dinâmica urbana da vila estaria concentrada na Praça d'Armas alongada, à qual se associa a antiga dos edifícios principais e a rua que começa na praça, no lado oposto ao da entrada, e termina no ponto em que a muralha interrope e comunica com o mar.

11 Teixeira, Manuel; A Colónia de Sacramento – Expressão do Urbanismo Português Séiscentista; 2004 in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/392-a-colonia-de-sacramento-expressao-do-urbanismo-portugues-seiscentista.html; pag.9ª A Colónia tem uma estrutura simétrica relativamente a um corpo central, onde se localiza, um extremo, do lado de terra, a praça que é rodeada pela Igreja Matriz, o Palácio do Governo e o Corpo da Guarda. Esta é a antiga praça de armas da fortaleza de S. Gabriel, que permaneceu como a praça institucional da Colónia. Nomes do corpo central, no extremo oposto, do lado do rio, localiza-se o Colégio da Companhia e o seu terreiro aberto para o rio.”

12 idem, pag. 9

Esta interpretação faz sentido se nos apoiarmos naquilo que ainda hoje lá existe e sobreviveu às mudanças do tempo: a grande praça ainda é o salão de entrada do assentamento, a igreja ainda hoje se mantém no mesmo lugar e as ruínas da Casa do Governador dão conta da existência dessa primeira praça que existiu, e a rua a que me refiro mantém a comunicação tanto com a praça como com o ponto em que encontra o mar e onde hoje é lugar de ancoragem de embarcações, dando indícios de que o tal interrompimento de muralha seria para garantir a chegada de barcos à vila um indicador de que aquele lugar seria movimentado.

“(...) o carácter marcadamente intensional da instituição de uma bastide, para além do relativamente curto período de concretização, implicava a existência de uma gestão urbanística forte e racional.”¹³

UMA PÓVOA

O nome Póvoa é no fundo uma versão portuguesa para uma tipologia urbana que foi desenvolvida durante toda Idade média, por toda a Europa, chamada bastide. São conhecidas pela sua forte imposição de uma opção de desenho urbano, o ortogonal, e pela forma racional e prática como optimizam o espaço, onde curiosamente o elemento individual do lote tem uma importância organizacional importante – já muitas vezes se ouviu falar do lote estreito e alongado num quarteirão rectangular.

No nome Póvoa, foi então a toponímia¹⁴ utilizada para designar as populações fundadas por foral. Não substituem a tipologia bastide, resultante de uma tipologia mais específica, mas apreendem os seus princípios urbanos essenciais e daí a necessária analogia. Ou seja, interessou às póvoas exercício de arruação das bastides e não somente a componente bélica. O aglomerado urbano fora de muralhas de Tomar, é um exemplo claro disso, a ausência de muralhas provam-no. O verdadeiro exercício puramente urbano.

“Jorge Gaspar (1969), (...) refere, por exemplo, como no Alentejo existem dois tipos de estrutura. Sempre baseadas numa rua de onde saem perpendiculares, a diferença reside no facto de a rua terminar no terreiro do castelo, como em Monsaraz e Alegrete, ou numa outra porta da muralha, como no Redondo. A praça encontra-se no centro, mas sempre adossada à rua que nunca a atravessa.”¹⁵

Para além destas póvoas do interior do território, esta tipologia foi amplamente utilizada nas regiões litorâneas, abrindo um outro conceito chamado povos marítimas. Embora as diferenças no que ao urbanismo diz respeito não sejam muitas, a sua ligação visual com o Colónia do Sacramento é, sem dúvida, pertinente.

O que pretendemos com esta analogia de Colónia do Sacramento às povos marítimas portuguesas, é a importância que esta tipologia teve na definição da imagem de Cidade Portuguesa. A frase que transcrevi não deixa dúvidas quanto à importância do elemento rua como espaço estruturador do urbanismo português e pode mesmo ser considerada uma descrição genérica de uma villa portuguesa.

Da mesma forma, corrobora com a tese da rua que se alarga e cria a praça principal, reforçando a

¹³ Walter, Rossa; *A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português*; Almedina 2002; pag. 231

¹⁴ idem, pag. 232

¹⁵ idem, pag. 233

importância das vias de comunicação.¹⁶ Conforme se deu o exemplo de Monsaraz poder-se-ia dar o de villa de Mariana.

Da mesma forma, esta tipologia influenciará as demais fortalezas em território Indiano. Até se quisermos, esta acaba por ser um tipo de ocupação da imposição no território e da soberania portuguesa. Foi assim na raia de Portugal, no Magreb, na Índia e por fim em Colónia do Sacramento.

A INTERPRETAÇÃO CASTELHANA

Foi uma das permissas essenciais nesta dissertação, não analisar o urbanismo português pela conhecida estratégia, já bem saturada, da comparação directa com o urbanismo espanhol. O nosso objectivo foi sempre demonstrar a tipologia urbana com a independência que a história e o percurso do próprio urbanismo português teve. O mesmo se deve aplicar ao espalhol.

Neste trabalho tentamos demonstrar um percurso próprio e fundamentado do urbanismo português. Relativamente ao espanhol a fundamentação da sua política urbanizadora já é conhecida e amplamente desenvolvida em outros trabalhos. Aliás, a observação da planta actual de Colónia do Sacramento é inequívoca quanto a essas duas visões do urbanismo.

Assim, o que justifica a pronunciação sobre esta alusão tão directa aos dois partidos urbanos é que, se há cidade onde este assunto faz sentido, esse lugar será Colónia do Sacramento já que o confronto é muito directo.

O que interessa destacar, será um certo respeito dos urbanistas espanhóis e mais tarde dos uruguaios, que numa certa atitude um pouco romântica, demonstraram pela fundação portuguesa. Aliás, esta não é uma situação nova, se repararmos que, na União dos Estados de Portugal e Espanha, o comando de Reis Castelhanos não foi, de forma alguma, ostensivo em relação à estratégia urbana que se praticava na lusitânia. Bem pelo contrário existiu uma constante troca de influências, em que lembro o eventual ensinamento que o urbanismo espanhol nos deu acerca da importância de um espaço central, onde se assiste, essencialmente a uma alteração programática e menos a uma alteração formal.

As interpretações da realidade construída,¹⁷ com que os urbanistas espanhóis e uruguaios se tiveram de deparar, não surgem de um reconhecimento do modo de fazer. As alterações que eles foram efectuando surgem de uma certa incompreensão do urbanismo português, reduzindo o seu discurso justificativo à ideia de um urbanismo meramente irregular, sendo que os espaços a serem intervencionados deveriam seguir esse partido de geometria irregular e pouco lógico.

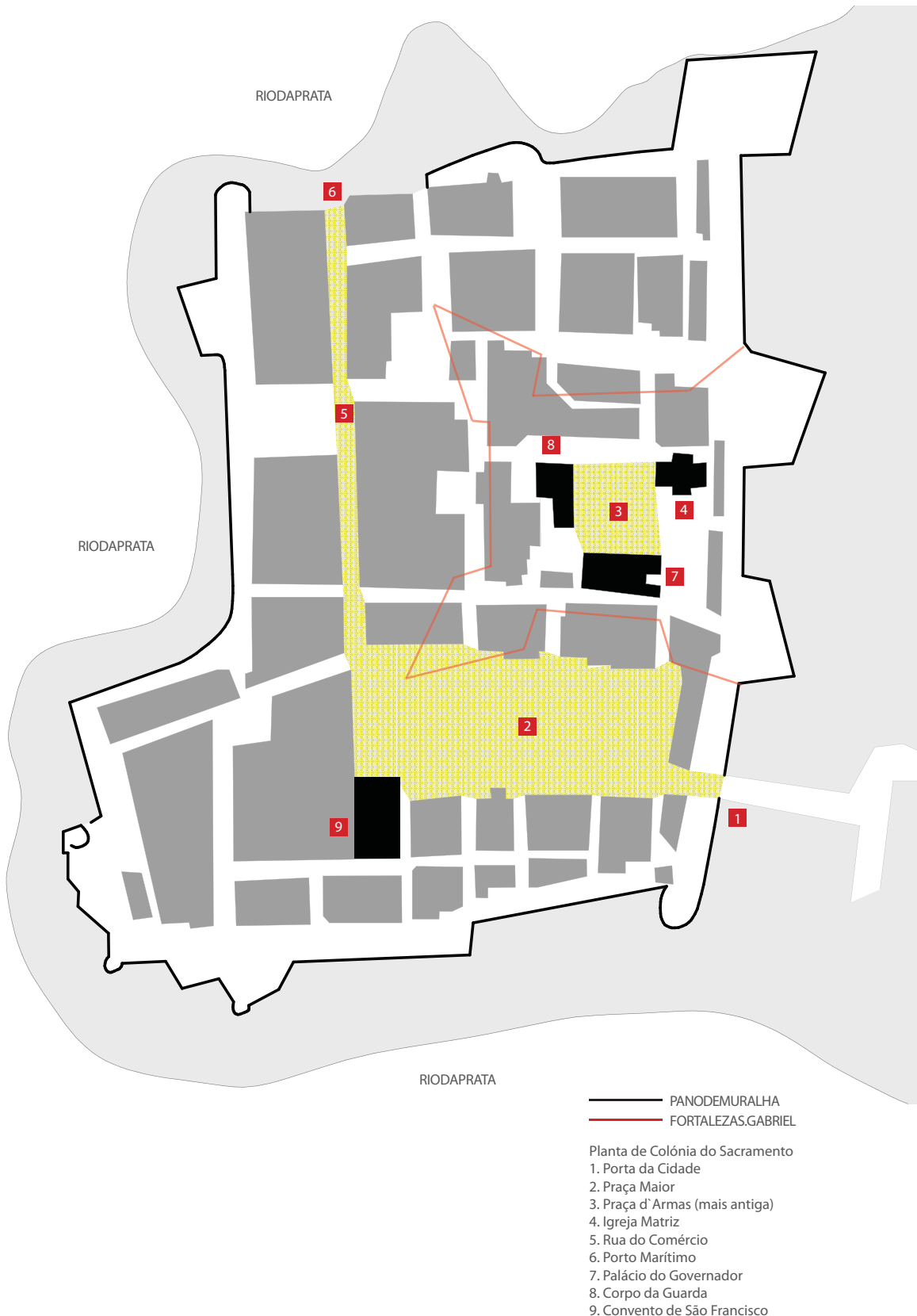
Admitindo que esta póvoa marítima foi efectivamente uma villa com um resultado urbano menos regulado em comparação com outros exemplos, quando lá chegamos não temos dúvidas que se trata de uma fundação portuguesa. O que nos leva a ter a certeza de que existem outros valores a ter em conta quando se analisa o urbanismo português. É também a prova evidente de que existe uma imagem de senso comum sobre aquilo que poderá ser uma implantação urbana lusa, correspondendo a uma imagem urbana forte e perceptível.

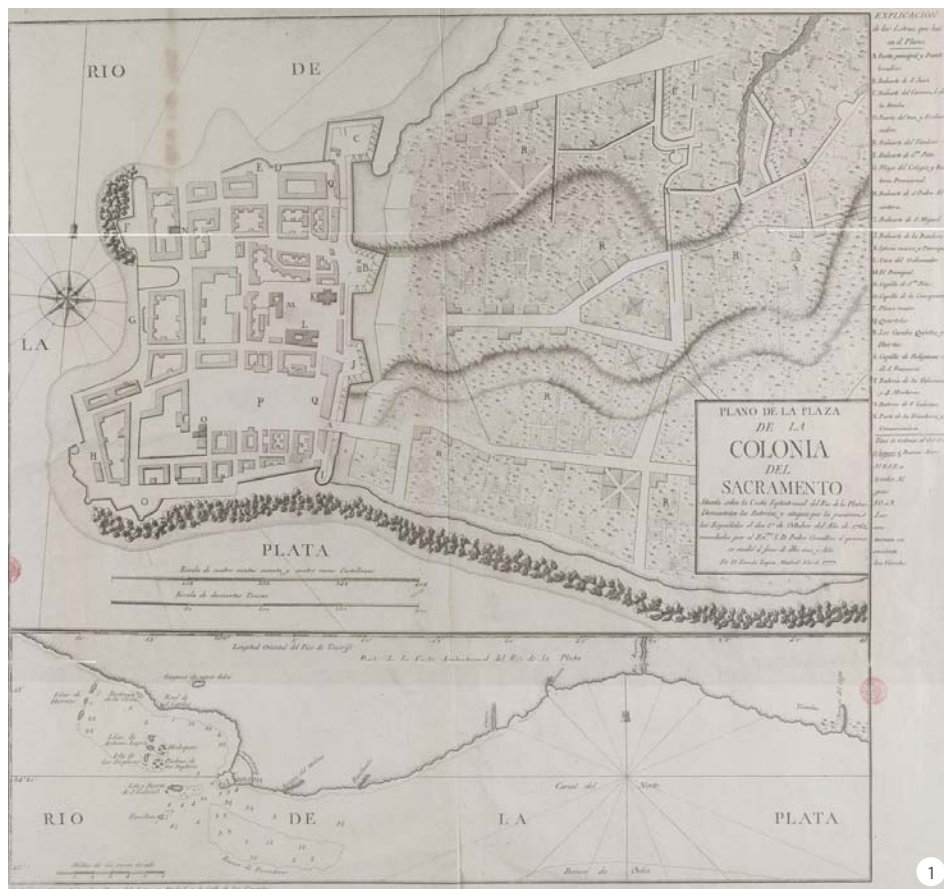
Esta atitude da corte filipina e dos urbanistas reponsáveis pela cidade, agora, Colónia del Sacramento, não é mais do que uma prova inegável da identificação de um modo de fazer cidade devidamente caracterizado construtivamente, e fundamentado teóricamente.

¹⁶ ver pag. 69 desta dissertação

¹⁷ Teixeira, Manuel; A Colónia de Sacramento – Expressão do Urbanismo Português Seiscentista; 2004 in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/392-a-colonia-de-sacramento-expressao-do-urbanismo-portugues-seiscentista.html; pag. 3

É notória a peculiar contribuição que esta vila oferece para a compreensão dos processos do urbanismo português: esta implantação não vale pela sua excepcionalidade urbana, como Ouro Preto e o Rio de Janeiro, mas pela síntese que consegue representar do método urbano luso, um método que como vimos, não se destaca apenas por um traçado mais ou menos regulado, mas pelos princípios transmitidos que faz das implantações lusitâneas um grupo identificável e de ambientes similares.

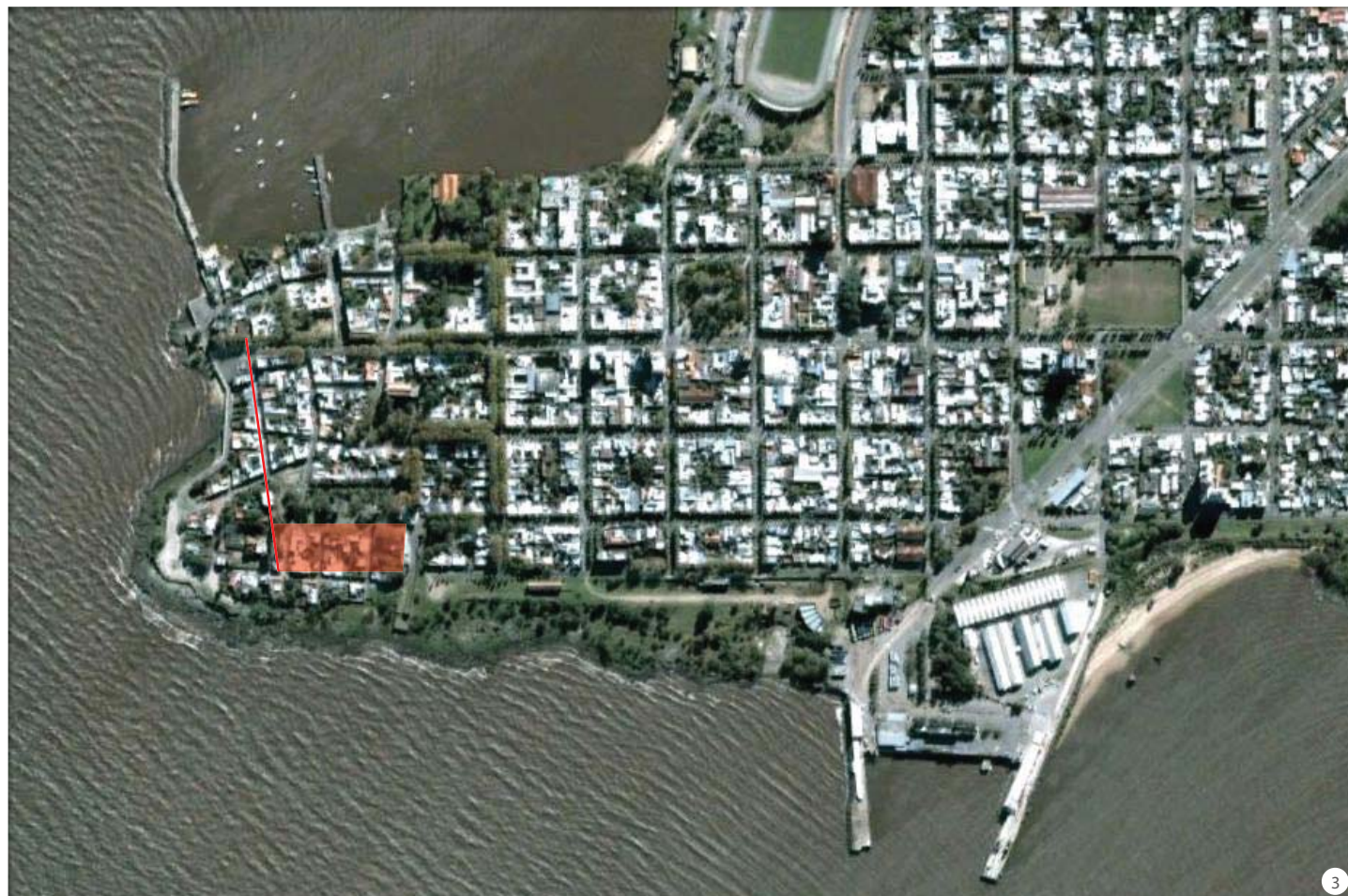


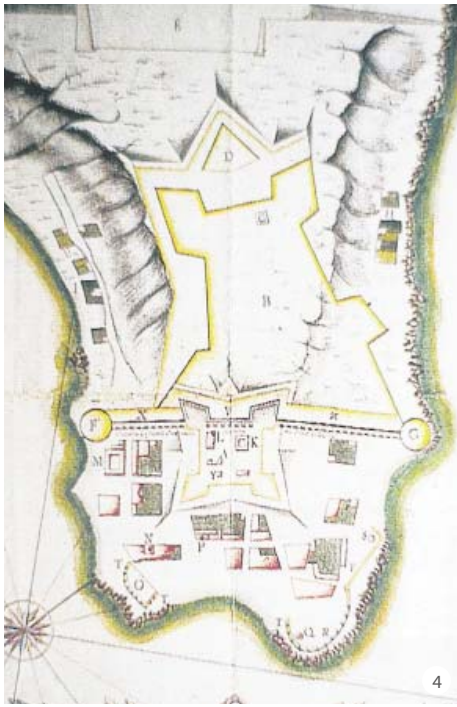


1. Planta actual de Colônia do Sacramento 1762
Biblioteca Nacional Portugal
<http://purl.pt/874/2/P1.html>

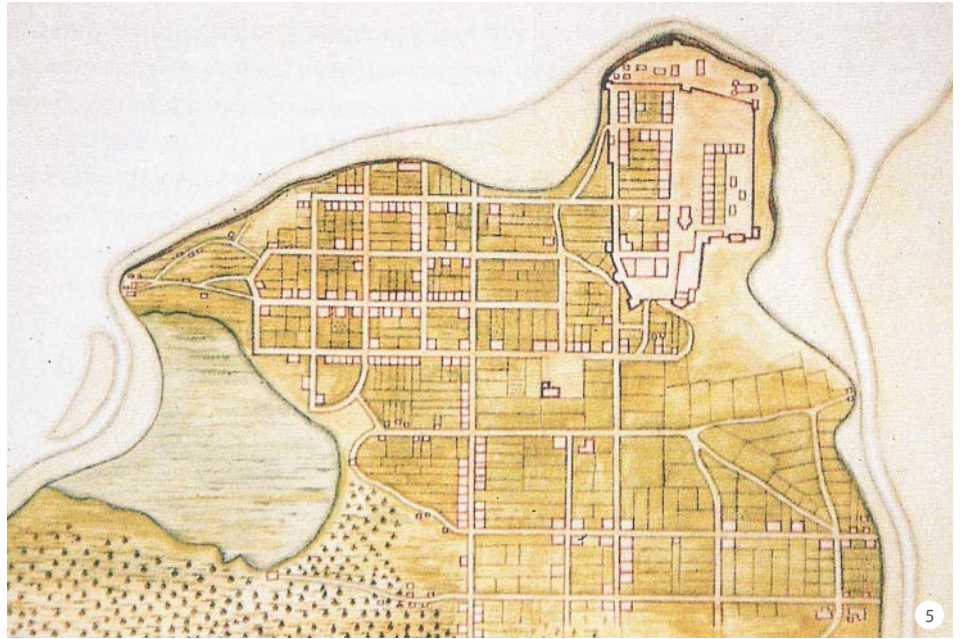
2. Planta da fortaleza de são Gabriel século XVIII
Biblioteca Nacional Digital Brasil
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543749_1.jpg

3. Planta actual de Colônia do Sacramento
Imagem satélite do google earth





4. Planta para nova fortaleza na Colônia do Sacramento onde se pode perceber a antiga de São Gabriel 1748
Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil – Urbanização e Fortificação; Público – Comunicação Social SA, 2008; pag. 114



5. Planta de São Luís do Maranhão 1640
Dias, Pedro; Arte de Portugal no Mundo, Brasil – Urbanização e Fortificação; Público – Comunicação Social SA, 2008; pag. 46



6. Planta da Fortaleza de Diu século XVII
Biblioteca Digital Mundial
http://www.wdl.org/pt/item/1056/?ql=eng&i=brrjbn&view_type=gallery

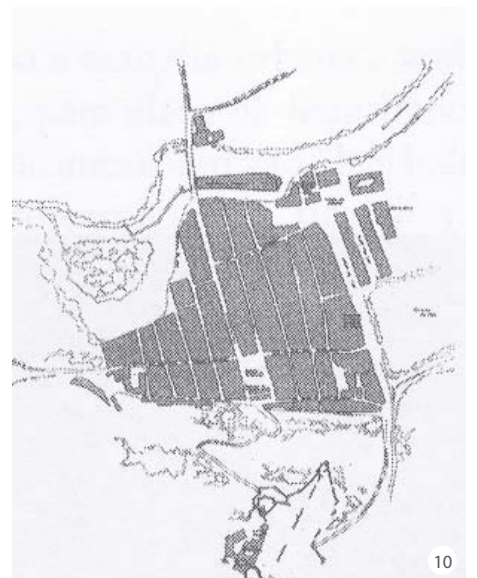


7. Planta da Fortaleza de Chaul século XVII
Biblioteca Digital Mundial
http://www.wdl.org/pt/item/1057/?ql=eng&i=brrjbn&view_type=gallery

8. Rua de Colônia do Sacramento
João Costa

9. Rua de Colônia do Sacramento Wikipédia
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ColoniaSacramento.JPG>

10. Planta de Tomar 1981
Walter, Rossa; A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português; Almedina 2002; pag. 236



4 / CONCLUSÕES

“a cidade que os portugueses construíram na América não é producto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e suas ilhuetas enlaçadas na paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia, do que uma íntima convicção de que “não vale a pena”...¹

Sérgio Buarque de Holanda in *Raízes do Brasil*

“o Engenheiro deve proceder com juízo, & boa consideração, tomando as medidas, & tirando a Planta, para que no papel veja primeiro como hem um espelho a representação de toda a obra (...) antes que se risque esta no terreno; onde outra vez se deve considerar tudo com mais particular atenção, melhorando o que não parecer bem ajustado”²

Luis Serrão Pimentel in *Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares & Irregulares, Fortes de Campanha e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar*

Iniciamos este último texto com a referência a duas frases, de dois autores que reconhecidamente contribuíram para a construção e reflexão do método lusitano de construir cidade.

A sequência das duas, ajuda a explicar as conclusões deste trabalho, que julgo a bem do próprio, estarem devidamente explicitadas.

Percebemos então, através de um primeiro capítulo mais geral, e um segundo capítulo mais específico da análise urbana, que as duas frases se complementam. Na primeira transparece aquilo que nós já sabíamos e podemos efectivamente, observar quando realizamos uma visita, revelando também, a desinformação e ignorância que existiu durante vários anos, acerca do processo que leva ao resultado urbano da cidade portuguesa, fazendo desta frase injusta pela forma como inicia e termina o seu raciocínio. Interessa pela sua descrição da imagem da cidade. A segunda, representa a confirmação teórica e

¹ Santos, Paulo; *Formação das Cidades do Brasil Colonial*; UFRJ/IPHAN, 2008; pag. 19

² Teixeira, Manuel; *A Colónia de Sacramento – Expressão do Urbanismo Português Século XVIII*; 2004 in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/392-a-colonia-de-sacramento-expressao-do-urbanismo-portugues-seiscentista.html; pag. 6

de princípio daquilo que desconfiávamos à partida para a realização deste trabalho e ilumina as imprecisões da primeira citação. Um modo de fazer devidamente fundamentado. A equação, que nos leva a um tipo de imagem urbana e que nos é perceptível.

No primeiro capítulo, tentando fazer um panorâma geral da construção deste processo, transparece um método continuado, pragmático e espontâneo, na base de uma odisseia fundadora que começou no Sul e na Raia de Portugal, e se vai expandindo para o Magreb. Por sua vez, este método, mais empírico é aperfeiçoado pela inclusão de uma máquina administrativa ágil, a que os descobrimentos obrigava. Assim, um corpo normativo foi criado e expresso em cartas régias que demonstram uma nova preocupação com o espaço comum das ruas. Para além de passar a existir uma notória preocupação com o seu aspecto, pavimentando-as e obrigando à sua limpeza, foi-se obrigando a retirar os *balcões e os muxarabis* para as tornar mais circuláveis, dispensando assim o uso de galerias que caracterizavam as vias da cidade medieval europeia.

Esta alteração às fachadas, nomeadamente a eliminação das galerias, permitirá a construção da porta de entrada da habitação à face da via levando a uma alteração importante da imagem dos alçados. Este tipo de fachadismo que a Coroa promoveu, ajudará à uniformidade dos alçados das ruas, que eram susceptíveis de grande variedade de caracterização pois eram da responsabilidade de cada habitante, contribuindo para uma uniformização do ambiente urbano por todo o Império Português que pode ser confirmado vendo fotografias ou, melhor ainda, visitando os locais. Produzirá um carácter próprio de espacialidade, um código genético que acompanhará permanentemente as produções urbanas seguintes, confirmando a importância da rua como elemento estruturador do espaço urbano português, onde a figura máxima é a Rua Direita.

Reparamos também, que contemporâneo a este processo de *embelezamento* da cidade, expresso em normas, surge um novo período, de nova dinâmica económica entre cidades. As feiras são prova evidente desse facto. No caso português, esta nova situação resultará numa *dupla centralidade*. A cidade passar-se-á a caracterizar pelo centro originário, administrativo, da Sé ou do Paço do senhor feudal, e o centro comercial. Este novo centro, que passa a dividir a vida social da vila, é a expressão de uma nova classe social, a burguesia, e do trabalho livre. É o tempo dos forais, da aproximação do Rei à população retirando ao feudalismo a sua força.

O seu resultado urbano, é a criação de um novo espaço em redor das portas da vila, o rossio. É também a nova referência urbana para toda a população que, não sentindo a necessidade de se fixar dentro da muralha, se começou a estabelecer em redor desse centro. É o conhecido processo, que se aplica a Lisboa e algumas cidades importantes, da troca protagonizada por D. Manuel, com a transferência do poder régio, da alta para a baixa da cidade. Este espaço levou a uma nova dinâmica da cidade à qual se associaram outras instituições como a Misericórdia com as suas igrejas e hospitais.

Assim, o que se realça neste fenómeno urbano, é que este espaço não representa algum tipo de uniformidade do desenho urbano, mas sim a elaboração de um centro imaginário, com um programa definido, independente da forma urbana e da sua adaptação ao relevo. Apenas definindo o que é importante e necessário. O espaço do *pelourinho*.

Constatamos então, que os agentes urbanizadores não precisavam de ter uma formação especializada chamando-se *arruadores*. Este termo atesta a importância estruturante do elemento rua no processo de urbanização lusa. Por outro lado, o seu carácter amador na prática urbana, revela como este conjunto normativo foi extremamente importante para a caracterização urbana do império de da cidade colonial.

Ao método empírico e tradicional, que indica um procedimento, que vai permanecendo nos hábitos de geração para geração, foi-se juntando uma consistência teórica que transparece interesses muito específicos: a engenharia militar que nos dá um ponto de partida para o interesse pelo urbanismo, já que, na cidade portuguesa questão urbana e questão bélica surgem lado a lado. Mas que nos oferece

também um grupo de homens que interessados por esta vertente militar se foram interessando também pela vertente urbana também; a matemática e a geometria, por influência, da escola da navegação, a nossa maior tecnologia, ajudou a destacar a importância do ensino para o urbanismo que se materializou na consciência da cidade como forma de arte. Neste processo dos descobrimentos havia duas coisas essenciais como vimos: saber navegar para chegar novos lugares, e saber construir cidades eficazes para poder rentabilizar estas descobertas.

Prova da consistência deste esforço, será também a aposta filipina na continuidade das práticas do urbanismo português e os seus resultados visíveis estão, para além das próprias cidades, na produção didática, de tratados que foram sendo realizados, cujos autores e principais figuras foram António Rodrigues, Luis Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes.

A estes sistematismos, da prática e do ensino, juntou-se uma figura especializada a que se chama hoje, *funcionários do urbanismo*. Percorrendo o mundo, foram aplicando os ensinamentos destes princípios em lugares reais. É impressionante a sua rotação por todo o império, onde se verifica que alguns lançaram os primeiros traços em cidades de África, da Índia e do Brasil. Foram importantes pela sua especialização e pela objectividade que ofereceram à máquina colonizadora.

Alcançamos assim o ponto-chave de toda esta equação, já que, serão estes conjunto de factores que indicam a elaboração de um método continuado e o lançamento de princípios que contribuirão para aquilo que pretendemos destacar: uma forma e imagem urbana continuada nas cidades de fundação portuguesa *além e aquém* mar. Prova ainda a construção de um modo de fazer e atesta a importância fulcral, que a Cidade Colonial Portuguesa teve neste processo.

Por último, pode também retirar-se a importância do trabalho urbano da administração do Marquês de Pombal pois parecendo, numa primeira análise que, a sua contribuição para a caracterização da cidade lusa, diverge completamente, a verdade é que se assiste a um trabalho de continuidade e de reconhecimento do percurso realizado anteriormente.

O que se deve destacar e se revela de importância fulcral, foi a ideologia que Pombal ofereceu a um método lusitano regido de uma forma cega por princípios de natureza prática e paragnática. Associou-se um discurso erudito a um sistema que não tinha, e talvez nem precisasse, um fundamento ideológico que provocou uma síntese de toda a variedade que foi surgindo na produção urbana ao longo dos séculos. A reconstrução de Lisboa é o caso visível deste esforço do Estado pela valorização do espaço público e do “bem comum”.

A equipa de Pombal, deu à cidade portuguesa um traçado e esse passa a ser o princípio de desenho, e não apenas o *pelourinho*. Passa ser importante pensar a cidade pela caracterização dos espaços públicos, termo que surge agora com verdadeira expressão.

Vemos também, que *Manuelino e Pombalismo*, se impuseram, curiosamente, de formas relativamente semelhante: forte máquina de administração, corpo normativo que reforma o que está menos bem, dando à cidade uma nova caracterização, seja da forma urbana (o *rossio*, e o *traçado*), seja na imagem dos espaços públicos (os *alçados*). Percebem-se estes dois momentos como duas sínteses: uma de natureza empírica e prática onde se insere o ensino, outra que aproveitando as bases da anterior lhe confere, de forma definitiva, o âmbito do projecto como primeira acção no acto de fazer cidade e uma ideologia que fundamenta as opções.

Quando se cria uma síntese, mesmo não se tendo a consciência nem a intenção, cria-se uma imagem, um grupo de princípios, que produzem resultados semelhantes em todos os lugares em que são implantados. Foi assim nos territórios além-mar que essa ideia de identidade, foi reforçada no contexto desta dissertação. Foi a razão pela qual se optou pela eleição de três cidades no estrangeiro para falar da cidade portuguesa. A verdade, é que é no urbanismo das colónias, menos misturado com implantações anteriores, que esse ambiente urbano transversal se faz notar de forma mais evidente.

No segundo capítulo, depois de abordado o percurso de uma forma de ver a cidade, abordamos mais especificamente a produção urbana. O exercício passava por separar cada exemplo, para que a análise fosse realizada da forma mais independente, e depois comparados. Ainda mais porque, no urbanismo português cada caso é um caso, pelas especificidades do terreno que oferecem uma variedade de soluções urbanas de caso para caso.

O Rio de Janeiro foi na sequência é a primeira a ser analisada. Observamos a preponderância que o elemento Natureza, com toda a sua exuberância tem na paisagem, funcionando desde sempre como elemento unificador de todos os pontos da cidade. Percebe-se que o Rio de Janeiro colonial é uma cidade confinada a quatro morros que o balizam e que contém sempre um elemento capaz de criar uma dinâmica. Percebemos também que é uma cidade construída a dois tempos, um primeiro da fortaleza, no Morro de São Januário que constitui o primeiro centro da cidade. Quando garantida uma estabilidade de soberania, esse primeiro ponto torna-se obsoleto fazendo com que a cidade, realize o seu verdadeiro exercício urbano, crescendo nos planos terrenos da várzea.

A grande estrutura que serviu como base para o crescimento da cidade, foi o caminho que ligava o Morro de São Januário ao de São Bento onde se encontrava o Mosteiro de mesmo nome. Este será o início da Rua Direita, rua principal, à qual se associará um largo que se abre para a baía de Guanabara. A importância deste elemento não está apenas na sua função hierárquica, mas também na directriz que definiu as demais ruas que surgiram.

O desenho urbano do Rio de Janeiro é assim a expressão, de dois temas: a importância da rua Direita expressada num caprichoso desenho que se destaca em relação às demais ruas, à qual se associa um largo, que mais não é do que um alargamento da própria rua, tentando a própria assumir a condição de praça e espaço colectivo do conjunto por excelência. Demonstração clara do papel principal que este elemento tinha na estruturação do desenho desta, provocando a nossa atenção para formar dois tipos de ruas complementares a esta principal: a “dos pontos”, longitudinais, “paralelas” à rua direita, que ligam pontos específicos da cidade, e as transversais que funcionam como estacas que “seguram” as outras mais livres, dando à villa uma noção de conjunto e um espírito erudito.

No caso de Ouro Preto percebemos desde logo diferenças de circunstância e justificação para a sua fundação que, não se prendem com questões de soberania nacional mas por questões de soberania económica da própria coroa num mercado da mineração já demasiado desenvolvido e independente. É fundada por iniciativa popular e bandeirante em nome do sonho do Ouro.

Percebemos que o processo urbano é similar às justificações para a sua fundação: o tipo de ocupação que se vinha observando era o dos arraiais, que próximos entre si (a fundação de Ouro Preto surge da junção de dois) assumiam também um espírito independente compreendido pela concorrência da corrida ao ouro. Verificamos que a Coroa, ao intervir cumpre esse espírito unificador necessário, não só de adaptação ao terreno, mas assumindo como condicionante as pré-existências que eram os próprios arraiais. A antiga Villa Rica estrutura-se num bairrismo assumido, em que ajudados pela própria topografia, na visita ao lugar percebemos o ambiente próprio e independente que cada arraial possui. No entanto, é importante referi-lo, Ouro Preto não apresenta uma imagem sectorizada quando vista de um ponto panorâmico, pelo contrário, é de uma unidade impressionante. Assim, se pensarmos que normalmente o surgimento de uma cidade começa num centro que se alastra criando sectores de caracterização diversa, pode-se dizer que Ouro Preto foi uma cidade que nasceu “ao contrário”, com os arraiais a surgirem primeiro onde depois a entidade Coroa conciliando esta diversidade lhe proporcionou um centro agregador. Á semelhança do Rio de Janeiro, percebemos também que existe um elemento estruturador, uma estrada que se foi tornando rua, que ligava os dois arraiais, o de Ouro Preto e António Dias.

Por último, levantamos uma questão que tem a ver com o espírito Barroco da cidade, onde é feita uma comparação com Roma, não com a cidade, mas com o espírito com que os projectos num lugar e no outro são realizados. Percebemos, que o que interessa nas duas intervenções é a importância daquilo que quer parecer e não do que realmente é. Assim, o que interessa em Ouro Preto, não é tanto o rigor da sua forma urbana, mas o significado que interessa passar, bem como, a imagem monumental com que se apresenta ao visitante.

Colónia do Sacramento por sua vez, cfez-nos concluir não ser tão preponderante no que ao desenho urbano diz respeito. Este caso desempenha nesta dissertação um papel parecido àquele que Mazagão vai sendo para o estudo geral da cidade portuguesa, pelo exemplo puro daquele que é o espírito do urbanismo português.

Embora, esta cidade não tenha à partida o mesmo rigor científico que Mazagão demonstra, é inegável a síntese que consegue criar na imagem urbana, ao ponto de não haver muitas dúvidas de que estamos perante uma cidade portuguesa quando a visitamos.

Tentamos explorá-la não pelo seu plano, que não é tão claro como, o do Rio de Janeiro, mas pela forma como consegue demonstrar, por um lado, a importância que as *póvoas* portuguesas tiveram na estruturação de uma geometria urbana e nos princípios que a regiam, e por outro, pelo contraste que cria com o urbanismo castelhano que directamente lhe confronta. No entanto, este desenho urbano pouco regulado permite perceber a importância que o conjunto, porta da muralha - praça d'armas - rua do comércio - porto de mar tiveram na dinâmica da vila.

Vemos que as póvoas foram assim a primeira grande estratégia de exercício urbano. A primeira grande atitude reguladora para os arruadores portugueses e que irá influenciar o método lusitano próprio do ensino de forma definitiva e os seus funcionários do urbanismo.

O confronto com o urbanismo espanhol, que aqui não é realizado por comparação teórica mas por ser uma realidade, ajuda a perceber a diferença entre os dois. Por outro lado, a discussão teórica que se conheceu entre os urbanistas da escola do urbanismo espanhol ajuda também a reconhecer este confronto de visões estruturadas, de tal forma que, mesmo demonstrando uma certa incompreensão do urbanismo português, levou-os a fazer uma interpretação da forma de actuação dos funcionários do urbanismo.

Torna-se assim este último episódio que aqui contamos, juntamente com todos os outros, prova inequívoca desta identidade que salta à vista de todos. Identificação torna-se então a palavra-chave quando se conhece um lugar no qual não esperaríamos encontrar imagens parecidas com as do velho Portugal, sendo que, teremos que confiar nos sinais que nos comunicam, aquelas que visitamos. Identificamos a construção, identificamos uma estratégia comum, identificamos uma escola, que produz uma imagem uniforme, que nos desperta uma interpretação uniforme com a qual nos identificamos. Identificamos um método português nas imagens que vemos, expressa num *objecto* que é a cidade. Uma cidade ideal, que se constroi na cabeça dos agentes que contribuíram para a produção urbana, e que nunca pode ser expressa antes de Pombal pois não era esse o seu propósito. Uma cidade que deveria ser “*disciplinar, sistematizável, ensinável, transportável e reprodutível*”³ que serviu de base para uma cultura urbana, e que permanece até hoje patente na imagens das “nossas” cidades de expressão portuguesa.

5 / BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Renata Malcher de; *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo, América do Sul*; F. C. Gulbenkian 2010;
- CAMINHA, Pêro Vaz de; *Carta ao Rei D. Manuel*; Dominus São Paulo 1963;
- CORREIA, Jorge; *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*; FAUP publicações ,2008;
- COSTA, Alexandre Alves; Alexandre Alves Costa, Prémio Jean Tschumi, UIA 2005; Caleidoscópio 2005;
- COSTA, Alexandre Alves; *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*; FAUP publicações 2007;
- COSTA, Alexandre Alves; *Nós somos da Póvoa do Varzim, J.A. Ser Português nº 237*; Jornal dos Arquitectos 2009;
- DELSON, Roberta Marx; *Novas Vilas para o Brasil-Colônia, Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*; Edições Alva, 1997
- DIAS, Pedro; *Arte de Portugal no Mundo, Índia, Urbanização e Fortificação*; Público – Comunicação Social, SA, 2009;
- FERNANDES, José Manuel; *Cidades e Arquitecturas*; Livros Horizonte 1999;
- FILHO, Reis; *Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*; editora USP, 1968;
- GRANDE, Nuno; *O verdadeiro Mapa do Universo, Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*; e|d|arq, 2002;
- LENCASTRE, Paulo de; *“Queira Deus” Invenção & Tradição em Arquitectura*; Civilização Editora, 2007;
- LYNCH, Kevin; *The image of the city*; Edições 70, 2009;
- MACHADO, Jurema; *Património Mundial no Brasil*; UNESCO, 2004 ;
- MATTOSO, José; *Identificação de um país, ensaio sobre as origens de Portugal, 1096 – 1325*; editorial Estampa, 1985;
- MATTOSO, José; *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo, América do Sul*; F. C. Gulbenkian 2010;
- PEREIRA, Nuno Teotónio; *Escritos (1947-1996)*; FAUP Publicações, 1996
- PORTAS, Nuno, 1998, *Nuno Portas Prémio Sir Patick Abercrombie UIA 2005*; Caleidoscópio 2005;

ROSSA, Walter; *A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português*; Almedina 2002;
ROSSI, Aldo; *Arquitectura da cidade*; Edições Cosmos, 2001;
SANTOS, Paulo; *Formação das Cidades do Brasil Colonial*; UFRJ/IPHAN, 2008;
TAVARES, Domingos; *António Francisco Lisboa – Classicismo no novo mundo*; Dafne Editora; 2006;

PESQUISA WEB:

BAETA, Rodrigo Espinha; Ouro Preto: Cidade Barroca in <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/077f.pdf>

BENEDÍTO, Sílvia; Quadricula Emocional in <http://premiotavora07.blogspot.com/>

BASTOS, Rodrigo Almeida; Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII in <http://mdc.arq.br/2009/10/01/regularidade-e-ordem-nas-povoacoes-mineiras-no-seculo-xviii/>

TEIXEIRA, Manuel; A Colónia de Sacramento – Expressão do Urbanismo Português Seiscentista; 2004 in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_download/392-a-colonia-de-sacramento-expressao-do-urbanismo-portugues-seiscentista.html;

